



**VALE S.A.**  
**COMPLEXO MINERADOR DE MARIANA**  
**MUNICÍPIOS DE ITABIRITO E DE SANTA BÁRBARA / MG**

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL**  
**(EIA)**  
**PROJETO DE PESQUISA MINERAL MINA DE**  
**CAPANEMA**

**VOLUME III**

---

**VALE S.A.**

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL  
(EIA)  
PROJETO DE PESQUISA MINERAL MINA DE  
CAPANEMA  
  
VOLUME III**

**COMPLEXO MINERADOR DE MARIANA  
MUNICÍPIOS DE ITABIRITO E SANTA BÁRBARA / MG**

**BELO HORIZONTE, MG  
MARÇO / 2023**

## ÍNDICE GERAL

### **VOLUME I**

1. INTRODUÇÃO
2. REQUISITOS LEGAIS
3. ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS
4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
5. ÁREA DE ESTUDO
6. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
  - 6.1. MEIO FÍSICO

### **VOLUME II**

- 6.2. MEIO BIÓTICO
  - 6.2.1 FLORA
  - 6.2.2. FAUNA TERRESTRE E BIOTA AQUÁTICA

### **VOLUME III**

- 6.3. MEIO SOCIOECONÔMICO
- 6.4. ANÁLISE INTEGRADA DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
7. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL
  - 7.1. METODOLOGIA
  - 7.2. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS
8. ÁREAS DE INFLUÊNCIA
9. CORRELAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO, MONITORAMENTO, COMPENSAÇÃO E RECUPERAÇÃO PROPOSTOS E OS IMPACTOS IDENTIFICADOS
10. PROGNÓSTICO AMBIENTAL
11. CONCLUSÃO
12. REFERENCIAS
13. ANEXOS

---

## APRESENTAÇÃO

O presente volume (Volume III) apresenta o Diagnóstico do Meio Socioeconômico; Análise Integrada; Avaliação dos Impactos; Correlação entre os Programas de Mitigação, Monitoramento, Compensação e Recuperação Propostos e os Impactos Identificados; Áreas de Influência; Prognóstico; Conclusão; Referências Bibliográficas e os Anexos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Pesquisa Mineral para a mina de Capanema.



## SUMÁRIO

6.3. MEIO SOCIOECONÔMICO .....	1
6.3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	1
6.3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS .....	7
6.3.2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	7
6.3.2.1.1. HISTÓRIA DE ITABIRITO .....	7
6.3.2.1.2. HISTÓRIA DE OURO PRETO .....	8
6.3.2.1.3. HISTÓRIA DE SANTA BÁRBARA .....	19
6.3.3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA .....	22
6.3.3.1. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO 2021 .....	23
6.3.3.2. PERFIL DEMOGRÁFICO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO .....	24
6.3.3.1. PERFIL ETÁRIO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AVALIADOS .....	26
6.3.3.2. AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO COM BASE NA RAZÃO DE DEPENDÊNCIA .....	30
6.3.3.3. RAZÃO DE SEXO .....	31
6.3.3.4. MOVIMENTOS IMIGRATÓRIOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO .....	31
6.3.4. DESLOCAMENTOS PENDULARES .....	33
6.3.5. QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	34
6.3.5.1. DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDH-M .....	34
6.3.5.2. VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	36
6.3.5.3. DESIGUALDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	38
6.3.6. HABITAÇÃO .....	39
6.3.6.1. INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇOS ESSENCIAIS .....	39
6.3.6.2. ADEQUABILIDADE DAS MORADIAS .....	43
6.3.6.3. PRINCIPAIS ACESSOS .....	44
6.3.7. EDUCAÇÃO .....	47
6.3.7.1. MATRÍCULAS NO SISTEMA EDUCACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	47
6.3.7.2. EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS E PROFISSIONALIZANTE .....	49
6.3.7.1. ENSINO SUPERIOR .....	51
6.3.7.2. INDICADORES EDUCACIONAIS DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	52
6.3.7.2.1. DOCENTES COM CURSO SUPERIOR .....	53
6.3.7.2.2. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE .....	53
6.3.7.2.3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB .....	54
6.3.7.2.4. TAXA DE ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO BÁSICA .....	56
6.3.7.2.5. INDICADORES DE QUALIDADE DO IMRS – ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	56
6.3.8. SAÚDE .....	57
6.3.8.1. ESTABELECIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE .....	58
6.3.8.1. LEITOS DOS SISTEMAS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL, SEGUNDO AS ESPECIALIDADES .....	64
6.3.8.1. CORPO MÉDICO DOS MUNICÍPIOS AVALIADOS, SEGUNDO SUAS ESPECIALIDADES .....	65
6.3.8.2. MORBIDADE HOSPITALAR .....	66
6.3.8.3. INDICADORES QUALITATIVOS DA SITUAÇÃO DA SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	68
6.3.1. ECONOMIA .....	71
6.3.1.1. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL, 2018/19 .....	75
6.3.1.2. FINANÇAS PÚBLICAS .....	78
6.3.2. SEGURANÇA PÚBLICA .....	79
6.3.3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	80

6.3.3.1. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL, SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS. 80	
6.3.3.1. OCUPAÇÃO DAS TERRAS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL, SEGUNDO A ÁREA E O MODO DE UTILIZAÇÃO. 82	
6.3.3.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL 84	
6.3.3.1. PRINCIPAIS CULTIVOS AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL. 86	
6.3.3.2. PECUÁRIA 87	
6.3.4. POVOS E COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS .....	88
6.3.5. PATRIMÔNIO NATURAL DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL .....	88
6.3.5.1. PARQUE NACIONAL SERRA DO GANDARELA 88	
6.3.5.2. FLORESTA ESTADUAL UAIMÍ 92	
6.3.5.3. APA ESTADUAL CACHOEIRA DAS ANDORINHAS 93	
6.3.5.1. APA SUL RMBH 95	
6.3.6. ÁREA DE ESTUDO LOCAL - CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES E COMUNIDADES DO ENTORNO .....	98
6.3.6.1. PROPRIEDADES DA ÁREA DE ESTUDO LOCAL 98	
6.3.6.1.1. FAZENDA MÃE JOANA (PONTO 3) – MUNICÍPIO DE ITABIRITO. ....	98
6.3.6.1.2. ANTÔNIO DE JESUS DIAS, MORADOR (PONTO 1) – MUNICÍPIO DE OURO PRETO. 101	
6.3.6.1.3. FAZENDA VARGEM DA CATANA (PONTO 7) – MUNICÍPIO DE OURO PRETO. ....	104
6.3.6.1.4. SÍTIO SERRA DE CAPANEMA (ANTIGA FAZENDA CURRAL DE PEDRAS) (PONTO 8) – MUNICÍPIO DE OURO PRETO. ....	104
6.3.6.1.5. JOSÉ DA PAZ, MORADOR (PONTO 6) – MUNICÍPIO DE ITABIRITO. ....	106
6.3.6.1.6. JOSÉ ANASTÁCIO, MORADOR DA COMUNIDADE DE CRISTAIS (PONTO 5) – MUNICÍPIO DE OURO PRETO. ....	106
6.3.6.2. COMUNIDADES DA ÁREA DE ESTUDO LOCAL 107	
6.3.6.2.1. COMUNIDADE DE CURRAL DE PEDRAS – MUNICÍPIO DE OURO PRETO. ...	107
6.3.6.2.2. COMUNIDADE DE CRISTAIS – MUNICÍPIO DE OURO PRETO. ....	110
6.3.6.3. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA DA ÁREA DE ESTUDO LOCAL 111	
6.3.6.4. DISTRITO DE ACURUÍ, ITABIRITO. 115	
6.3.6.5. PATRIMÔNIO NATURAL DA ÁREA DE ESTUDO LOCAL 117	
6.3.7. PATRIMÔNIO CULTURAL .....	121
6.3.8. INSERÇÃO DA ÁREA DE OCUPAÇÃO DO PROJETO (AOP) EM RELAÇÃO AO ZONEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE ITABIRITO E SANTA BÁRBARA .....	146
6.4. ANÁLISE INTEGRADA DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL .....	149
7. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL .....	155
7.1. METODOLOGIA .....	156
7.1.1. ETAPAS METODOLÓGICAS .....	156
7.1.1.1. CRITÉRIOS 158	
7.1.1.1.1. NATUREZA .....	158
7.1.1.1.2. LOCALIZAÇÃO OU ESPECIALIZAÇÃO (ABRANGÊNCIA) .....	158
7.1.1.1.3. FASE DE OCORRÊNCIA .....	158
7.1.1.1.4. INCIDÊNCIA .....	158
7.1.1.1.5. DURAÇÃO .....	158
7.1.1.1.6. TEMPORALIDADE .....	159
7.1.1.1.7. REVERSIBILIDADE .....	159
7.1.1.1.8. OCORRÊNCIA .....	159
7.1.1.1.9. MAGNITUDE .....	159
7.1.1.1.10. CUMULATIVIDADE E SINERGISMO .....	159
7.1.1.1.11. IMPORTÂNCIA .....	160
7.1.2. MEIO FÍSICO .....	160

7.1.2.1. ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DO SOLO, DA DINÂMICA EROSIVA E DA ESTABILIDADE GEOTÉCNICA	160
7.1.2.2. ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS	162
7.1.2.3. ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO AR	163
7.1.2.4. ALTERAÇÃO DOS NÍVEIS ACÚSTICOS	164
7.1.2.5. ALTERAÇÃO DA PAISAGEM E DO RELEVO	165
7.1.2.6. ALTERAÇÃO NO TRÁFEGO LOCAL CAUSADO PELA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	166
7.1.2.7. ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO SOLO E ÁGUAS SUPERFICIAIS POR RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS	167
7.1.3. MEIO BIÓTICO	169
7.1.3.1. FLORA	169
7.1.3.1.1. REDUÇÃO DOS REMANESCENTES DE VEGETAÇÃO NATIVA NO BIOMA MATA ATLÂNTICA	169
7.1.3.1.2. REDUÇÃO DAS POPULAÇÕES DE ESPÉCIES DA FLORA DE INTERESSE ECOLÓGICO ESPECIAL	170
7.1.3.2. FAUNA	171
7.1.3.2.1. PERDA / ALTERAÇÃO DE HABITATS	171
7.1.3.2.2. AFUGENTAMENTO DA FAUNA	173
7.1.3.2.3. PERDA DE INDIVÍDUOS DA FAUNA	175
7.1.4. MEIO SOCIOECONÔMICO	176
7.1.4.1. MANUTENÇÃO DA RENDA AGREGADA POR MEIO DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS	176
7.1.4.2. INCÔMODOS PARA A POPULAÇÃO DO ENTORNO DECORRENTES DO INCREMENTO DE MATERIAL PARTICULADO	177
7.1.4.3. INCÔMODOS PARA A POPULAÇÃO DO ENTORNO DECORRENTES DA ALTERAÇÃO DO NÍVEL ACÚSTICO	178
7.1.4.4. INCÔMODOS PARA A POPULAÇÃO DO ENTORNO DECORRENTES DA ATIVIDADE DE SONDAGEM MINERAL – ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS LOCAIS	179
8. ÁREAS DE INFLUÊNCIA	181
8.1. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	181
8.1.1. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO MEIO FÍSICO	183
8.1.2. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO MEIO BIÓTICO	185
8.1.2.1. FLORA	185
8.1.2.2. FAUNA	187
8.1.3. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO MEIO SOCIOECONÔMICO	189
9. CORRELAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO, MONITORAMENTO, COMPENSAÇÃO E RECUPERAÇÃO PROPOSTOS E OS IMPACTOS IDENTIFICADOS	191
10. PROGNÓSTICO AMBIENTAL	192
10.1. PROGNÓSTICO SEM O EMPREENDIMENTO	192
10.2. PROGNÓSTICO COM O EMPREENDIMENTO	193
11. CONCLUSÃO	195
12. REFERÊNCIAS	196
13. ANEXOS	222

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Colonização do território mineiro: fundação de vilas (séc. XVIII). .....	11
Figura 2. Mapa Antigo de Villa Rica. ....	14
Figura 3. Cavaleiro em rua de Ouro Preto no ano de 1956 .....	19
Figura 4. Procissão de Páscoa em Ouro Preto, em 1956.....	19
Figura 5. Dinâmica Demográfica na ERA no período de 1991- 2010.....	23
Figura 6. Estimativa populacional em 2021 para os municípios da AER. ....	23
Figura 7. Evolução da taxa de urbanização dos municípios de AER. ....	26
Figura 8. Pirâmide etária do município de Itabirito.....	28
Figura 9. Pirâmide etária do município de Ouro Preto. ....	29
Figura 10. Pirâmide etária do município de Santa Bárbara. ....	29
Figura 11. Croqui da captação de água de Itabirito. ....	40
Figura 12. Croqui da captação de água de Ouro Preto. ....	41
Figura 13. Croqui da captação de água de Santa Bárbara.....	42
Figura 14. Adequabilidade das moradias em 2010.....	44
Figura 15. Principais vias de acesso para a Área de Estudo Regional. ....	46
Figura 16. Distribuição das matrículas na AER por dependência administrativa. ....	48
Figura 17. Grupo Escolar Afonso Pena, em Santa Bárbara. ....	50
Figura 18. Escola Municipal de Acuruí, distrito de Itabirito, principal referência para o serviço de educação para as famílias e comunidades inscritas no entorno do Projeto. ....	50
Figura 19. Escola de Farmácia, em Ouro Preto.....	51
Figura 20. Entrada do campus da UFOP. ....	52
Figura 21. Evolução do IMRS – 2016/18 dos municípios da AER.....	57
Figura 22. Hospital São Vicente, em Itabirito. ....	68
Figura 23. Hospital Santa Casa de Santa Bárbara. ....	68
Figura 24. Imagem panorâmica da Santa Casa de Ouro Preto.....	68
Figura 25. Participação dos setores econômicos na formação dos PIBs dos municípios da AER. ....	73
Figura 26. Laticínios Ita, na BR-356, no município de Itabirito. Pertencente ao ramo da agroindústria, sua presença exerce importante influência sobre o campo, pois viabiliza diversos estabelecimentos agropecuários. ....	73
Figura 27. Feira de artesanato, no Largo de Coimbra, em Ouro Preto. ....	74
Figura 28. Exemplo da união da atividade comercial com o talento dos artesãos da região. ....	74
Figura 29. Rua João Mota, no centro de Santa Bárbara, principal rua comercial da cidade. ....	74
Figura 30. Vista panorâmica da entrada da Mina de Capanema, principal atividade econômica dos municípios da AER. ....	75
Figura 31. Participação dos setores da economia no mercado de trabalho em 2019, dos municípios da AER. ....	78
Figura 32. Vista Geral do Parque Nacional Serra do Gandarela. ....	89
Figura 33. Cachoeiras localizadas no Parque do Gandarela.....	91
Figura 34. Mirante da Serra do Gandarela.....	92
Figura 35. Vista Geral da APA Estadual Cachoeira das Andorinhas. ....	94
Figura 36. Cachoeira das Andorinhas.....	95
Figura 37. Patrimônio Natural no entorno a Área de Ocupação do Projeto. ....	97
Figura 38. Restaurante Catana da Serra, de propriedade da Sra. Mônica. ....	99
Figura 39. Chalé para alugar para famílias e/ou casais.....	99
Figura 40. Placas indicativas dos atrativos naturais (cachoeiras) na propriedade Fazenda da Mãe Joana, conhecida localmente como cachoeiras da Mônica.....	100
Figura 41. Cachoeira Cascalho, na propriedade da Fazenda Mãe Joana. ....	101
Figura 42. Cachoeira Cruzado / Abacaxi, na mesma propriedade. ....	101
Figura 43. Sr. Antônio Dias durante a entrevista em sua propriedade. ....	102

Figura 44. Local para retiro espiritual da comunidade A Casa Raiz do Bate Folha, de inclinação espírita, localizada na margem oposta da casa do Sr. Antônio Dias (Ponto 4).....	103
Figura 45. Entrada da propriedade Fazenda da Catana.....	104
Figura 46. Edificação principal do Sítio Serra de Capanema. ....	105
Figura 47. Edificação voltada para aluguel aos finais de semana. ....	105
Figura 48. Espaço “gourmet” do Sítio Serra de Capanema. ....	105
Figura 49. Chafariz da propriedade, que segundo a entrevistada, adquiriu o tom avermelhado em função de algo ocorrido na área da Mina de Capanema. ....	105
Figura 50. Entrada da propriedade do Sr. José da Paz, que não permitiu que fosse fotografada a sua residência. ....	106
Figura 51. Residência do Sr. José Anastácio. ....	107
Figura 52. Vista da casa da família da Sra. Marta, em Curral de Pedras. Observa-se o cultivo de milho no fundo da propriedade. ....	109
Figura 53. Vista panorâmica da comunidade de Cristais.....	110
Figura 54. Residências na comunidade de Cristais. ....	111
Figura 55. Trevo de acesso à propriedade da Sra. Mônica, que é muito buscada por turistas. Observa-se o impacto do trânsito da mineração. ....	112
Figura 56. Entrada para a comunidade Curral de Pedras e local onde as crianças esperam o ônibus do transporte escolar. ....	112
Figura 57. Porteira na entrada da comunidade de Curral de Pedras. ....	112
Figura 58. Estrada para Cristais. ....	112
Figura 59. Local onde o lixo da AEL deve ser colocado. ....	113
Figura 60. Estrada de acesso à Mina de Capanema, no local onde há o centro para retiro religioso. ....	113
Figura 61. Pontos de Interesse na Área de Estudo Local.....	114
Figura 62. Rua Principal de Acuruí. ....	115
Figura 63. Ônibus de transporte escolar deixando as crianças na EM Acuruí. ....	116
Figura 64. Bifurcação para acesso ao distrito de Acuruí, para o qual se deve pegar à via da esquerda; a da direita dá acesso à Mina de Capanema.....	117
Figura 65. Vista panorâmica da praça em que está situada a Igreja de N. Sra. Da Conceição, em Acuruí. ....	117
Figura 66. Cachoeira do Cruzado / Abacaxi (Cachoeiras da Mônica). ....	118
Figura 67. Cachoeira do Cascalho, na mesma propriedade acima (Cachoeiras da Mônica). ....	118
Figura 68. Vista da serra de Capanema. ....	119
Figura 69. Placa indicando a área do Parque da Serra do Gandarela. ....	119
Figura 70. Patrimônio Natural e Atrativos Turísticos da Área de Estudo Local. ....	120
Figura 71. Igreja Nossa Senhora do Rosário em Itabirito. ....	127
Figura 72. Programação do festival em 2014. ....	128
Figura 73. Roda de capoeira do grupo Cativoiro Capoeira na praça da estação em Itabirito. ....	128
Figura 74. Treino de capoeira na escola Irmã Amandina, no bairro São Bernardo, Santa Bárbara/MG. ....	129
Figura 75. Celebração a Nossa Senhora do Rosário em Santa Bárbara pelo grupo de Congado tradicional na cidade.....	129
Figura 76. Centro histórico tombado de Acuruí, distrito de Itabirito. ....	130
Figura 77. Bens culturais identificados no distrito de Acuruí. ....	132
Figura 78. Igreja Nossa Senhora do Rosário de Acuruí. ....	133
Figura 79. Cemitério do Rosário, no fundo da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Acuruí. ....	134
Figura 80. Altar mor da Igreja N.S do Rosário de Acuruí.....	135
Figura 81. Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Acuruí.....	136
Figura 82. Altar mor da Igreja N.S da Conceição de Acuruí. ....	137

Figura 83. Café da manhã realizado no Centro Comunitário de Acuruí antes do festejo de Nossa Senhora do Rosário de Acuruí. ....	139
Figura 84. À esquerda, Guarda de Congado visitante realizando procissão na rua principal de Acuruí. À direita, imagem de Nossa Senhora do Rosário entrando na Igreja em honra a Santa. ....	139
Figura 85. A programação da celebração em honra a Nossa Senhora da Conceição de Acuruí, em 2019. ....	140
Figura 86. Procissão com Nossa Senhora da Conceição no andor pelas ruas do distrito de Acuruí, Itabirito/MG. ....	141
Figura 87. Participação de grupos culturais na festividade da Santa Padroeira de Acuruí. ....	142
Figura 88. Cavalgada chegando na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. ....	142
Figura 89. Uso de máscara e álcool gel foram algumas das medidas adotadas durante a festividade. ....	143
Figura 90. Cervejaria Artesanal Acuruí, no distrito homônimo. ....	144
Figura 91. A seta vermelha indica a localização do sítio Abrigo da Pilha. ....	145
Figura 92. Lascas encontradas em profundidade na sondagem realizada. ....	145
Figura 93. Sítio arqueológico na AID do Projeto em tela. ....	146
Figura 94. Macrozoneamento dos municípios de Santa Bárbara, Ouro Preto e Itabirito. ....	148
Figura 95. Interação de fatores na identificação e avaliação de impactos ambientais. ....	157
Figura 96. Área Diretamente Afetada pelo Projeto. ....	182
Figura 97. Áreas de Influência Direta e Indireta do meio Físico do Projeto. ....	184
Figura 98. Áreas de Influência Direta e Indireta do meio Biótico (Flora). ....	186
Figura 99. Áreas de Influência Direta e Indireta do meio Biótico (Fauna). ....	188
Figura 100. Áreas de Influência do Meio Socioeconômico. ....	190



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quadro dos temas e indicadores contemplados no diagnóstico socioeconômico da AER. ....	3
Tabela 2. População Total, Taxa de Crescimento, Área e Densidade Demográfica dos municípios da AER. ....	22
Tabela 3. População rural e urbana dos municípios da Área de Estudo Regional – 1991/2010. ....	25
Tabela 4. Evolução da taxa de urbanização. ....	26
Tabela 5. Evolução etária da população dos municípios em estudo – 1991/2010. ....	26
Tabela 6. Razão de Dependência dos municípios da Área de Estudo Regional. ....	30
Tabela 7. Razão de Sexo dos municípios da Área de Estudo Regional. ....	31
Tabela 8. Imigrantes x Emigrantes: Saldo Migratório dos municípios da AER. ....	33
Tabela 9. Origem dos imigrantes x Destino dos Emigrantes dos municípios da AER. ....	33
Tabela 10. Pessoas de 10 anos ou mais de idade por local de exercício do trabalho. ....	34
Tabela 11. Índice de Desenvolvimento Humano IDH-M dos municípios da AER. ....	36
Tabela 12. Indicadores de vulnerabilidade social dos municípios da Área de Estudo Regional. ....	38
Tabela 13. Índice de Gini dos municípios da Área de Estudo Regional. ....	38
Tabela 14. Indicadores de Saneamento Básico e Serviços Públicos Essenciais dos municípios da AER, em 2010. ....	43
Tabela 15. Matrículas na rede de ensino dos municípios da Área de Estudo Regional, em 2020. ....	48
Tabela 16. Matrículas na rede de ensino dos municípios da Área de Estudo Regional, em 2020. ....	49
Tabela 17. Percentual de professores com curso superior, segundo o nível de ensino – 2020. ....	53
Tabela 18. Taxa de Distorção Idade-Série em 2020. ....	54
Tabela 19. Rede de Ensino Municipal - IDEB Ensino Fundamental 4ª série/5º ano. ....	55
Tabela 20. Rede de Ensino Municipal - IDEB Ensino Fundamental 8ª série/9º ano. ....	55
Tabela 21. Rede de Ensino Estadual- IDEB Ensino Básico 4ª série/5º ano. ....	55
Tabela 22. Rede de Ensino Estadual - IDEB Ensino Básico 8ª série/9º ano. ....	56
Tabela 23. Rede de Ensino Estadual - IDEB Ensino Médio. ....	56
Tabela 24. Índice Qualidade Geral da Educação – IQE e IMRS Educação dos municípios da AER. ....	57
Tabela 25. Estabelecimentos de Saúde nos municípios da Área de Estudo Regional em janeiro de 2021. ....	58
Tabela 26. Equipamentos do Sistema de Saúde nos municípios da Área de Estudo Regional, em janeiro de 2021. ....	60
Tabela 27. Distribuição dos Leitos nos municípios da Área de Estudo Regional, em Janeiro 2021, segundo as especialidades médicas. ....	64
Tabela 28. Médicos presentes nos municípios da Área de Estudo Regional, em janeiro de 2021, segundo especialidades. ....	65
Tabela 29. Total de Internações por Grupo de Causas de Janeiro a Dezembro 2021 nos municípios da Área de Estudo Regional. ....	66
Tabela 30. Percentual de Internações por Grupo de Causas de janeiro a dezembro 2021 nos municípios da Área de Estudo Regional. ....	67
Tabela 31. Indicadores qualitativo de Saúde na AER, em 2020. ....	70
Tabela 32. Produção Econômica dos Municípios da Área de Estudo Regional – 2019 (x 1.000 R\$). ....	72
Tabela 33. Evolução do mercado de trabalho de Itabirito – 2018/19. ....	77
Tabela 34. Evolução do mercado de trabalho de Ouro Preto – 2018/19. ....	77
Tabela 35. Evolução do mercado de trabalho de Santa Bárbara – 2018/19. ....	77
Tabela 36. Contribuição do CFEM para as Finanças Públicas em 2021, nos municípios da AER. ....	78
Tabela 37. Indicadores de Segurança Pública - 2020. ....	79
Tabela 38. Utilização das terras por classes de atividades nos municípios da Área de Estudo Regional, segundo total de estabelecimentos agropecuários. ....	81

Tabela 39. Utilização das terras por classes de atividades nos municípios da Área de Estudo Regional, segundo total de estabelecimentos agropecuários.....	83
Tabela 40. Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área total, nos municípios da Área de Estudo Regional. ....	85
Tabela 41. Dados de lavouras permanentes, em 2020, nos municípios da Área de Estudo Regional.....	86
Tabela 42. Dados das lavouras Temporárias, em 2020, nos municípios da Área de Estudo Regional.....	87
Tabela 43. Pecuária nos municípios da Área de Estudo Regional, em 2020.....	87
Tabela 44. Quantidade produzida e valor da produção de leite da Área de Estudo Regional, em 2020.....	87
Tabela 45. Bens Culturais Acautelados na Área de Estudo Regional.....	122
Tabela 46. Coordenadas UTM do perímetro de tombamento do Núcleo Urbano de Acuruí.....	131
Tabela 47. Uso e ocupação do solo na Área de Ocupação do Projeto.....	151
Tabela 48. Exemplos de aspecto e impacto ambiental.....	156
Tabela 49. Critérios de avaliação do impacto ambiental da alteração da estrutura do solo, da dinâmica erosiva e da estabilidade geotécnica.....	161
Tabela 50. Critérios de avaliação do impacto ambiental da alteração da qualidade das águas superficiais.....	163
Tabela 51. Critérios de avaliação do impacto ambiental de alteração da qualidade do ar.....	164
Tabela 52. Critérios de avaliação do impacto ambiental da alteração dos níveis acústicos.....	165
Tabela 53. Critérios de avaliação do impacto ambiental da alteração da paisagem e do relevo.....	166
Tabela 54. Critérios de avaliação do impacto ambiental da alteração no tráfego local causado pela circulação de veículos e máquinas.....	167
Tabela 55. Critérios de avaliação do impacto ambiental de alteração da qualidade do solo e águas superficiais por resíduos sólidos e efluentes líquidos.....	168
Tabela 56. Critérios de Avaliação de Impactos Ambientais.....	170
Tabela 57. Lista das espécies de flora ameaçadas de extinção registradas na Área de Ocupação do Projeto.....	170
Tabela 58. Critérios de Avaliação de Impactos Ambientais.....	171
Tabela 59. Critérios de Avaliação do Impacto Ambiental da Perda / Alteração de Habitat da Fauna.....	173
Tabela 60. Critérios de Avaliação do Impacto Ambiental de Afugentamento da Fauna.....	174
Tabela 61. Critérios de Avaliação do Impacto Perda de Indivíduos da Fauna.....	175
Tabela 62. Critérios de avaliação do impacto ambiental do Incremento da renda agregada por meio do pagamento dos salários.....	177
Tabela 63. Critérios de avaliação do impacto ambiental dos Incômodos para a população do entorno decorrentes do incremento de Material particulado.....	178
Tabela 64. Critérios de avaliação do impacto ambiental da alteração dos níveis acústicos.....	179
Tabela 65. Critérios de avaliação do impacto ambiental dos Incômodos para a população do entorno decorrentes da atividade de sondagem mineral – Alteração da qualidade hídrica dos córregos do entorno.....	180
Tabela 66. Impactos ambientais identificados correlacionados aos programas ambientais.....	191



## 6.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

### 6.3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os estudos relativos ao meio socioeconômico foram desenvolvidos com o intuito de atender às diretrizes apresentadas no Termo de Referência (TR) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD). Para a viabilização deste estudo, se fez necessária, no primeiro momento, a avaliação das características do Complexo Minerário de Mariana, onde se encontra a Mina de Capanema, bem como do Projeto de Pesquisa, objeto do estudo em tela. Também houve uma avaliação preliminar da conjuntura social e econômica do espaço que receberá o empreendimento a ser licenciado e o seu entorno. Sendo assim, após compreender o Projeto de Pesquisa Mineral Mina de Capanema proposto pelo empreendedor, teve início a etapa de definição das Áreas de Estudos. Entende-se que ainda seria prematuro definir as Áreas de Influência do Projeto, pois o embasamento para que isso ocorra com segurança depende da pesquisa em tela, tanto da parte que decorre dos dados secundários, como a dos primários. Com efeito, foram estabelecidas Áreas de Estudo, as quais decorrem da percepção de como os prováveis impactos irão se irradiar a partir da Área de Ocupação do Projeto, que é a única parte do território em que já se sabe, por definição, que será alterada, portanto, afetada, em função do empreendimento. Sendo assim, definiu-se que as localidades no entorno de até 1,5 km do empreendimento serão inscritas na Área de Estudo Local (AEL) e os municípios que as abrigam, que são Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara conformarão a Área de Estudo Regional (AER).

O estudo das áreas envolveu distintos métodos de pesquisas; como o levantamento de informações primárias, tanto sob um enfoque qualitativo, no qual são buscadas as lideranças, formais e/ou informais, que possuem uma condição especial para discorrer sobre determinado tema ou realidade local; como sob o aspecto quantitativo, no qual se buscou identificar e entrevistar os moradores situados no raio que define a Área de Estudo Local, para levantar as principais características sociais, econômicas e culturais dessa Área de Estudo, além da percepção que a população possa ter sobre o empreendimento. Os dados obtidos foram objeto de análise com vistas a consolidar o conhecimento sobre as principais questões que envolvem as localidades com potencial de serem sensíveis ao Projeto, para poder consolidar a avaliação dos impactos e, conseqüentemente, poder desenvolver os Programas de Controle Ambiental (PCA) adequados à situação diagnosticada. Ressalta-se que as áreas de estudo AER e AEL foram caracterizadas de formas distintas, ou seja, utilizando métodos de coletas de informações e indicadores específicos para cada território em análise, conforme será evidenciado adiante.

Entende-se que, para compreender as dinâmicas sociais e econômicas de uma região, é de suma importância a análise de indicadores quantitativos e suas evoluções ao longo do tempo, refletindo assim os processos cotidianos que marcam a vida dos cidadãos, sob uma perspectiva histórica. Com isso, adotou-se inicialmente a busca por informações dos municípios mineiros de Itabirito, Santa Bárbara e Ouro Preto. Os dois primeiros por abrigar o Projeto e o último, por estar inserido, no raio que define a AEL, bem como ter inscrita em seu território parte da Mina de Capanema, estabelecendo portanto uma relação com o empreendimento em tela.

Também é importante ressaltar que, ao longo do estudo, são também apresentados dados do estado de Minas Gerais, que servem como base comparativa para as análises realizadas e visam incrementar a compreensão da realidade a partir de uma contextualização

regional. Também são avaliadas as possibilidades de interface entre determinados aspectos dos municípios em análise com alguns dos municípios vizinhos, ou mesmo, com a capital Belo Horizonte, em função de sua condição de polo regional local.

O levantamento de dados secundários da AER foi realizado com base em informações fornecidas por instituições públicas e privadas, com amplo reconhecimento pela comunidade científica e que são tradicionais em estudos similares. Dentre elas, citam-se:

- ✓ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – responsável pela realização dos Censos Demográficos, Agropecuário e Econômico (PIB e outras variáveis macroeconômicas); diversos levantamentos anuais referentes às áreas da produção econômica, agrícola e de setores como educação e saúde, dentre outros;
- ✓ Ministério da Saúde/DATASUS – responsável pela gestão do sistema de saúde nacional; fornece dados sobre a infraestrutura de recursos físicos e humanos, a prevalência de doenças, principais causas de morbidade e mortalidade, dentre outros;
- ✓ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – disponibiliza inúmeras informações e indicadores sobre as condições de infraestrutura e atendimento à educação básica, fundamental e média;
- ✓ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD) – baseado em dados dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010, fornece informações sobre diversos indicadores socioeconômicos, com destaque para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM);
- ✓ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) – elabora o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano – IFDM, importante ferramenta de análise social, disponibiliza variáveis semelhantes às apresentadas pelo IDH, mas conta com atualizações bianuais;
- ✓ Prefeitura Municipal de Itabirito;
- ✓ Prefeitura Municipal de Ouro Preto;
- ✓ Prefeitura Municipal de Santa Bárbara;
- ✓ Fundação João Pinheiro (FJP) – Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Divulga diversos aspectos relacionados à parâmetros de responsabilidade social do estado de Minas Gerais, a partir de uma base de dados dos órgãos oficiais do Estado que engloba todos os municípios mineiros;
- ✓ Ministério da Economia – base de dados RAIS e CAGED. Informações sobre o mercado de trabalho nacional, com nível de detalhe municipal;
- ✓ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. As informações disponibilizadas por este Instituto são de vital importância para as pesquisas que envolvam o patrimônio cultural brasileiro;
- ✓ Fundação Cultural Palmares – fundação que trabalha em prol de uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. Tem competência constitucional para emitir as certidões de reconhecimento das comunidades quilombolas, sendo a maior referência no assunto;
- ✓ Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – é responsável constitucionalmente pelo reconhecimento e garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil;
- ✓ Agência Nacional de Mineração (ANM) – fornece informações sobre as atividades minerárias existentes em cada município, assim como dados sobre a Contribuição Financeira Sobre Exploração Mineral (CFEM), imposto específico da atividade minerária, conhecido como *royalties* da mineração. Apresenta arrecadação por tipo de substância.

A Tabela 1 a seguir apresenta os temas e indicadores avaliados no Estudo em tela.

Tabela 1. Quadro dos temas e indicadores contemplados no diagnóstico socioeconômico da AER.

TEMAS	INDICADORES
Contexto histórico	História de Itabirito
	História de Ouro Preto
	História de Santa Bárbara
Caracterização populacional	Dinâmica demográfica
	Estimativa da população 2021
	Hierarquia urbana
	Perfil demográfico segundo a localização do domicílio
	Perfil etário da população
	Razão de dependência
	Razão de sexo
	Movimento migratório - imigrantes e emigrantes
	Deslocamentos pendulares
Qualidade de Vida	Desenvolvimento Humano IDH-M
	Vulnerabilidade social
	Desigualdade social
Habitação	Infraestrutura de saneamento básico e serviços essenciais
	Adequabilidade das moradias
	Principais acessos
Educação	Matrículas escolares por nível de ensino
	Indicadores educacionais dos municípios da AER
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB
	Indicadores de qualidade do IMRS
Saúde	Estabelecimentos e equipamentos de saúde
	Leitos no sistema de saúde por tipologia
	Recursos humanos no sistema de saúde por especialidade médica
	Causas de internações por tipologia
	Indicadores qualitativos da situação da Saúde nos municípios da AER
Economia	Produção por setores econômicos
	Dinâmica do mercado de trabalho
	Empregos formais por setores econômicos
	Finanças públicas
Segurança Pública	Taxa de crimes violentos (por cem mil hab.)
	Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (por cem mil hab.)
	Taxa de crimes violentos contra a pessoa (por cem mil hab.)
	Taxa de homicídios dolosos (por cem mil hab.)
	Taxa de crimes de menor potencial ofensivo (por cem mil hab.)
	Número de policiais militares
	Número de policiais civis
	Habitantes por policial civil ou militar (habitantes)
Uso e ocupação do solo	Utilização das terras na AER
	Ocupação das terras na AER
	Estrutura fundiária
	Principais cultivos agrícolas da AER
	Pecuária
Povos e comunidades tradicionais	Contextualização municipal
Patrimônio Natural da AER	Parque Nacional da Serra do Gandarela

TEMAS	INDICADORES
	Floresta Estadual Uaimií
	APA Estadual Cachoeira das Andorinhas
	APA SUL RMBH
Área de Estudo Local	Propriedades da Área de Estudo Local
	Comunidades da Área de Estudo Local
	Aspectos de infraestrutura da Área de Estudo Local
	Distrito de Acuruí
	Patrimônio Natural - aspectos relevantes do tema

Pode-se destacar que as informações secundárias para o diagnóstico em tela são disponibilizadas a partir de acessos aos respectivos bancos de dados de cada fonte. Cada indicador descrito anteriormente possui uma temporalidade distinta em relação à data de publicação, sendo assim, algumas informações não possuem atualizações recentes, mas foram utilizados os dados mais atualizados no momento da pesquisa.

O estudo também apresenta a história dos municípios da Área de Estudo Regional. A análise histórica possibilita a compreensão de quais foram as potencialidades e os recursos que deram origem ao processo de ocupação dos municípios em análise. Reflete, portanto, a cultura socioeconômica de um lugar. Neste mesmo contexto, também foram contempladas as questões relacionadas às políticas culturais no que concerne à gestão e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural dos municípios de Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara.

Já a comprovação da existência de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas contou com a verificação em acervos, nacionais, estaduais e municipais. No âmbito da pesquisa de campo, também se buscou identificar e caracterizar possíveis comunidades com tais classificações.

No que concerne à metodologia de pesquisa aplicada na AEL, objetivou-se o alinhamento de técnicas consagradas utilizadas em estudos sociais, proporcionando identificar as características locais e suas relações com o contexto de ocupação de áreas próximas ao Projeto, nos municípios de Itabirito, Santa Bárbara e Ouro Preto. Para estes levantamentos, foram desenvolvidos questionários específicos (Anexo VII) com o objetivo de estimar a população residente nas localidades próximas, como também identificar áreas de lazer e esporte, escolas, postos de saúde, transporte público, comércio, mercado de trabalho, além de compreender as condições de vida dos moradores mediante a sua percepção sobre o ambiente em que vivem e sobre o empreendimento proposto. Tema de grande relevância expresso no TR, que cita a necessidade de entender a dinâmica socioeconômica das propriedades afetadas, a população envolvida e as benfeitorias.

Nesse âmbito, foi importante buscar identificar a liderança comunitária das comunidades de Cristais e de Curral de Pedras, que são as mais próximas do Projeto. Isso ajudou a traçar um quadro sobre a realidade local, pois a posição social que a pessoa exerce lhe dá os predicados que dão respaldo às suas percepções, já que conhecem a comunidade como um todo.

A metodologia adotada para atingir os objetivos do trabalho consistiu de uma análise do território do entorno da AOP, por meio de imagem de satélite, e com o auxílio de geoprocessamento Avenza. Com base nessas informações, foram percorridas as áreas do entorno do Projeto, a partir da AOP, em um raio de até 3 km. Observa-se, no entanto, que no entorno imediato das áreas de sondagem, ora considerado como um raio de até 1,5 km, que circunscreve o alcance dos possíveis impactos de ruídos e emissão de material particulado,

é um território destituído de ocupação humana, sendo, basicamente, ocupado pela a atividade mineradora desenvolvida na Mina de Capanema, além de áreas dominadas por paredões rochosos e topografia acidentada

Dessa forma, as propriedades foram sendo escolhidas, bem como buscado o contato presencial com os moradores para realizar as entrevistas. Durante o processo de entrevista, se buscava informações sobre lideranças, bem como moradores que pudessem residir mais próximos da área onde irá ocorrer a sondagem. Essa ação foi uma vertente da ferramenta metodológica tradicional em estudos socioeconômicos, chamada Amostra em Bola de Neve, que é eficiente para o processo de identificação das lideranças de localidades rurais e de bairros. Para a realização de uma amostragem em bola de neve, é necessário que haja um intermediário inicial, também denominado de semente, que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada. No caso do estudo em tela, a pessoa que cumpria essa função eram os entrevistados de cada propriedade, que ao serem questionados se conheciam alguma liderança ou algum morador mais próximo respondiam a esse respeito, ajudando na consolidação da malha de entrevistados.<sup>1</sup>

A visita em campo, com o objetivo de identificar os proprietários e moradores que tinha alguma relação, seja permanente ou ocasional, com as propriedades inscritas na Área de Estudo Local, bem como, possíveis lideranças comunitárias, ocorreu entre os dias 14 a 18 de fevereiro de 2022.

Outra ferramenta metodológica utilizada foi a “Observação Não Participante”, principalmente para auxiliar na caracterização da Área de Estudo Regional – AER. Nesse método, o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está avaliando, tendo um papel de espectador do objeto observado.” (GIL, 2006, *apud* FERREIRA, TORRECILHA & MACHADO, 2012, p.4). “Na observação não participante, os sujeitos não sabem que estão sendo observados, o observador não está diretamente envolvido na situação analisada e não interage com objeto da observação. Nesse tipo de observação o pesquisador apreende uma situação como ela realmente ocorre.” (MOREIRA, 2004, *apud* FERREIRA, TORRECILHA & MACHADO, 2012, p.4). Este conceito metodológico consiste no reconhecimento das condições locais que proporcionam uma caracterização socioambiental de uma região, neste estudo, em específico, as áreas pertencentes aos municípios de Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara. Na medida do possível, são realizados registros fotográficos no intuito de exemplificar alguns aspectos relevantes na análise, além de anotações em cadernetas. Como já citado anteriormente, é possível associar estes registros aos indicadores de diversas fontes coletadas previamente e/ou posteriormente às observações em campo.

Portanto, as verificações *in loco* objetivaram a compreensão de vários aspectos locais, dentre eles: a dinâmica do tráfego de veículos, visando a identificação dos fluxos de veículos de maior porte na AEL, especialmente nas proximidades da unidade de mineração e/ou associadas à mesma. Além disso, buscou-se o mapeamento de equipamentos comunitários, locais de lazer, além de interações da ocupação antrópica, principalmente, na identificação do uso e ocupação do solo da Área de Estudo Local. As informações provenientes das investigações em campo contaram, basicamente, com a observação e registros de técnicos especializados no contexto socioambiental.

### **Definição de Áreas de Estudo.**

De acordo com o que foi proposto pela Vale S.A., no Projeto de Pesquisa Mineral Mina de Capanema, apresentado no capítulo de Caracterização do Empreendimento (CE), definiu-

---

<sup>1</sup> BOCKORNI, B.R.S.; GOMES, A.F. A amostragem em Snowball em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. 2021.



se a delimitação das áreas de estudo, visando compreender as dinâmicas socioambientais existentes no local de implantação do projeto, bem como no seu entorno. Isso se faz necessário para compreender e prever como o empreendimento poderá causar mudanças, tanto no território, como também nas interações com a comunidade do entorno.

Um fator importante consiste na existência de atividade mineradora no local, efetivada pela operação da Mina de Capanema. Com isso, é possível inferir que, ao longo do período de execução do Projeto, já ocorreram algumas alterações no espaço provenientes do processo de mineração, em diversos âmbitos como o econômico, cultural, ambiental, dentre outros. Essas mudanças possuem potencial para alterar não apenas o contexto local, mas também os municípios que as envolvem.

Contudo, é possível afirmar que, embora o Projeto faça parte de um contexto relacionado à continuidade das atividades mineradoras, ainda assim, alguns aspectos socioambientais podem ser afetados por ela, como emprego, renda, arrecadação pública, possíveis alterações da qualidade do ar, ruídos, vibrações, demandas diversas por infraestrutura urbana e serviços públicos (saúde, educação, segurança, lazer). Outro aspecto importante é que a busca por novas áreas de extração pode garantir a extensão da vida útil da Mina de Capanema. Sendo assim, é necessária a definição de áreas para estudo, visando identificar as possíveis alterações mencionadas.

Ressalta-se, metodologicamente, que, na fase inicial de estudo é prematuro definir as Áreas de Influência do empreendimento em função da natureza e da intensidade dos impactos, antes mesmo de compreender as dinâmicas presentes no território. A única exceção consiste na Área de Ocupação do Projeto (AOP) que, por definição, é representada pela área que será ocupada pelo empreendimento, sendo, portanto, um aspecto factual, não sujeito à interpretação quanto a sua delimitação. A partir da AOP e, concomitantemente, das características do empreendimento em estudo, realiza-se uma avaliação para prognosticar possíveis impactos socioeconômicos, as suas magnitudes e a extensão no território em que poderão sofrer alterações. Portanto, considerou-se a não criação prévia de áreas de influência, mas uma área de abrangência do estudo que busca avaliar os impactos sobre uma determinada região. Em grande parte das situações que envolvam grandes projetos, ela ultrapassa as fronteiras do município, mas esta não é uma regra geral e demanda uma análise específica.

O Projeto está integralmente inserido nos municípios de Itabirito e Santa Bárbara, em áreas que pertencem à mineradora Vale S.A., bem como, em menor proporção, em de terceiros. Ressalta-se, porém, que a Mina de Capanema possui trechos inseridos em áreas do território do município de Ouro Preto, bem como uma parte da AEL do Projeto. Com isso, o município passa a ter uma relação direta, no seu território inserido na AEL, e indireta com o Projeto de Pesquisa. Com o decorrer das análises apresentadas ficou clara a existência de sensibilidade do município de Ouro Preto com as alterações que as diversas atividades relacionadas à Mina de Capanema, como o Projeto de Pesquisa, podem promover. Portanto, definiu-se pela caracterização socioeconômica destes municípios, já que eles, em tese, poderão absorver vários impactos sociais e econômicos decorrentes do empreendimento a ser licenciado. Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara conformam a região em que os potenciais impactos socioambientais, diretos e indiretos, estarão circunscritos. Logo, torna-se relevante a pesquisa nesse espaço, considerado ao longo deste diagnóstico como Área de Estudo Regional (AER).

Por sua vez, visando compreender, principalmente, a magnitude dos impactos a serem gerados no empreendimento, buscou-se a identificação de aspectos socioeconômicos nas

áreas limítrofes ao projeto. Dessa forma, o estudo teve, inicialmente, o objetivo de caracterizar as principais localidades situadas em um raio de até 3 km do Projeto. A baixa densidade demográfica apresentada no território a ser abrangido pela pesquisa de campo, demandou uma área de entorno um pouco mais abrangente do que o potencial de gerar impactos que possam ser sensíveis à população que reside na localidade. Nas áreas mais distantes do projeto, acima do raio estabelecido, há uma tendência de dispersão dos impactos com o aumento da distância do foco gerador. Ressalta-se que, no momento da definição das Áreas de Estudo, não era possível inferir quais impactos ocorrerão sobre a mesma, contudo, em função do potencial do Projeto, foi estabelecida essa área, para buscar compreender o espaço e, consequentemente, identificar futuras modificações que possam afetar o modo de vida da população local e das propriedades rurais no entorno ao Projeto.

Cabe mencionar que a área circunscrita pelo raio de até 3 km e que conforma a Área de Estudo Local - AEL possui característica de área rural, com pouco adensamento de residências, conforme será apresentado no capítulo específico. Além disso, foram incluídas na AEL as comunidades de Cristais e de Curral de Pedras, que se encontram a aproximadamente, 4 km do Projeto. Essas são as comunidades mais próximas das áreas de pesquisa mineral e, por isso, foram incluídas, pois em função de aglomerar diversas famílias, tornam-se áreas mais sensíveis aos possíveis impactos que possam ser gerados pelo Projeto.

A definição inicial do espaço a ser impactado pelo empreendimento poderá ser ampliada ou reduzida, conforme as análises do diagnóstico socioeconômico e das avaliações de impacto, propiciando as definições de Área de Influência que serão contempladas no decorrer do Estudo de Impacto Ambiental. Um exemplo dessa possibilidade foi a necessidade de ampliar a abrangência da pesquisa primária para conseguir relatos das pessoas que residem mais próximas da Mina de Capanema e, por conseguinte, do Projeto de Pesquisa.

### 6.3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

#### 6.3.2.1. Contexto Histórico dos Municípios da Área de Estudo Regional

##### 6.3.2.1.1. História de Itabirito

No final do século XVII, as descobertas de ouro nas imediações de Sabará e Ouro Preto provocaram um grande deslocamento de pessoas para a região central de Minas Gerais. Colonos e imigrantes de vários lugares começaram a povoar as terras que, em pouco tempo, transformaram-se em arraiais, freguesias e vilas (IBGE, 2022).. Dentre os que foram despertados pela riqueza, destacam-se os bandeirantes Fernão Dias Paes Leme e Borba Gato que, a partir de 1660, iniciaram suas incursões pela região.

Os bandeirantes instalaram-se nos locais chamados Cata Branca, Córrego Seco, Arêdes, Bragança e Pé de Morro, onde iniciaram a exploração de ouro, tanto em terra como no leito dos rios. Segundo o historiador mineiro Augusto de Lima Júnior, a chegada do Capitão-mor Luiz de Figueiredo Monterroio e de Francisco Homem Del Rey à região do Pico de Itaubyra (atual Pico de Itabirito), em 1709, deu início aos primeiros núcleos fixos de habitantes e a intensificação da extração de ouro no atual distrito-sede de Itabirito. As minas de Cata Branca e Córrego Seco, situadas na localidade de Arêdes, são parte deste período (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO, 2022).

As atividades de mineração do ouro na sede e em Acuruí continuaram ativas e influenciaram a economia municipal até meados do século XIX, apesar dos sinais de esgotamento de boa parte das jazidas em Minas Gerais. Conectadas às atividades

comerciais, agrícolas e pecuárias, as extrações auríferas ajudaram a minimizar os efeitos da crise minerária nessas localidades. No entanto, a partir de 1844, as evidências de diminuição dos rendimentos das lavras e faiscações e o desabamento da Mina de Cata Branca, que causou a morte de 100 operários e era a principal da região, começaram a provocar um expressivo desaquecimento econômico que se refletiu na vida social e cultural da população local. Ressalta-se que na Mina de Cata Branca, a empresa inglesa *The Brazilian Company Ltda* estruturou à época um dos principais processos tecnológicos de mineração subterrânea existentes no Brasil durante a primeira metade do século XIX, o que dá uma noção do impacto que foi o seu trágico encerramento (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO, 2022).

Esse cenário arrastou-se até a década de 1880, quando as instalações dos trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II, a abertura de empresas nos ramos da siderurgia, tecidos e couro e o crescimento da população passaram a modificar a feição da sede de Itabirito (antiga freguesia de Itabira do Campo). Aos poucos, a antiga paisagem colonial começou a ser substituída pela paisagem industrial. Esse desenvolvimento tornou-se a base de sustentação para os desejos de emancipação municipal, realizada em 7 de setembro de 1923, quando recebeu o nome de Itabirito, vocábulo indígena que significa pedra aguda. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO, 2022)

Itabirito está inserida na região do Quadrilátero Ferrífero e abriga importante atividade de exploração de minério, além de outros ramos dinâmicos nos setores da indústria e de serviços. Atualmente, o município desenvolve-se buscando equilibrar as necessidades do presente e a valorização do seu patrimônio cultural, referência importante sobre as histórias que antecederam ou acompanharam a formação de Itabirito (IBGE, 2022).

Data de Fundação

1709, Lei nº 1894/1995

Data de aniversário e emancipação

7 de setembro de 1923

Padroeira

Nossa Senhora da Boa Viagem, comemoração em 15 de agosto

Atualmente a Comarca de Itabirito é de 1ª Entrância.

#### 6.3.2.1.2. História de Ouro Preto

A história de Ouro Preto está diretamente ligada à de Minas Gerais, remetendo-se ao contexto no qual se desenvolveram as bandeiras e a posterior corrida pela exploração aurífera. Até meados do século XVII, os portugueses haviam se estabelecido na região litorânea da colônia e o interior brasileiro permanecia preponderantemente desconhecido. Alguns grupos de homens, entretanto, já realizavam incursões costa adentro no intuito de buscar mão de obra escrava.

As bandeiras, como ficaram conhecidas tais expedições, acabaram possuindo significativa importância no processo de descobrimento e divulgação da existência de ouro na região de Minas Gerais. Inúmeros registros indicam a ocorrência de expedições pelos sertões mineiros, destacando-se aquelas realizadas por Manuel de Borba Gato, Rodrigo de Castelo Branco e Fernão Dias Paes Leme, o emblemático “descobridor de esmeraldas”. Alguns historiadores acreditam que a campanha chefiada por este bandeirante foi fundamental para a descoberta dos metais preciosos no interior, haja vista que apesar de não ter percorrido a zona aurífera sistematicamente, tais rotas acabaram sendo utilizadas por outros bandeirantes.



Devido às confirmações de ocorrência de ouro, a partir de 1695, na região mineira, inúmeras expedições avançaram para o interior do território<sup>2</sup>. Segundo alguns relatos, a bandeira do sertanista Antônio Dias, por volta de 1698, alcançou o Pico do Itacolomi, região onde se ergueu a atual cidade de Ouro Preto. As notícias sobre a existência de riquezas minerais na região espalharam-se por toda a Colônia, chegando até mesmo a atingir a população lusitana no outro lado do Atlântico<sup>3</sup>. Com os ânimos aguçados pela possibilidade de ascensão financeira, muitos lançaram-se em busca do precioso metal nas diversas localidades onde ele havia sido encontrado, inclusive na região do Pico do Itacolomi<sup>4</sup>.

### ***As Primeiras Vilas da Região Mineradora***

Em um primeiro momento, as povoações ainda se mostravam demasiadamente desorganizadas: com o intenso fluxo migratório, criou-se uma situação em que não havia uma infraestrutura capaz de atender às necessidades daqueles novos habitantes. Foi nesta conjuntura que, entre os anos de 1709 e 1710, os paulistas, pioneiros na exploração do ouro, reivindicaram o controle da exploração do metal, entrando em conflito aberto com os forasteiros - os recém-chegados portugueses, baianos e pernambucanos, os quais exigiam o direito de trabalhar nas lavras. O choque entre estes dois gerou um conflito conhecido como “Guerra dos Emboabas”, o qual motivou o governo português a criar a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro – tendo Mariana como capital – separada do Rio de Janeiro, no intuito de fortalecer a organização e a fiscalização das minas.

A formação dos primeiros aglomerados urbanos, que no ano de 1711 constituiriam Vila Rica, foi atribuída a três exploradores auríferos: Padre João Faria Fialho, Antônio Dias de Oliveira e Francisco da Silva Bueno, homens que descobriram o ouro na região nos últimos anos do século XVII e cujos nomes foram transferidos aos ribeirões das localidades; contudo, deve-se destacar que as construções de capelas nas redondezas também incentivaram o povoamento daqueles novos espaços.

A intensa exploração das minas e a abundância de ouro na região tornaram necessária a implementação de mecanismos de controle sobre a população. Dessa forma, a Coroa Portuguesa procurou fixar os indivíduos em aldeamentos, criando todo um aparato político-burocrático na tentativa de fiscalizar e regulamentar a exploração do metal.

Entre 1711 e 1715 fundaram-se as primeiras vilas, como Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Sabará<sup>5</sup>. Cada qual com sua Câmara Municipal, seus juízes, bem como vereadores eleitos por setores privilegiados da sociedade. Devido aos seus contingentes populacionais e a fatores de cunho político administrativo, os arraiais de São João, Padre Faria, Antônio Dias, Bom Sucesso e Ouro Podre<sup>6</sup> foram anexados e elevados à categoria de vila, tornando-se Vila Rica de Albuquerque – em homenagem ao capitão-

<sup>2</sup> WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.146, 157; FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed.; 2º reimp. SP: Ed. USP, 2007, p.98; LOPES, Adriana. História do Brasil: uma interpretação. 2ªed.; SP: Ed. Senac São Paulo, 2008, p.190.

<sup>3</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr, ; AB'SABER, Aziz Nacib, . A época colonial; tomo I; vol. 2: administração, economia, sociedade. (História geral da civilização brasileira). SP: Difusão Européia do Livro, 1960. 518 p. T I v. 2., p.266; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de (Volume 2, 2. ed.). RJ: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877, p.893-894; ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, p.131-132.

<sup>4</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed.; 2º reimp. SP: Ed. USP, 2007, p.98-102; LOPES, Adriana. História do Brasil: uma interpretação. 2ªed.; SP: Ed. Senac São Paulo, 2008, p.190; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de (Volume 2, 2. ed.). RJ: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877, p.893-894; Gerodetti, João Emilio; CORNEJO, Carlos. Ouro Preto. A cidade Monumento. In: Lembranças do Brasil. As capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças. Ministério da Cultura. SP: Solares Edições Culturais, 2004, p.60-61.

<sup>5</sup> WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.160.

<sup>6</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Enciclopédia dos Municípios do IBGE planejada e orientada por Jurandir Pires Ferreira. XXVI Volume. P. 227.

general da Capitania, Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho<sup>7</sup>. Nesse período também foram criadas a Vila Real de Sabará e a Vila do Ribeirão do Carmo, ambas vinculadas à atividade de exploração aurífera. Em 1714, foram criadas pela provisão de 06 de abril daquele ano, as três primeiras comarcas da Capitania, sendo uma delas a de Ouro Preto, com sede em Vila Rica<sup>8</sup>.

Foram ali erigidas capelas, as quais constituem-se em “expressão de permanência e assentamento no espaço, em meio a um processo de ocupação marcado pelo efêmero e pelo desapego ao lugar”<sup>9</sup>. Se hoje, as igrejas e matrizes emergem como fortes elementos de identificação inseridos no espaço urbano de Ouro Preto, o mesmo se passava na Vila Rica do século XVIII. A partir das capelas foram estabelecidos os limites dos arraiais e os nomes dos mesmos. Em torno das primeiras capelas, foram construídas moradias e desenvolveu-se o comércio e conformação urbana de muitos dos povoados da região mineradora. O núcleo urbano de Vila Rica expandiu-se até 1770, consolidando uma estrutura próxima daquela que conhecemos hoje<sup>10</sup>.

A região onde atualmente se localiza a cidade de Ouro Preto vivenciou grandes mudanças com o desenvolvimento da exploração mineradora. A predominância da vida urbana permitiu à sociedade da época oportunidades de ascensão financeira e acabou atraindo uma variedade de pessoas movidas pela ambição e pela possibilidade de conquistar prestígio na sociedade.

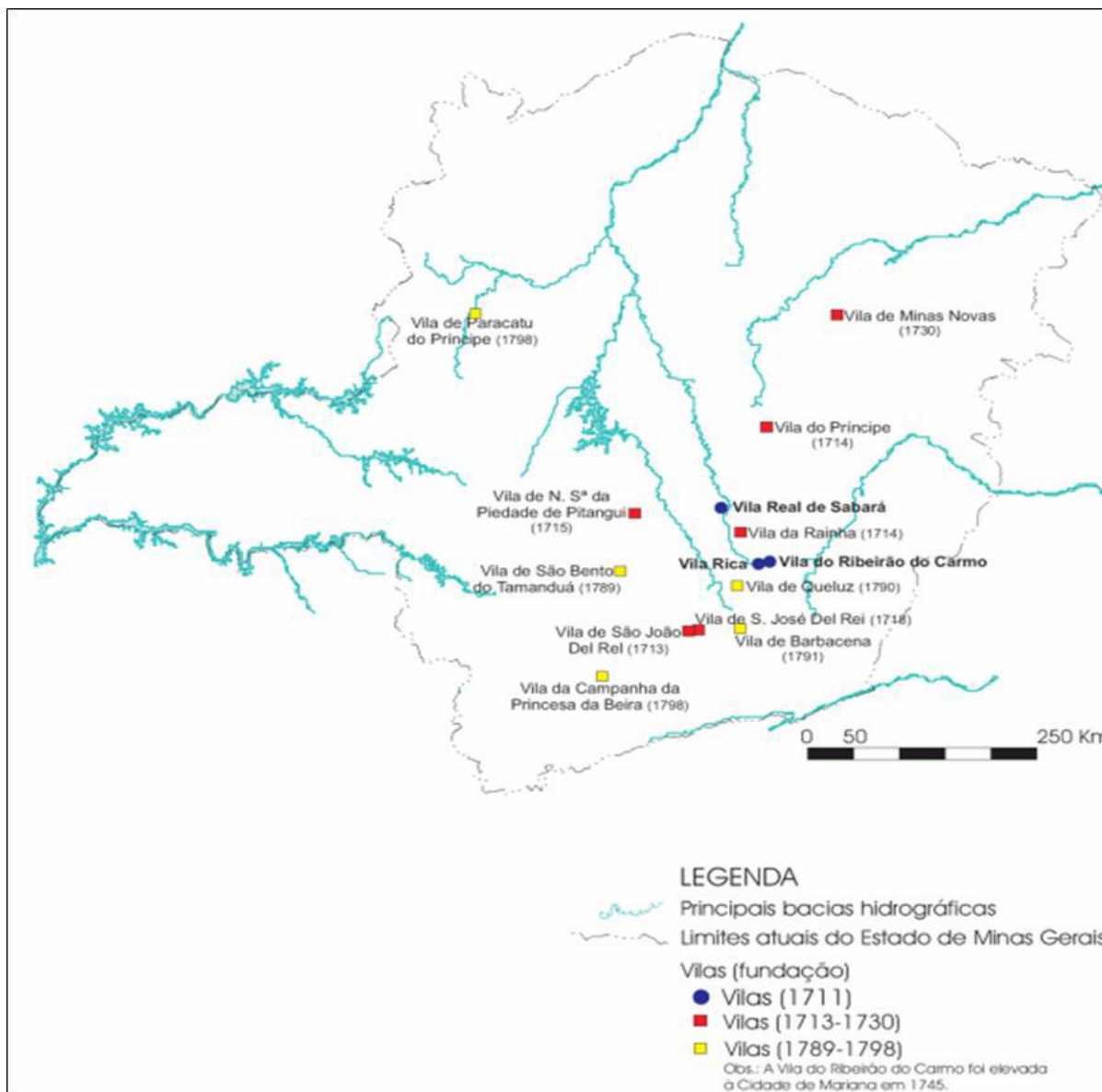
A Figura 1, a seguir, apresenta as primeiras vilas que marcaram o início da ocupação do território de Minas Gerais.

<sup>7</sup> O *Termo de Ereção de Vila Rica*, de 8 de julho de 1711, define a união dos arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias, sob a liderança do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Em 15 de dezembro de 1712, através de uma Carta Régia, o topônimo foi simplificado para Vila Rica. D. João V legitimou "Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar", para homenagear a padroeira da cidade. O nome Ouro Preto foi adotado em 20 de março de 1823, quando a antiga Vila Rica foi elevada a cidade. "Ouro Preto" vem do ouro escuro, recoberto com uma camada de óxido de ferro, encontrado na região.

<sup>8</sup> VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Centro de Estudos Culturais. BH: Fundação João Pinheiro, 1998, p.882.

<sup>9</sup> ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. P. 37.

<sup>10</sup> MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto; Relatório Síntese*. P. 11.



Fonte: COSTA, (1970).

Figura 1. Colonização do território mineiro: fundação de vilas (séc. XVIII).

Além dos mineradores, outros profissionais foram se estabelecendo na região no intuito de suprir as necessidades daqueles que ali residiam. Sendo assim, Vila Rica foi, aos poucos, sendo construída por artesãos, mercadores, advogados, médicos, clérigos, escravos, comerciantes, negros forros, intelectuais e tantos outros além daqueles que se dedicavam à mineração.

### **Conflitos e Tensões na Busca pela Liberdade**

Vila Rica presenciou acontecimentos marcantes da história mineira e brasileira. Muitos desses episódios apontaram para a ação e reação da população contra o Estado Português e aplicação de medidas desse para conter a população. Já em 19 de abril de 1702, a Coroa Portuguesa criou o Regimento das Terras Minerais que organizou a exploração aurífera estabelecida pela Carta Régia de 1602, na qual declarava a livre exploração, mediante o

pagamento do quinto, o imposto devido à metrópole. Ademais, esse regimento tentou impedir as inúmeras e bem-sucedidas tentativas de contrabando<sup>11</sup>.

Com esse regimento estava administrada as minas a partir da organização de distribuição das jazidas encontradas pelo garimpeiro. Elas eram divididas em datas, que são porções das jazidas que representavam a unidade de produção. O garimpeiro registrava o seu veio descoberto para garantir as suas datas, outras duas eram reservadas ao Estado, as outras eram distribuídas àqueles que chegassem pela ordem de registro ou divididas entre os descobridores<sup>12</sup>.

De uma maneira geral, as regulamentações sobre a exploração do ouro foram maneiras de domínio na Colônia pela Coroa que visavam o controle sobre a quantidade de metal extraída e o impedimento ao seu contrabando<sup>13</sup>. A Coroa utilizou diversas estratégias para garantir tais objetivos e conservar os lucros obtidos com as tributações: por exemplo, uma das principais atitudes do governo português para evitar o contrabando e garantir o pagamento dos impostos foi o estabelecimento de Casas de Fundação (1619), locais onde o ouro seria fundido para a sua comercialização. Tal determinação levou ao descontentamento da população, fazendo-se eclodir em 1720 a “Revolta de Felipe dos Santos”. Sufocada com severidade pela Metrópole, tal movimento levou à prisão seus participantes e execução de seu líder<sup>14</sup>.

Dentre outras medidas adotadas pela Coroa para ter o controle da Colônia e garantir seus lucros a partir da mineração, estava a de proibição de manufaturas no Brasil pelos

<sup>11</sup> RINGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLII, p. 90-105, jul.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/revista-apm-dezembro-2006.pdf>. Acesso em 09/05/2014; PAULA, João Antônio de. A Mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. VILLALTA, Luiz Carlos; REZENDE, Maria Efigênia Lage de (orgs). As Minas Setecentistas. vol.1. BH: Autêntica; Cia do Tempo, 2007. p.286-300. ARRECADAÇÃO de impostos no Brasil Colonial. In: Memória da Receita Federal. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria\\_fazendaria/brasilcolonial/default.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria_fazendaria/brasilcolonial/default.asp)Acesso em 9/05/2014; CAMARGO, Angélica Ricci. Casas de fundição. Memória da Administração Pública Brasileira. Coordenação geral de Gestão de Documentos – Coged, Arquivo Nacional, RJ, 2011. In: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3735>. Acesso em 9/05/2014; WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.159-160.

<sup>12</sup> RINGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLII, p. 90-105, jul.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/revista-apm-dezembro-2006.pdf>. Acesso em 09/05/2014; ARRECADAÇÃO de impostos no Brasil Colonial. In: Memória da Receita Federal. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria\\_fazendaria/brasilcolonial/default.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria_fazendaria/brasilcolonial/default.asp)Acesso em 9/05/2014; CAMARGO, Angélica Ricci. Casas de fundição. Memória da Administração Pública Brasileira. Coordenação geral de Gestão de Documentos – Coged, Arquivo Nacional, RJ, 2011. In: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3735>. Acesso em 9/05/2014; WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.159-160.

<sup>13</sup> RINGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLII, p. 90-105, jul.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/revista-apm-dezembro-2006.pdf>. Acesso em 09/05/2014; ARRECADAÇÃO de impostos no Brasil Colonial. In: Memória da Receita Federal. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria\\_fazendaria/brasilcolonial/default.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria_fazendaria/brasilcolonial/default.asp)Acesso em 9/05/2014; CAMARGO, Angélica Ricci. Casas de fundição. Memória da Administração Pública Brasileira. Coordenação geral de Gestão de Documentos – Coged, Arquivo Nacional, RJ, 2011. In: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3735>. Acesso em 9/05/2014; WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.159-160.

<sup>14</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed.; 2º reimp. SP: Ed. USP, 2007, p.98-102; LOPES, Adriana. História do Brasil: uma interpretação. 2ªed.; SP: Ed. Senac São Paulo, 2008, p.113-119; VEIGA, José Xavier da. Efemérides Mineiras. Centro de Estudos Culturais. BH: Fundação João Pinheiro, 1998, p.218-219; RINGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLII, p. 90-105, jul.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/ArquivoPublico/File/revista-apm-dezembro-2006.pdf>. Acesso em 09/05/2014; ARRECADAÇÃO de impostos no Brasil Colonial. In: Memória da Receita Federal. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria\\_fazendaria/brasilcolonial/default.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/memoria_fazendaria/brasilcolonial/default.asp)Acesso em 9/05/2014; CAMARGO, Angélica Ricci. Casas de fundição. Memória da Administração Pública Brasileira. Coordenação geral de Gestão de Documentos – Coged, Arquivo Nacional, RJ, 2011. In: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3735>. Acesso em 9/05/2014; WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.159-160.

colonos. Dona Maria lança, em 5 de janeiro de 1785, em Lisboa, um alvará que impede a existência de todas as fábricas e demais manufaturas até nas terras minerais<sup>15</sup>.

*“Ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído a extração do ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes uteis, e vantajosos trabalhos, ao contrario os deixam, e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes como são os das fabricas, e manufaturas”<sup>16</sup>.*

Os impostos garantiram o lucro da Coroa Portuguesa até meados do século XVIII, quando houve o início da queda da produção aurífera das minas. Com isso, à medida que a extração de metal precioso era reduzida e os tributos não coletavam a quantidade de ouro estipulada, a Coroa intensificava as suas estratégias de recolhimento tributário e de fiscalização do contrabando. Outra forma encontrada pelo Estado para suprir a deficiência da extração foi estipular a “derrama”, instrumento de arrecadação compulsória anual que visava o recolhimento de impostos atrasados. Essa opressiva tributação criou condições propícias ao famoso movimento da “Inconfidência Mineira”<sup>17</sup>.

De acordo com Boris Fausto, a Inconfidência Mineira teve relação direta com as características da sociedade regional e com o agravamento de seus problemas, nos dois últimos decênios do século XVIII. Isso não significa que seus integrantes não fossem influenciados pelas novas ideias que surgiram na Europa e na América do Norte [...]. Ao lado disso, nas últimas décadas do século XVIII, a sociedade mineira entrara em uma fase de declínio, marcada pela queda contínua da produção de ouro e pelas medidas da Coroa no sentido de garantir a arrecadação do quinto<sup>18</sup>.

Em síntese, houve uma junção de fatores que favoreceram o movimento de “conspiração” contra a condição colonial imposta pela Coroa em Minas Gerais<sup>19</sup>.

O município guarda ainda o provável local de reuniões da conspiração, a Casa dos Inconfidentes. Retirada da cidade, localizada no morro do Cruzeiro, o imóvel pertenceu à família do inconfidente José Álvares Maciel. A construção abriga até hoje alguns móveis de época e, atualmente, funciona nesse imóvel o Museu Casa dos Inconfidentes.

<sup>15</sup> Alvará de Dona Maria I, de 5 de janeiro de 1785, Lisboa, fls. 27 e 28. Cartas, provisões e alvarás. Códice 439. Fundo: EG. Junta da Fazenda da província de São Paulo. Acervo do arquivo nacional, Brasil. <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf>. Acesso em 09/05/2014.

<sup>16</sup> Alvará de Dona Maria I, de 5 de janeiro de 1785, Lisboa, fls. 27 e 28. Cartas, provisões e alvarás. Códice 439. Fundo: EG. Junta da Fazenda da província de São Paulo. Acervo do arquivo nacional, Brasil. <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf>. Acesso em 09/05/2014.

<sup>17</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed.; 2º reimp. SP: Ed. USP, 2007, p.110-119; VEIGA, José Xavier da. Efemérides Mineiras. Centro de Estudos Culturais. BH: Fundação João Pinheiro, 1998, p.402-438; WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.218-220.

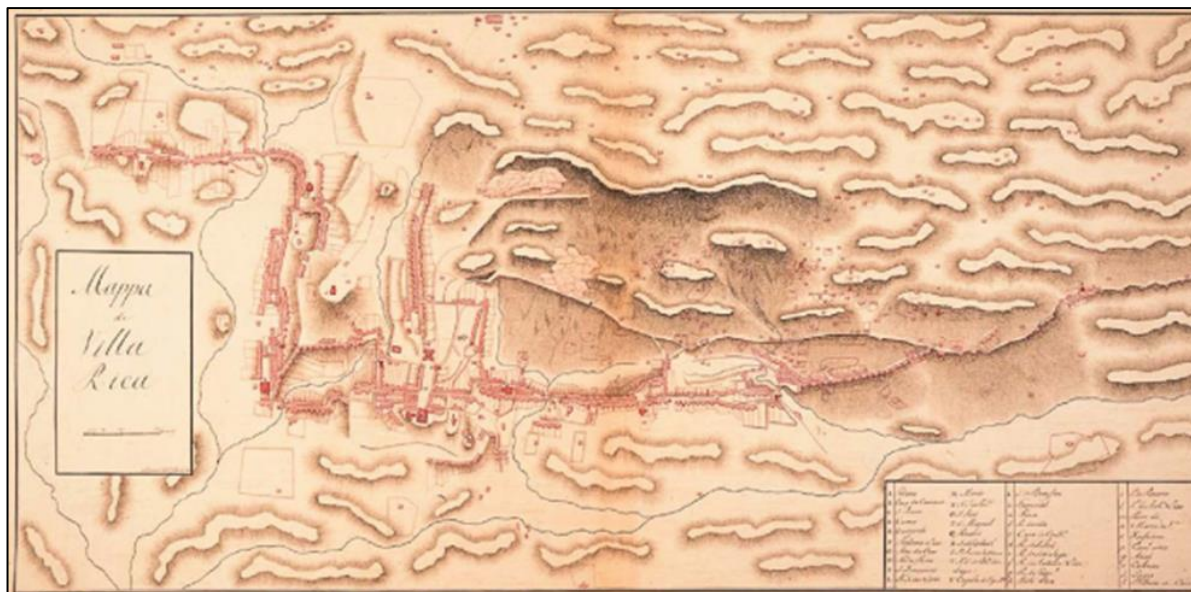
<sup>18</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed.; 2º reimp. SP: Ed. USP, 2007, p.114-115.

<sup>19</sup> WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.159-160; FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed.; 2º reimp. SP: Ed. USP, 2007, p.110-119; VEIGA, José Xavier da. Efemérides Mineiras. Centro de Estudos Culturais. BH: Fundação João Pinheiro, 1998, p.402-438; WHELING, Arno. Formação do Brasil colonial. 4ed. ampl. RJ: Nova Fronteira, 2005, p.218-220.



### **A Paisagem Urbana da Antiga Vila Rica.**

A Figura 2, a seguir, apresenta a paisagem urbana da antiga Vila Rica (atual Ouro Preto), onde se pode observar o traçado que deu origem ao atual distrito-sede de Ouro Preto, bem como o relevo montanhoso de seu entorno.



Fonte: GUIMARÃES, s.d. *Apud* FONSCECA, (2012).

Figura 2. Mapa Antigo de Villa Rica.

Desde a sua fundação, Vila Rica já apresentava inúmeros problemas urbanos. Ela possuía vias estreitas e tortuosas, desprovidas de qualquer calçamento, era tomada por animais domésticos como cabras, galinhas e porcos. No período noturno, a inexistência de iluminação pública obrigava as pessoas a caminharem pelas ruas com lanternas. As práticas sociais eram comprometidas pela precária iluminação que favorecia aos crimes noturnos. A insegurança, somada às construções desordenadas e às destruições de casas, ruas, pontes e caminhos pelas chuvas, configurava um caos urbano<sup>20</sup>.

Em 1795 os vereadores locais decretaram algumas posturas, como a que obrigava os habitantes a limparem as ruas e becos públicos que se encontravam imundos<sup>21</sup>. Era de responsabilidade da Câmara a construção e manutenção dos caminhos, ruas, chafarizes, pontes, calçadas, fontes, a limpeza das vias públicas e a captação, canalização e escoamento das águas. No entanto, determinações como: a definição da apropriação do solo; o alinhamento das construções com as vias públicas; o estabelecimento de limites ao direito de construir, assegurando que os telhados das casas não escoassem água para os vizinhos, proibindo a abertura de fachadas para os becos e estipulando a extensão da testada dos lotes, nem sempre eram obedecidas<sup>22</sup>.

Entre 1740 e 1760, foi construída a maioria dos chafarizes, das fontes e pontes de Vila Rica. São dessa época os chafarizes do Alto do Padre Faria (1742); de Henrique Lopes (1742); do fundo do Padre Faria (1744); São José ou dos Contos (1745); dos Quartéis (1746); da Rua Ouvidor e da fonte de Ouro Preto (1752). O abastecimento de água sempre foi um problema crucial para a Vila. O desvio da água dos encanamentos públicos e o encanamento

<sup>20</sup> VASCONCELOS, Sílvio. *Vila Rica*. P. 131-135.

<sup>21</sup> CAMPOS, Helena Guimarães. *História de Minas Gerais*. BH: Ed. LÊ, 2005, p.70.

<sup>22</sup> D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço setecentista nas Minas. *Revista de Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, 9, 1989. P. 134-135.

das águas nascentes deveriam ser autorizados pela Câmara. Medidas à revelia eram consideradas roubo, sujeito às penas de prisão e fiança. A construção de pontes e o bom estado dos caminhos estavam ligados à preocupação com o comércio e se estendeu durante todo o século XIX. No mesmo período também foram edificadas as pontes de São José (1744); do Padre Faria (1750); do Rosário ou do Caquende (1753); de Antônio Dias ou de Marília (1755) e do Pilar ou de Ouro Preto (1756)<sup>23</sup>.

A Praça de Vila Rica, hoje chamada Tiradentes, foi aterrada e ampliada no final do século XVIII, quando da conclusão de parte do novo prédio da Casa de Câmara e Cadeia. Além de ser palco de eventos festivos, a praça era o centro cívico da vila, sede das cerimônias do poder. Nela concentravam-se as principais instituições políticas, símbolos do poder real – o Palácio dos Governadores, a Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho. Na praça, as decisões da Câmara eram tornadas públicas por meio de pregões e editais. Junto à Câmara ficavam o sino do povo e, mais tarde, o relógio público, elementos importantes, responsáveis pela regulação da vida dos moradores de Vila Rica<sup>24</sup>.

Ao lado das edificações civis, estava a arquitetura religiosa, que foi renovada após meados do século XVIII. Progressivamente, as primeiras capelas foram sendo substituídas. Algumas dessas igrejas são exemplos importantes da cultura barroca e manifestações do rococó mineiro quanto à arquitetura, a escultura, pintura ou ornamentação, como a de Nossa Senhora do Carmo (1766-1772) e a de São Francisco de Assis (iniciada em 1765, com a portada atribuída a Aleijadinho, datada de 1774-5).

A implantação da rede ferroviária, na virada do século XIX para o XX, veio conferir uma nova dinâmica aos espaços, propiciada por uma maior facilidade de deslocamento de pessoas e acesso a novidades. O trem de ferro, tanto quanto as montanhas e as igrejas, podem ser consideradas ícones de Minas Gerais, trazendo consigo, e junto com a luz elétrica, a ideia de progresso, com uma nova arquitetura, bem como novos costumes. Uma nova paisagem se formava e o crescimento da malha urbana era redirecionado, sobretudo, nas áreas mais planas, com a introdução de todo o aparato das ferrovias: a própria rede de trilhos e as estações eram elementos que emergiam significativamente.

### ***A História Viva na Cidade de Ouro Preto***

Ao mesmo tempo em que a extração do ouro mostrava sinais de retração, a população das minas desenvolvia outras atividades econômicas. O século XIX em Vila Rica é marcado não somente pela redução do impacto da exploração do ouro na economia local, mas também por inúmeras visitas de viajantes estrangeiros<sup>25</sup>, já que a localidade era considerada parada

<sup>23</sup> DA SILVA, Fabiano Gomes. Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. BH: FAFICH, 2007. p.49-59, 62-63; LAGE, Claudia. Ouro Preto, MG. In: PESSOA, José. Atlas de centros históricos do Brasil. RJ: Casa da Palavra, 2007, p.66-74; CAMPOS, Helena Guimarães. História de Minas Gerais. BH: Ed. LÊ, 2005, p.70; ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica. 1711-1715. Anais da Biblioteca Nacional. Vol.29. RJ: Biblioteca Nacional, 1927. p.199-391; 199-2002. In: [http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Anais\\_BN&pagfis=36921&pesq=&esrc=s&url=http://docvirt.com/docreadr.net](http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Anais_BN&pagfis=36921&pesq=&esrc=s&url=http://docvirt.com/docreadr.net) Acesso em 09/05/2014).

<sup>24</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. Introdução ao Barroco Mineiro: cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais. BH: Crisálida, 2006, p.24-27; LAGE, Claudia. Ouro Preto, MG. In: PESSOA, José. Atlas de centros históricos do Brasil. RJ: Casa da Palavra, 2007, p.66-74; IPHAN. Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico (Ouro Preto, MG). [http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_hist.gif&Cod=1368](http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1368). Acesso em 09/05/2014; MENEZES, Ivo Porto de. Praça Tiradentes (Ouro Preto): as transformações de um espaço público. Aqui: Arquitetura+Cultura, Belo Horizonte, n. 3, abr. 2002; Miranda, Selma Melo. Nos bastidores da arquitetura do ouro: aspectos da produção da arquitetura religiosa no século XVIII em Minas Gerais. Actas de III Congreso Internacional del Barroco Americano (2001); Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e rococó na arquitetura religiosa brasileira da segunda metade do século XVIII. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2001; Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de. O rococó religioso no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p.210-220.

<sup>25</sup> Dentre os viajantes, é possível mencionar nomes como: George Gardner, Auguste Saint-Hilaire, François Louis Nompard de Caumont La Force, J.C. Milliet de Saint-Adolphe e Richard Francis Burton, dentre outros.

obrigatória para aqueles que percorriam a região. Tais homens “(...) interessavam-se, sobretudo, em explorar os arredores da cidade e inventariar sua riqueza natural, fazendo anotações fartas sobre a botânica, a zoologia, a mineralogia e a geologia da região.”<sup>26</sup> e pela população indígena.

Entretanto, seus relatos destacam-se pelas análises pejorativas da cidade: seus olhares sobre o mundo possuíam o referencial europeu como padrão de civilidade, desconsiderando as particularidades e especificidades presentes no desenvolvimento de outras regiões.

Ainda assim, Vila Rica era tida como um centro de referência nacional e foi devido ao seu vertiginoso desenvolvimento que, em 24 de fevereiro de 1823, foi elevada por decreto imperial à categoria de cidade, cujo nome confirmou-se como Imperial Cidade de Ouro Preto pela Carta de Lei de 20 de março do mesmo ano. Tornou-se capital da Província de Minas Gerais até 1897, quando seu posto foi trocado pela recém-criada Belo Horizonte.

*“[...] com a transferência da capital para Belo Horizonte, foi bem mais forte o abalo sofrido pela velha Ouro Preto, em sua vida econômica, embora continuasse, pode-se dizer, por algum tempo ainda, como capital da cultura mineira, pois para ela continuava a dirigir-se boa parte da juventude de Minas e do Brasil, em busca de estudos dos níveis secundário e superior, em seus acreditados estabelecimentos como o antigo Ginásio Mineiro, a primitiva Escola Normal, as Escolas de Direito e Farmácia e a famosa Escola de Minas, conhecida em todo o mundo civilizado e em que se formaram os primeiros engenheiros civis e de minas.”<sup>27</sup>*

Assim, a cidade perdeu, de imediato, parte expressiva de sua população, que se transferiu para a nova capital. Além disso, a exaustão das minas afetou sensivelmente o quadro populacional da localidade, na medida em que inúmeras famílias migraram para as regiões cafeeiras. Apesar da instabilidade social gerada pela decadência do ouro, muitas pessoas permaneceram na antiga Vila Rica dando continuidade às suas vidas por meio de outras atividades. É nessa conjuntura que a agricultura, a pecuária<sup>28</sup> e o artesanato passaram a assumir um papel de destaque na economia local, uma vez que a extração do ouro foi se tornando encargo de companhias estrangeiras, principalmente inglesas.

Ouro Preto tem, hoje, sua base econômica centrada na extração mineral e no parque industrial do qual fazem parte uma grande indústria do ramo siderúrgico e mineradoras de grande porte, responsáveis por aproximadamente 80% da arrecadação municipal. O processo de industrialização desencadeado gerou um considerável crescimento da população urbana do município, destacando-se a redução expressiva da população rural.

Retornando ao início do já mencionado século XIX, cumpre sublinhar que as primeiras preocupações com os ensinos de mineralogia e metalurgia incitaram-se justamente nesse período<sup>29</sup>. Contudo, muitas foram as dificuldades enfrentadas pelos defensores desse tipo de política educacional, haja vista que os meios formais como a Constituição do Império, por exemplo, trataram de maneira superficial a questão da criação de colégios e universidades.

<sup>26</sup> MORAES, Fernanda Borges de. *O cotidiano e o espetáculo - paisagem, memória e turismo nos municípios de Ouro Preto e Mariana*. P. 22.

<sup>27</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Enciclopédia dos Municípios do IBGE planejada e orientada por Jurandir Pires Ferreira. XXVI Volume. P. 237.

<sup>28</sup> Nesta época, a agricultura e a pecuária se desenvolvem principalmente nas regiões em que se encontram os caminhos para o Rio de Janeiro, pois as redondezas de Vila Rica não apresentavam condições propícias a essas atividades.

<sup>29</sup> O Alvará de 13/05/1803 contemplava a necessidade de se providenciar medidas referentes a mineração e a moedagem em Minas Gerais, sendo o estabelecimento de instituições de ensino mineralógicas e metalúrgicas uma de suas principais metas. Tal legislação, promulgada pelo então príncipe regente D. João VI, não foi devidamente implementada, sofrendo intervenções por parte de outras autoridades metropolitanas, receosas pela aquisição de conhecimento formal por parte dos colonos.



Mesmo com esse quadro adverso, , por volta de 1832, houve a promulgação da lei que criava um curso de mineralogia, contemplando as áreas de exploração das minas, da metalurgia e da docimásia<sup>30</sup>.

E foi justamente o estabelecimento desse instituto que viabilizou, quarenta e quatro anos mais tarde, a emergência de uma das mais tradicionais instituições do país, a *Escola de Minas*<sup>31</sup>. Essa última protagonizou a constituição de um espaço pluridisciplinar para a cidade de Ouro Preto, na medida em que agregava diversos especialistas, professores, alunos e funcionários em torno de discussões que remetiam ao panorama de riquezas minerais ali encontradas – mesmo tendo sofrido um vertiginoso declínio em sua produção no século XIX, o ouro e outros minerais sempre foram referências para a cidade.

Concomitantemente a esse processo de incremento nas instituições educacionais superiores, as atividades manufatureiras fabris também emergiram como novas alternativas para a economia ouro-pretana. Dessa forma, o século XX se destacaria pela consolidação expressiva das indústrias na economia local e pelo estabelecimento de uma infraestrutura capaz de lidar com as novas demandas da sociedade: pavimentou-se a maioria das ruas, construíram-se redes de esgoto e de abastecimento de água, assim como de fornecimento de energia elétrica para uma parte significativa do município.

Atualmente, com uma população em torno dos 70 mil habitantes<sup>32</sup>, Ouro Preto apresentou uma significativa melhora em seus aspectos infraestruturais e nos setores de serviços. Criaram-se hospitais, postos de saúde, escolas públicas, instituições bancárias, sistemas de comunicação para atender a uma demanda cada vez maior<sup>33</sup> – empresas telefônicas, televisivas, jornalísticas podem ser citadas como bons exemplos.

Ademais, um dos grandes destaques contemporâneos consistiu na consolidação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), criada em 1969, como um dos principais centros brasileiros de excelência: ao incorporar duas instituições de ensino superior centenárias (*Escola de Minas e Escola de Farmácia*), a universidade ouro-pretana conseguiu mesclar tradição e modernidade em sua respectiva gama variada de cursos.

A qualidade do ensino em Ouro Preto atrai boa parte da juventude de Minas e do Brasil em busca de estudo nos níveis secundário e superior. A criação de centenas de *repúblicas* para acolher os estudantes confere peculiar jovialidade ao cotidiano ouro-pretano e contribui significativamente para o comércio local.

<sup>30</sup> Lei promulgada pelo Poder Executivo da Regência (representando D. Pedro II) no dia 03/10/1832.

<sup>31</sup> O decreto nº 6.026 de 06/11/1875 instituiu o primeiro regulamento da *Escola de Minas*, sendo a mesma instalada no dia 12/10/1876.

<sup>32</sup> Segundo dados do Censo 2000, são 66.277 pessoas, sendo a maioria residente na área urbana (85% do total).

<sup>33</sup> De acordo com os números fornecidos pelo site [www.ouropreto.com.br](http://www.ouropreto.com.br), a cidade apresenta 1 hospital, 3 postos de saúde e 5 centros de saúde, totalizando aproximadamente 110 leitos.

## **Ouro Preto: Transformações e Permanências**

As riquezas naturais e culturais presentes em Ouro Preto e seus respectivos distritos passaram a despertar nas autoridades locais o interesse pelo investimento no turismo. Nos dias atuais muitas pessoas deslocam-se anualmente para essas regiões no intuito de desfrutar a beleza das cachoeiras e montanhas ou conhecer as inúmeras festividades que ocorrem ao longo do ano nesses povoados. Na década de 1930, a cidade de Ouro Preto ganhava reconhecimento em âmbito nacional. Em 1933 a cidade de Ouro Preto foi elevada à categoria de monumento nacional brasileiro, medida reveladora do interesse do Governo Vargas na construção de uma memória que incorporasse a história ouropretana:

*“O Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no art. do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930; Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história; Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação; Resolve:*

*Art. 1º Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente. [...]”<sup>34</sup>*

Dessa forma, o decreto reconhecia a existência de um rico acervo arquitetônico e colonial em Ouro Preto e evocava a memória da Inconfidência Mineira, movimento de contestação política que, naquele momento, havia caído nas graças dos ideólogos do regime. Tendo em vista o reconhecimento atribuído à cidade mineira, é possível perceber que, naquele momento, os governantes tinham a percepção de que a construção de um imaginário nacional seria um instrumento útil para ajudar a atribuir legitimidade a um regime político cujos idealizadores haviam ascendido ao poder por formas não democráticas.

Além do conjunto arquitetônico e urbanístico do distrito sede de Ouro Preto, o IPHAN tombou, no período de 1938 a 1998, especificamente nessa cidade, muitos imóveis civis, religiosos e residenciais, além de fontes e passos, sobretudo no período de 1938 a 1950<sup>35</sup>. Nos demais distritos, contudo, sua ação foi menor. Nesse sentido, observa-se já nessa época uma valorização do núcleo urbano existente na sede de Ouro Preto em detrimento dos demais distritos.

No que tange às políticas de preservação, observa-se que a concepção da cidade como obra de arte, cujo valor estético era mais importante do que o valor documental, permitiu intervenções que acabaram por consolidar uma imagem idealizada da mesma. A pretensão dos órgãos responsáveis era a preservação do estilo colonial e, para tanto, foram destruídos acréscimos feitos às construções originais e mesmo algumas edificações posteriores ao século XVIII. Paralelamente, foram adotadas medidas de controle buscando impedir construções particulares que quebrassem a harmonia e a tipologia da arquitetura colonial. Nessa medida, *“a obsessão em congelar a arquitetura de Ouro Preto acabou por promover uma descaracterização e falsificação da paisagem urbana”*<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933, que “erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional”.

<sup>35</sup> UFMG, 2002 : 47.

<sup>36</sup> MOTTA, Lia. SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. P. 108-122.

Em 02 de setembro de 1980, a cidade foi a primeira do país a ganhar o título de *Patrimônio Cultural da Humanidade*, conferido pela UNESCO.



Fonte: IBGE, (2022).

Figura 3. Cavaleiro em rua de Ouro Preto no ano de 1956



Fonte: IBGE, (2022).

Figura 4. Procissão de Páscoa em Ouro Preto, em 1956

### 6.3.2.1.3. História de Santa Bárbara

O bandeirante Domingos Borges, em 1702, descobriu na parte oriental do Caraça ricas minas auríferas que, mais tarde, foram denominadas Catas Altas, tal a profundidade das escavações feitas. Na mesma época, o desbravador Antônio Bueno explorou, na região, outras minas. Como estas não ofereceram a mesma abundância de ouro que as de Catas Altas, resolveu explorar às margens do ribeirão de Santa Bárbara, onde achou minas ricas que atraíram povoadores, e deram início à formação do arraial. Conforme registro no calendário litúrgico, ele chegou na região em 4 de dezembro de 1704, dia de Santa Bárbara, e, por este motivo, batizou o ribeirão com este mesmo nome (IBGE, 2022; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, 2022).

O desenvolvimento do lugar, alimentado pela riqueza da terra, foi grande e logo foi elevado à Paróquia. Em 1713 a igreja Matriz de Santo Antônio começou a ser construída e, à medida que o arraial crescia, novas igrejas e capelas eram erguidas. O tempo passou e no ano de 1724, um alvará de 16 de fevereiro conferiu à Freguesia de Santa Bárbara o caráter de colativa, sendo o Padre Manoel de Souza Tavares (1724-1750) o seu primeiro vigário (IBGE, 2022; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, 2022).

Em 16 de fevereiro de 1724, o arraial foi elevado a distrito. E pela a Lei Provincial nº 134, de 16 de março de 1839, foi elevado à categoria de município, tendo seu território desmembrado do de Mariana (IBGE, 2022).

Na segunda metade do século XVII as reservas de ouro de aluvião começaram a se esgotar. Com isso, veio de um período de decadência e a população passou a se dedicar às culturas de subsistência e à criação de gado. E assim, nos primeiros anos do século XIX, as atividades de mineração quase não existiam mais. Em agosto de 1911, foi inaugurada a estação ferroviária da estrada de Ferro Central do Brasil, com isso há uma melhora da dinâmica econômica. E mais, com o trem chega o telégrafo. Enquanto porto seco e final de linha, a cidade floresceu, tornando-se referência econômica da região. Sua sede contava com equipamentos urbanos modernos, luz elétrica, água encanada, um hospital e um grupo escolar. É o período da expansão dos negócios e dos interesses políticos dos grupos que

dividem a elite local, se manifestando por meio de dois jornais da época A Vida (1906) e a Pátria (1909) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, 2022).

Destaca-se nesse sentido, a posse do conselheiro Affonso Penna, como quinto Presidente da República. Natural de Santa Bárbara, esse típico representante das elites de Minas Gerais teve uma carreira política notável que começou no império, terminando na Presidência da República, no período de 1906 a 1909 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, 2022).

A cidade consolidou a sua vocação para a produção de subsistência, além de ter se tornado importante centro atacadista. Vítor Silveira, nas anotações sobre Santa Bárbara, em 1925, registra: O Distrito de Santa Bárbara, sede do município, tem então 34 casas comerciais, três farmácias, dois hotéis, duas padarias e duas alfaiatarias, além do hospital e do Grupo Escolar. A produção mineral é escala modesta, com ouro, ferro, manganês e diversas qualidades de tintas oriundas do óxido de ferro e do ocre. Além disso, há algum desenvolvimento na pecuária, permitindo a existência de um excedente exportável no rebanho de gado vacum; enquanto o dos suínos era apenas suficiente para o abastecimento local. Em 1925, o novo prédio da Estação ferroviária, construído com a linguagem arquitetônica, vinculado ao ecletismo, foi inaugurado. Consolidava-se a vocação comercial de Santa Bárbara (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, 2022).

Além da riqueza propiciada pela exploração aurífera, a história do município de Santa Bárbara também guarda relação com o trabalho desenvolvido no Colégio do Caraça, que foi uma referência de ensino para muitas gerações. Atribui-se ao Irmão Lourenço de Nossa Senhora o início da construção do Colégio. Há uma versão que aponta que o Irmão Lourenço era na verdade Dom Carlos de Mendonça Távora, membro da família Távora, que procurava naquela região refúgio, das perseguições do Marques de Pombal (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, 2022).

De acordo com o historiador Vítor da Silveira, o Irmão Lourenço, com os recursos e auxílios que esmolara, comprou uma sesmaria no Caraça, além de escravos, gado e outros bens. Em 24 de março de 1744 erigiu uma Capela ali. Depois do falecimento do Irmão Lourenço, a propriedade foi entregue à Congregação de São Vicente de Paulo e, com a chegada dos missionários, ficou definitivamente instituído o colégio que educou milhares de jovens e muitos tiveram posição de destaque no cenário político estadual (IBGE, 2022).

### ***Formação Administrativa***

Distrito criado com a denominação de Santa Bárbara, pelo alvará de 16-02-1724, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891. Elevado à categoria de vila com a denominação de Santa Bárbara, pela lei provincial nº 134, de 16-03-1839, desmembrado do município de Mariana. Sede na povoação de Santa Bárbara, constituído de dois distritos: Santa Bárbara e Catas Altas de Mato Dentro, e instalado em 28-01-1840.

Pela lei provincial nº 184, de 03-04-1840, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Alfié e anexada a vila de Santa Bárbara.

Pela lei provincial nº 247, de 20-07-1843, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São Domingos do Prata e anexada a vila de Santa Bárbara.

Pela lei provincial nº 471, de 01-07-1850, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo e anexado ao município de Santa Bárbara.

Pela lei provincial nº 760, de 02-05-1856, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Cocais e anexada a vila de Santa Bárbara.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Santa Bárbara, pela lei provincial n.º 881, de 06-06-1858.

Pela lei provincial nº 898, de 04-06-1858, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Bom Jesus do Amparo e anexado ao município de Santa Bárbara.

Pela lei provincial nº 2001, 14-11-1873, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Rio São Francisco e anexado ao município de Santa Bárbara. A comarca de Santa Bárbara foi criada pela lei provincial n.º 2.500, de 12-11-1878.

Pela lei provincial nº 3100, de 28-09-1883, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Conceição do Acima e anexado ao município de Santa Bárbara.

Pelo decreto estadual nº 23, de 01-03-1890, desmembra do município de Santa Bárbara os distritos de São Domingos do Prata e Alfié, para constituir a nova vila de São Domingos do Prata.

Pelo alvará de 28-01-1752, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Morro Grande e anexado ao de Santa Bárbara.

Pela lei estadual nº 556, de 30-08-1911, foram criados os distritos de Barra (ex-povoado) e Mercês de D'água Limpa e anexados ao município de Santa Bárbara.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 11 distritos: Santa Bárbara, Barra, Bom Jesus do Amparo, Catas Altas de Mato Dentro, Conceição do Rio Acima, Cocais, Mercês D'água Limpa, Morro Grande, Rio São Francisco e São Gonçalo do Rio Abaixo.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município é constituído de 11 distritos: Santa Bárbara, Barra, Catas Altas (ex-Catas Altas de Mato Dentro), Bom Jesus do Amparo, Conceição do Rio Acima, Cocais, Morro Grande, Rio São Francisco e São Gonçalo do Rio Abaixo.

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, é criado o distrito de Itaeté e anexado ao município de Santa Bárbara e o distrito de Mercês D'Água foi extinto. Sob a mesma lei estadual o distrito de Barra tomou o nome de Barra Feliz e o distrito de Rio São Francisco a chamar-se Florália.

Pela lei estadual nº 981, de 17-09-1927, o distrito de Barra Feliz (ex-Barra) tomou o nome de Brumado e o distrito de Itaeté passou a denominar-se Barra Feliz.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 10 distritos: Santa Bárbara, Barra Feliz (ex-Itaeté), Bom Jesus do Amparo, Brumado (ex-Barra Feliz), Catas Altas, Cocais, Conceição do Rio Acima, Florália (ex-Rio São Francisco), Morro Grande e São Gonçalo do Rio Abaixo.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o distrito de Morro Grande aparece com a denominação de São João do Morro Grande. Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, o distrito de São João do Morro Grande voltou a chamar-se Morro Grande.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 10 distritos: Santa Bárbara, Barra Feliz, Bom Jesus do Amparo, Brumado, Catas Altas, Cocais, Conceição do Rio Abaixo, Florália, Morro Grande e São Gonçalo do Rio Abaixo. Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, desmembra de Santa Bárbara os distritos de Morro



Grande, Bom Jesus do Amparo e Cocais, para constituir o novo município com a denominação de Barão de Cocais (ex-Morro Grande). Pelo referido decreto-lei estadual, o distrito de Brumado tomou o nome de Brumal.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de sete distritos: Santa Bárbara, Barra Feliz, Brumal (ex-Brumado), Catas Altas, Conceição do Rio Acima, Florália, e São Gonçalo do Rio Abaixo. Pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembra do município de Santa Bárbara o distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo, elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de seis distritos: Santa Bárbara, Barra Feliz, Brumal, Catas Altas, Conceição do Rio Acima e Florália. Pela lei estadual nº 12030, 21-12-1995, desmembra do município de Santa Bárbara o distrito de Catas Altas, elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de cinco distritos: Santa Bárbara, Barra Feliz, Brumal, Conceição do Rio Acima e Florália, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE, 2022).

### 6.3.3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Ouro Preto possuía, em 1991, 62.514 habitantes, o que lhe conferia a condição de maior porte populacional dentre os municípios da Área de Estudo Regional. Em segundo lugar, apareceu o município de Itabirito, com 32.091, seguido por Santa Bárbara com 21.783 habitantes.

A hierarquia de porte demográfico se manteve ao longo do período analisado. Em 2010, a população do município de Ouro Preto atingiu 70.281 habitantes, Itabirito 45.449 e Santa Bárbara 27.876. Portanto, a Área de Estudo Regional englobava, no último Censo Demográfico, uma população de 143.606 habitantes, praticamente metade dela residia em Ouro Preto.

Com relação à dinâmica demográfica, observa-se o maior crescimento de Itabirito, que viu sua população saltar 41% de 1991 para 2010; seguido por Santa Bárbara que cresceu 28%. Ouro Preto apresentou crescimento mais modesto, 12%. Em Minas Gerais, a população teve incremento de 24% no período avaliado. À exceção do município de Santa Bárbara, os demais tiveram maior crescimento médio anual no primeiro período intercensitário, assim como ocorreu em Minas Gerais.

A densidade demográfica evolui no mesmo ritmo do crescimento populacional. No ano de 2010, todos os municípios possuíam densidade demográfica maior do que a do estado de Minas Gerais. Nesse quesito, o destaque coube à Itabirito que possuía 83,5 hab/km<sup>2</sup>, que representava uma vez e meia a média do Estado (Tabela 2).

Tabela 2. População Total, Taxa de Crescimento, Área e Densidade Demográfica dos municípios da AER.

UNIDADE TERRITORIAL	POPULAÇÃO			TX. ANUAL DE CRESCIMENTO (%)		ÁREA (km <sup>2</sup> )	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/km <sup>2</sup> )		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010		1991	2000	2010
Itabirito	32.091	37.901	45.449	1,87	1,83	544,027	58,99	69,67	83,54
Ouro Preto	62.514	66.277	70.281	0,65	0,59	1.245,87	50,18	53,20	56,41
Santa Bárbara	21.783	24.180	27.876	1,17	1,43	684,505	31,82	35,32	40,72

UNIDADE TERRITORIAL	POPULAÇÃO			TX. ANUAL DE CRESCIMENTO (%)		ÁREA (km <sup>2</sup> )	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/km <sup>2</sup> )		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010		1991	2000	2010
Minas Gerais	15.743.152	17.891.494	19.597.330	1,43	0,91	586.514	26,84	30,50	33,41

(1) Nota: dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNU, IPEA, FJP.

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, (1991, 2000 e 2010).

A Figura 5, a seguir ilustra a evolução demográfica dos municípios em análise.

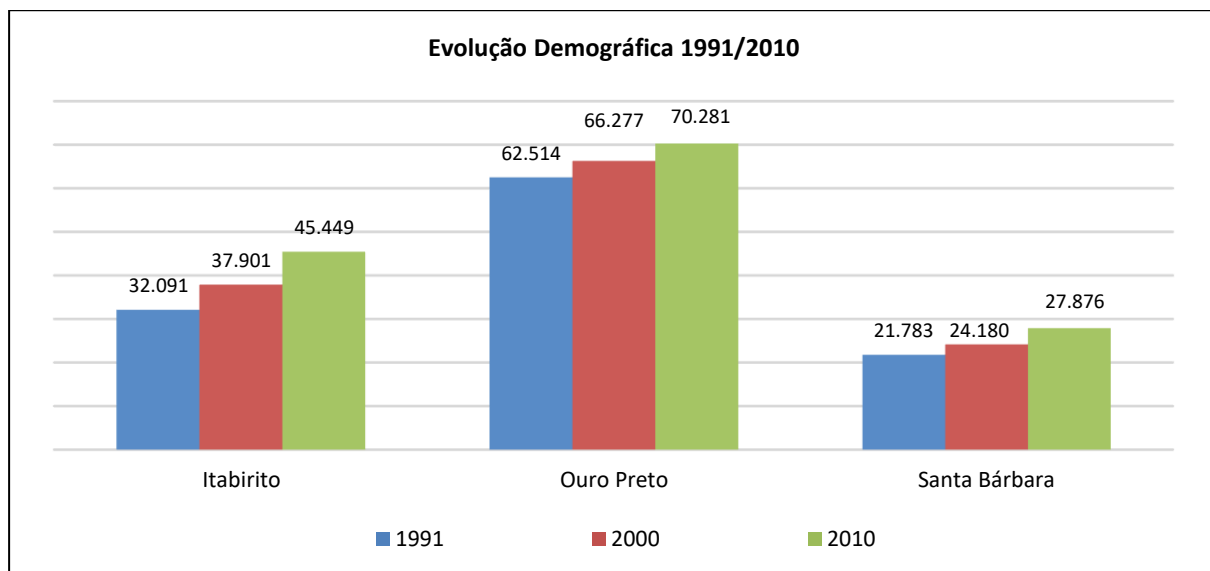
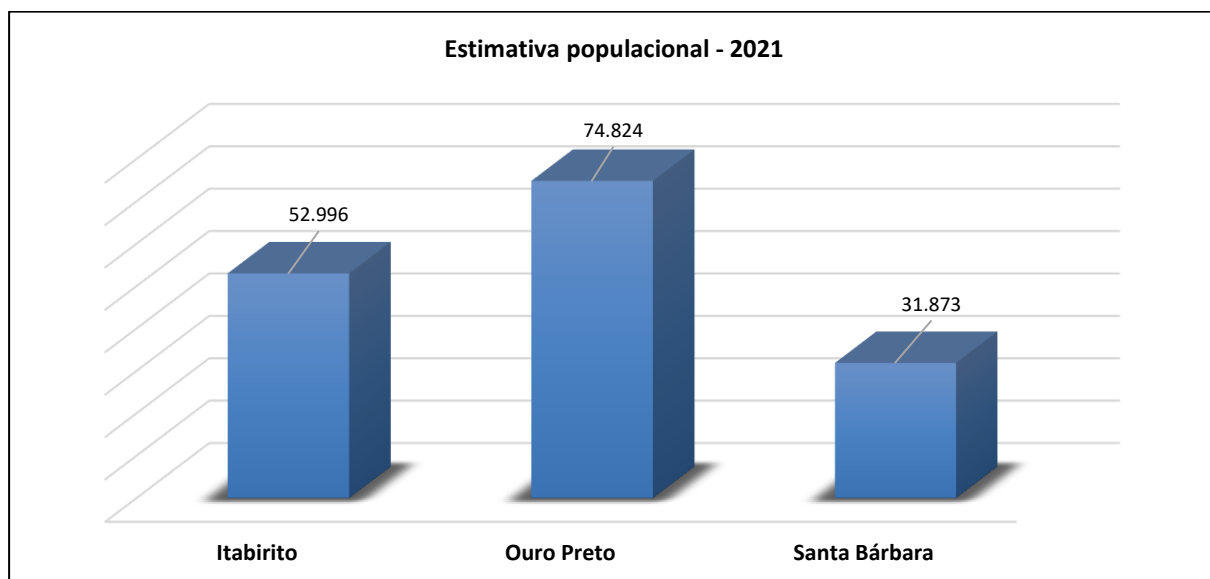


Figura 5. Dinâmica Demográfica na ERA no período de 1991- 2010.

### 6.3.3.1. Estimativa da População 2021.

De acordo com o IBGE, a população dos municípios da Área de Estudo Regional ficou maior de 2010 para 2021, com a manutenção da hierarquia no que concerne ao porte. A Fonte: IBGE, (2021).

Figura 6 a seguir apresenta a estimativa para o tamanho da população de Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara.



Fonte: IBGE, (2021).

Figura 6. Estimativa populacional em 2021 para os municípios da AER.

## Hierarquia Urbana

Também chama a atenção, com igual nível de importância, o fato de que o Projeto será instalado em uma região em que, à exceção de Ouro Preto, os municípios são de pequeno porte demográfico, o que é, usualmente, associado à menor porte econômico e baixo nível de diversidade, complexidade e qualidade do setor de serviços. Os municípios de Itabirito e Santa Bárbara são classificados pelo IBGE como Centro Local (5), quanto a hierarquia urbana. De acordo com o Órgão, “a hierarquia urbana indica a centralidade da cidade de acordo com a atração que exerce sobre as populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços, bem como o nível de articulação territorial que a cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrópoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5)” (IBGE, 2021). Portanto, os municípios de Itabirito e Santa Bárbara, de acordo com a classificação do IBGE, com base no último Censo Demográfico, apresentam somente o básico dentre as condições que os centros urbanos oferecem. Ouro Preto foi classificado como Sub-Regional 3B, ou seja, numa escala de 1 a 11, ocupa a 8ª posição no nível de hierarquia urbana.

Segundo o IBGE, “cada cidade se vincula diretamente à região de influência de pelo menos uma outra, vínculo que sintetiza a relação interurbana mais relevante da cidade de origem, tanto para acessar bens e serviços quanto por relações de gestão de empresas e órgãos públicos” (IBGE). De acordo com essa avaliação, os três municípios da Área de Estudo Regional estão inseridos na região de influência do Arranjo Populacional de Belo Horizonte (metrópole 1C).

### 6.3.3.2. Perfil Demográfico Segundo a Situação do Domicílio.

Com relação ao perfil demográfico em função da situação territorial do domicílio, observa-se que desde o início do período avaliado, os municípios da AER possuíam um maior percentual de suas populações residindo em áreas urbanas, quando comparados com a média do estado de Minas Gerais.

O município de Itabirito possuiu durante todo o período a maior taxa de urbanização e, em 2010, ela atingiu aproximadamente 96%. Em Santa Bárbara a taxa de urbanização atingiu 89% e em Ouro Preto 87%. No estado de Minas Gerais, 85% da população residia na área urbana em 2010.

A evolução da taxa de urbanização foi mais forte em Ouro Preto, com média anual de 0,87% de 1991 para 2000 e crescimento total 7,8%. Os demais municípios tiveram incrementos mais modestos da urbanização, média anual de 0,4% em Itabirito e 0,3% em Santa Bárbara. No segundo período intercensitário, o município de Itabirito teve maior crescimento médio anual da taxa de urbanização, 2,8%. Ouro Preto ficou em segundo com 2%. Cabe observar que os municípios da Área de Estudo Regional tiveram um crescimento da taxa de urbanização maior no primeiro período intercensitário avaliado.

A Tabela 3 que segue apresenta a dinâmica evolutiva das taxas de urbanização das áreas avaliadas, bem como a Tabela 4, a evolução da taxa de urbanização nos municípios da ERA.



Tabela 3. População rural e urbana dos municípios da Área de Estudo Regional – 1991/2010.

MUNICÍPIOS	LOCALIZAÇÃO DOS HABITANTES	1991	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	2000	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	2010	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
Itabirito	Urbana	28.678	89,36%	35.245	92,99%	43.566	95,86%
	Rural	3.413		2.656		1.883	
Santa Bárbara	Urbana	18.473	84,80%	21.294	88,06%	24.794	88,94%
	Rural	3.310		2.886		3.082	
Ouro Preto	Urbana	48.150	77,02%	56.292	84,93%	61.120	86,96%
	Rural	14.364		9.985		9.161	
Minas Gerais	Urbana	11.786.893	74,87%	14.671.828	82,00%	16.715.216	85,29%
	Rural	3.956.259		3.219.666		2.882.114	

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, (1991, 2000, 2010).

Tabela 4.Evolução da taxa de urbanização.

PERÍODO	1991-2000		2000-2010	
	TOTAL	MÉDIA ANUAL	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Itabirito	3,63	0,40	2,87	0,29
Ouro Preto	7,84	0,87	2,03	0,20
Santa Bárbara	3,26	0,36	0,88	0,09
Minas Gerais	7,13	0,79	3,29	0,33

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, (1991, 2000,2010).

A Figura 7, a seguir apresenta a evolução da taxa de urbanização dos municípios da Área de Estudo Regional no período 1991/2010.

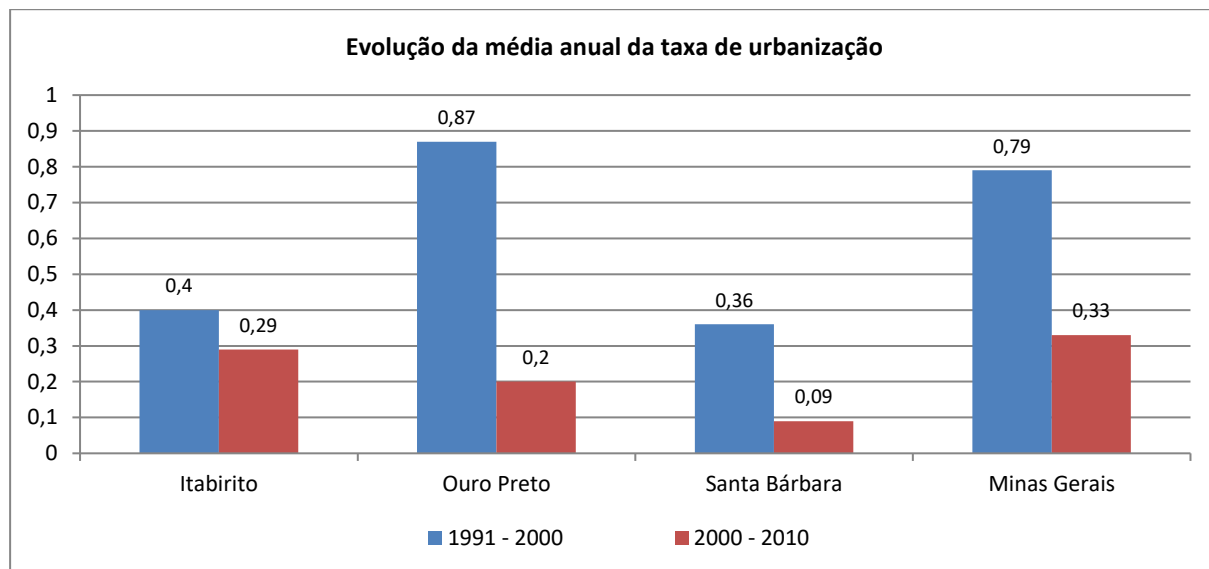


Figura 7.Evolução da taxa de urbanização dos municípios de AER.

### 6.3.3.1. Perfil Etário da população dos municípios avaliados

Os grupos etários que compõem as populações dos municípios em estudo representam uma importante informação para que os gestores públicos possam conduzir as políticas de acordo com as demandas de cada um deles.

A Tabela 5, a seguir apresenta a evolução da participação percentual dos grupos etários na população dos municípios da Área de Estudo Regional do Projeto.

Tabela 5.Evolução etária da população dos municípios em estudo – 1991/2010.

MUNICÍPIO	GRUPOS DE FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010
Itabirito	0 a 4 anos	10,84	8,58	6,51
	5 a 9 anos	11,13	8,87	6,98
	10 a 14 anos	10,93	9,80	8,22
	15 a 19 anos	9,55	10,12	8,4
	20 a 24 anos	8,86	9,67	9,39
	25 a 29 anos	9,14	8,09	9,14
	30 a 34 anos	8,23	7,76	8,66
	35 a 39 anos	7,35	8,06	7,34
	40 a 44 anos	5,48	6,88	6,91
	45 a 49 anos	4,17	5,75	6,88
	50 a 54 anos	3,66	4,22	5,79

MUNICÍPIO	GRUPOS DE FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010
	55 a 59 anos	3,10	3,37	4,77
	60 a 64 anos	2,66	2,82	3,49
	65 a 69 anos	1,94	2,15	2,45
	70 a 74 anos	1,27	1,71	2,17
	75 a 79 anos	0,88	1,49	1,39
	80 anos ou mais	0,80	...	...
	80 a 84 anos	...	0,36	0,96
	85 a 89 anos	...	0,14	0,38
	90 a 94 anos	...	0,16	0,12
	95 a 99 anos	...	-	0,02
	100 anos ou mais	...	-	0,02
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Ouro Preto	0 a 4 anos	10,94	9,10	6,02
	5 a 9 anos	11,12	9,32	7,23
	10 a 14 anos	11,74	9,84	8,76
	15 a 19 anos	10,25	10,24	9,02
	20 a 24 anos	9,75	9,79	9,10
	25 a 29 anos	8,92	8,07	8,78
	30 a 34 anos	7,83	7,89	8,19
	35 a 39 anos	6,72	7,66	7,22
	40 a 44 anos	5,20	6,64	7,14
	45 a 49 anos	4,20	5,37	6,80
	50 a 54 anos	3,62	4,41	5,41
	55 a 59 anos	2,79	3,14	4,94
	60 a 64 anos	2,38	2,69	3,75
	65 a 69 anos	1,74	2,27	2,49
	70 a 74 anos	1,27	1,63	2,42
	75 a 79 anos	0,85	1,00	1,18
	80 anos ou mais	0,67	...	...
	80 a 84 anos		0,60	0,94
	85 a 89 anos	...	0,26	0,48
	90 a 94 anos	...	0,09	0,08
	95 a 99 anos	...	0,01	0,03
	100 anos ou mais	...	-	-
	<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Santa Bárbara	0 a 4 anos	12,42	9,31	7,32
	5 a 9 anos	12,18	10,62	7,30
	10 a 14 anos	12,51	11,02	8,98
	15 a 19 anos	10,00	10,59	9,47
	20 a 24 anos	8,78	9,85	9,35
	25 a 29 anos	9,20	7,62	8,96
	30 a 34 anos	8,00	7,48	8,65
	35 a 39 anos	6,29	7,89	7,00
	40 a 44 anos	4,74	6,28	6,84
	45 a 49 anos	3,56	5,01	6,85
	50 a 54 anos	3,27	3,24	5,44
	55 a 59 anos	2,49	3,34	4,31
	60 a 64 anos	2,29	2,22	2,85
	65 a 69 anos	1,56	2,18	2,40
	70 a 74 anos	1,20	1,72	1,70

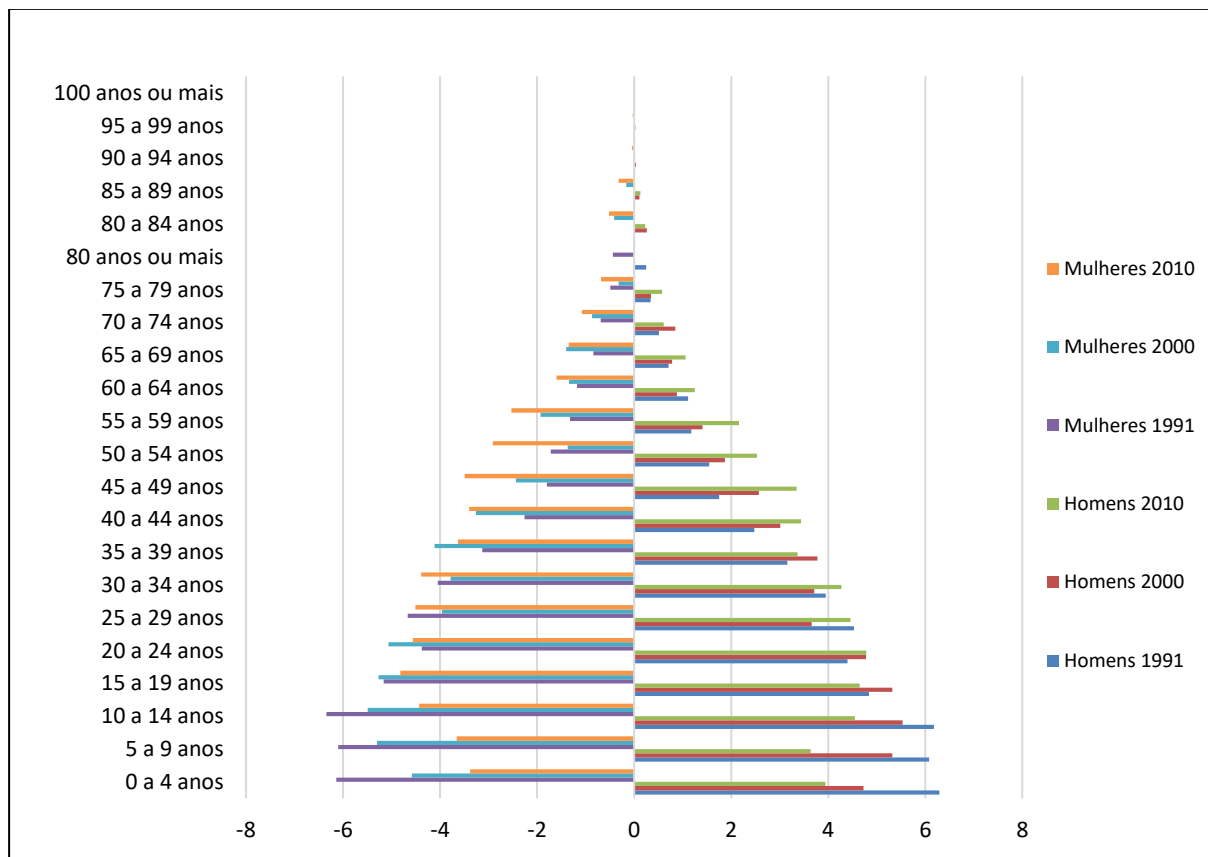
MUNICÍPIO	GRUPOS DE FAIXAS ETÁRIAS	1991	2000	2010
	75 a 79 anos	0,83	0,67	1,26
	80 anos ou mais	0,69	...	...
	80 a 84 anos	...	0,67	0,76
	85 a 89 anos	...	0,26	0,46
	90 a 94 anos	...	0,04	0,04
	95 a 99 anos	...	-	0,07
	100 anos ou mais	...	-	-
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, (1991/2000/2010).

A evolução dos grupos etários nos municípios da Área de Estudo Regional do empreendimento mostra uma tendência de envelhecimento da população. Em todos eles a representatividade da faixa etária de 0 a 4 anos apresentou forte redução. No município de Ouro Preto a queda foi de 45% e nos demais foi de aproximadamente 40%.

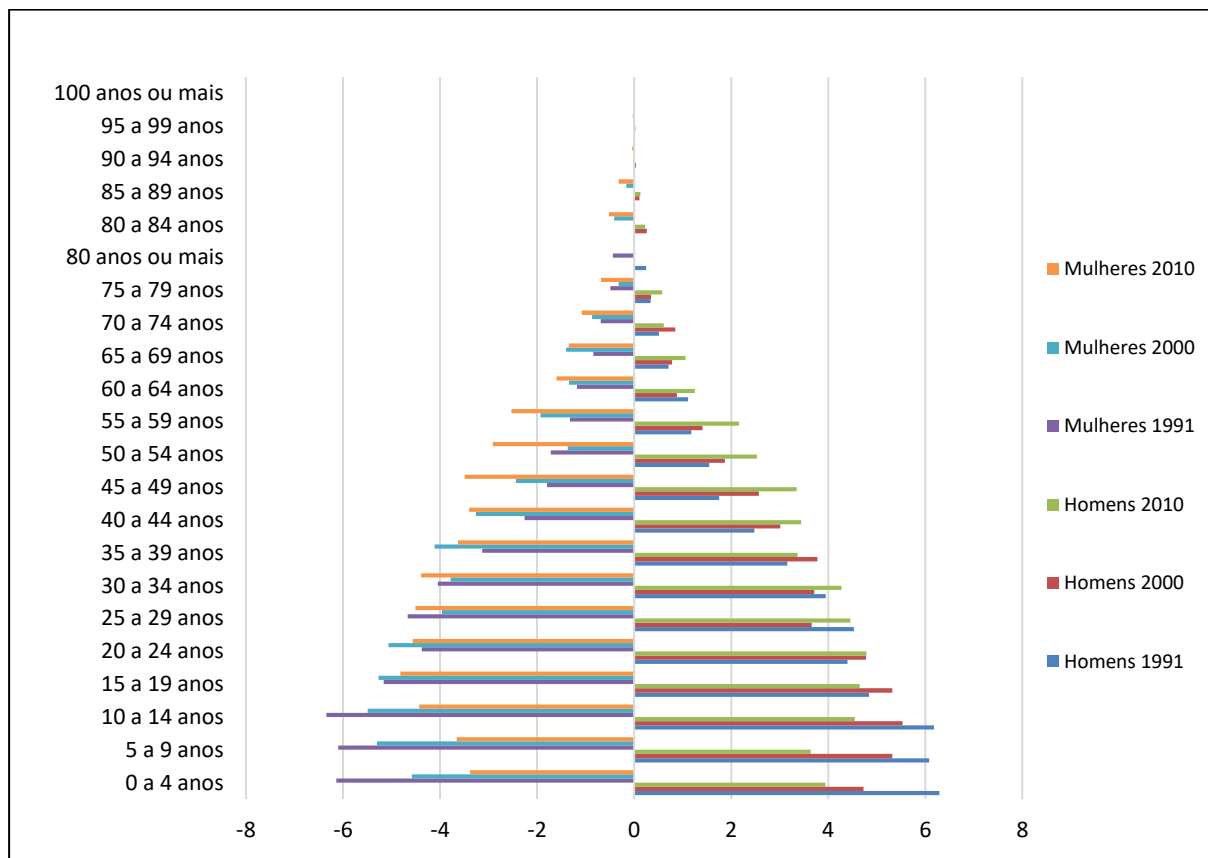
Na outra ponta, observou-se um forte aumento da participação da população acima de 70 anos na composição etária da população dos municípios da Área de Estudo Regional do Projeto. No município de Itabirito a participação desse grupo etário saltou de 2,95%, em 1991, para 5,04% da população em 2010, o que representou crescimento de 71%. Em Ouro Preto o incremento foi maior, 83%, e em Santa Bárbara 54%.

A participação dos grupos etários segundo o sexo possibilita traçar um importante quadro demográfico que mostra a evolução detalhada do perfil etário da população no município, segundo a idade e o sexo. Esses quadros são denominados pirâmides etárias e estão apresentadas da Figura 8 a Figura 10, a seguir.



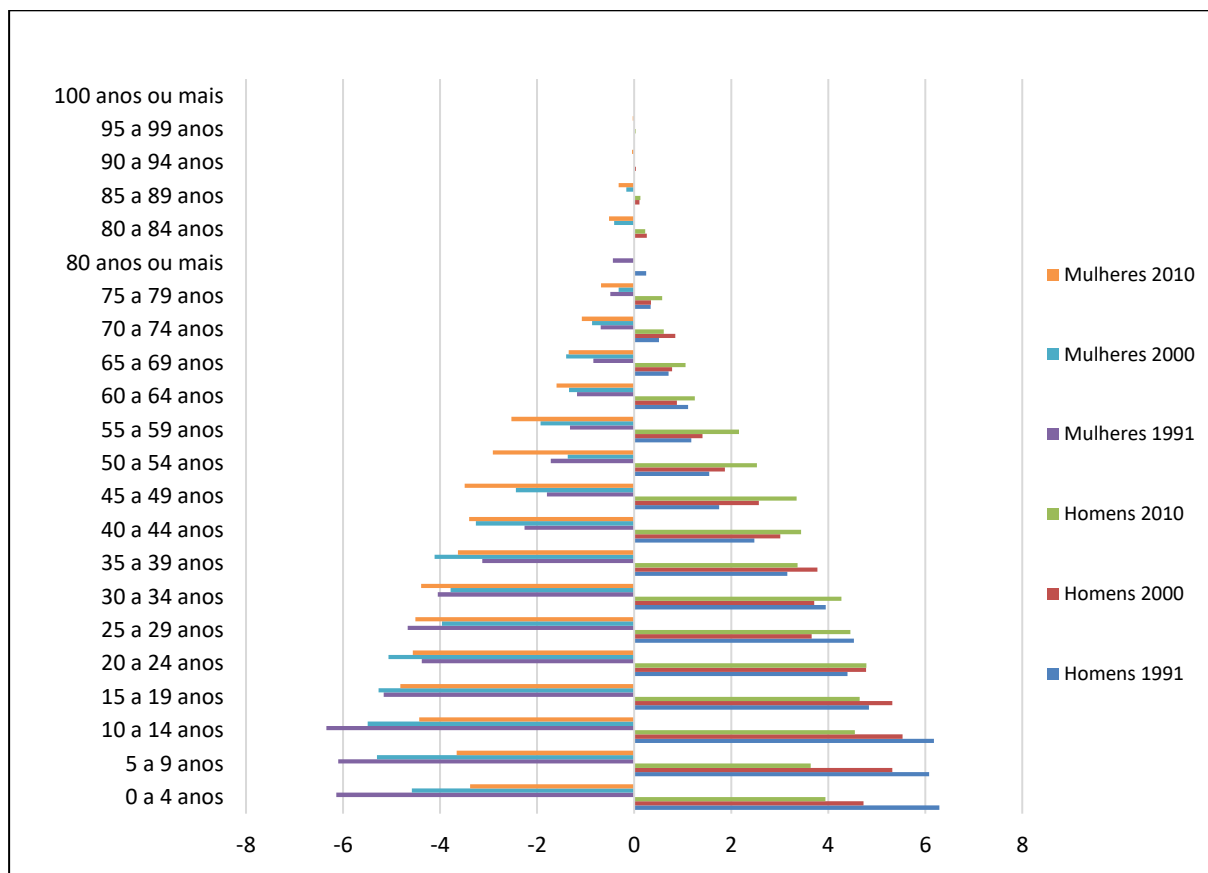
Fonte: IBGE. Censo Demográfico, (1991/2000/2010).

Figura 8. Pirâmide etária do município de Itabirito.



Fonte: IBGE. Censo Demográficos, (1991/2000/2010).

Figura 9. Pirâmide etária do município de Ouro Preto.



Fonte: IBGE. Censo Demográficos, (1991/2000/2010).

Figura 10. Pirâmide etária do município de Santa Bárbara.

### 6.3.3.2. Avaliação da estrutura etária da população com base na Razão de Dependência

A razão de dependência correlaciona o tamanho da população considerada como fora da idade ativa de trabalho (abaixo de 15 anos e acima de 64 anos) com a população em idade ativa. Quanto maior for essa razão, maior o contingente relativo de crianças e idosos em relação à população ativa. Portanto, uma razão de dependência elevada indica que os investimentos públicos devem se voltar prioritariamente para atender aos grupos populacionais de crianças e idosos, impulsionando políticas públicas voltadas para a assistência aos idosos e para a educação de crianças e jovens. Já uma razão de dependência baixa indica um alto percentual de pessoas em idade ativa. Portanto, neste contexto, há uma maior demanda por investimentos que sejam intensivos em mão de obra.

A razão de dependência é um indicador fundamental para a compreensão da dinâmica populacional e a definição de políticas públicas. A partir da sua evolução se pode observar qual estrato da população está crescendo a sua participação no contingente demográfico. Com efeito, a partir disso a sociedade e, em específico, o poder público podem envidar ações no sentido de atender às demandas sociais e econômicas que recaem sobre cada estrato populacional.

Os municípios da Área de Estudo Regional possuíam, em 2010, a razão de dependência situada na faixa entre 41%, em Itabirito, a 43%, em Santa Bárbara. Em Minas Gerais era 44%. Ou seja, para cada 100 indivíduos ativos 44 eram inativos (dependentes, teoricamente) no Estado, enquanto que em Itabirito o número de dependentes era menor, 41.

Importa dizer que todas as unidades em estudo tiveram queda da Razão de Dependência no período avaliado, que vai de 1991 à 2010. Santa Bárbara teve a maior queda, com redução de 39%. Ouro Preto e Santa Bárbara tiveram queda de aproximadamente 32%. No estado de Minas Gerais, a razão de dependência caiu 30%, mesma intensidade observada no Brasil.

A queda contínua e acentuada da razão de dependência é um fenômeno demográfico denominado “janela demográfica”. Este processo recebe essa denominação porque é considerado como um bônus social e econômico para a localidade que o vivencia, uma vez que a população ativa vem assumindo uma maior representatividade ante a população inativa. O que em tese incrementa a produtividade dos fatores econômicos, já que se necessita de menor dispêndio da sociedade com ações assistencialistas e/ou educacionais. Porém, esse bônus tende a não se perpetuar ao longo do tempo, porque à medida que as condições de saúde da população idosa melhoram esta passa a ter maior longevidade, o que resulta no aumento da sua representatividade, fazendo com a razão de dependência aumente.

Portanto, se pode dizer que o processo de redução da razão de dependência dos municípios em estudo está em linha com o ocorrido no Estado.

A Tabela 6 a seguir apresenta a Razão de Dependência dos municípios da Área de Estudo Regional e de Minas Gerais, como referências comparativas.

Tabela 6. Razão de Dependência dos municípios da Área de Estudo Regional.



MUNICÍPIO ANO	1991	2000	2010	VARIAÇÃO NO PERÍODO 1991-2010
Itabirito	60,77	49,90	41,24	-32,14
Ouro Preto	62,16	51,57	42,43	-31,74
Santa Bárbara	70,85	56,88	43,12	-39,14
Minas Gerais	63,57	52,84	44,01	-30,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/FJP-PNUD; base de dados do IBGE. Censo Demográficos, (1991/2000/2010).

### 6.3.3.3.Razão de Sexo

A razão de sexos aponta uma possível situação de equilíbrio, ou desequilíbrio, entre os sexos no conjunto da população. Esse indicador revela a relação quantitativa entre homens e mulheres de uma determinada população e se calcula pelo quociente (homens / mulheres) \*100. Se o quociente for > 100, significa um número maior de homens e, inversamente, se < 100, há maior número de mulheres; admite-se situação de equilíbrio quando a razão varia entre 98 e 102.

O último Censo mostrou que a população feminina supera a masculina em todos os municípios da Área de Estudo Regional e com um ligeiro desequilíbrio entre os sexos, já que eles apresentaram razão de sexo inferior ao patamar 98, que seria considerado como equilíbrio. O município de Ouro Preto possuía em 2010, a razão de sexo mais desequilibrada 95,2, ou seja, para cada 100 mulheres existiam 95 homens. Os demais situaram com razão de sexo no entorno de 96.

Em termos dinâmicos, a razão de sexo se mostrou relativamente estável na Área de Estudo Regional, no período avaliado. Caiu quase 1% em Ouro Preto e 1,7% em Santa Bárbara. Em Itabirito ela cresceu 1,8%. Portanto, a população masculina cresceu proporcionalmente mais do que a feminina em Itabirito, com tendência para aumento do equilíbrio entre os sexos. E, em Ouro Preto e Santa Bárbara, a dinâmica os afastou da faixa de equilíbrio com queda da população masculina em relação à feminina.

No estado de Minas Gerais, a razão de sexo estava equilibrada no início do período, com 98 homens para cada 100 mulheres, mas apresentou redução de 1,4% no período, com a proporção de mulheres ficando maior. Em 2010, a razão de sexo em Minas Gerais foi de 96,8 (Tabela 7).

Tabela 7.Razão de Sexo dos municípios da Área de Estudo Regional.

MUNICÍPIOS	RAZÃO DE SEXO		
	1991	2000	2010
Itabirito	94,93	96,03	96,65
Ouro Preto	96,08	96,60	95,20
Santa Bárbara	97,88	95,92	96,23
Minas Gerais	98,28	97,92	96,85

Fonte: IBGE. Censo Demográficos, (1991/2000/2010).

### 6.3.3.4.Movimentos Migratórios nos municípios da Área de Estudo

Os movimentos migratórios são um importante componente para a composição do perfil étnico e cultural de uma população. Em alguns casos, representam um vetor de crescimento ou de decréscimo do porte demográfico. De todo modo, são importantes indicadores das condições de higidez econômica e social do município. Saldos positivos sinalizam que eles

oferecem boas condições de emprego e segurança. Contrariamente, saldos negativos são indicativos de poucas ofertas de emprego e piores condições de desenvolvimento humano.

Em 2010, 21.108 pessoas residiam em Ouro Preto e não eram naturais do município. Havia, portanto, imigrado. Desse total, 85% eram naturais de Minas Gerais e tinham vindo de outros municípios do Estado. Os imigrantes de outras Unidades da Federação somaram 9,4%.

Para avaliar as taxas de migração recentes, com base nos últimos cinco anos, a partir da data de realização do Censo, o IBGE perguntou aos moradores dos municípios da Área de Estudo Regional onde eles residiam há cinco anos. Assim como identificou moradores desses municípios que se mudaram nos últimos cinco anos.

As pessoas que moravam em Ouro Preto, na data de referência do Censo de 2010, mas que declararam que moravam em outro município ou país no dia 31/07/2005, formavam um contingente de imigrantes que representou 7,2% (5.062 pessoas) da população total do município. Por sua vez, 5.915 pessoas residiam no município em 31/07/2005, mas na data de referência do Censo de 2010 estavam residindo em outro município brasileiro, formando o contingente de emigrantes que representava 8,4% da população.

A diferença entre os imigrantes (aqueles que não moravam no município em 31/07/2005) e os emigrantes (aqueles que nos outros municípios do país responderam que em 31/07/2005 moravam em Ouro Preto) representou um saldo de -853. Isso indica que o número de pessoas que saíram foi maior do que o de entrada.

Em 2010, os imigrantes de Itabirito somaram 15.052 pessoas, sendo que 12.343 eram de Minas Gerais, 82% do total. De outras Unidades da Federação, vieram 1.979 indivíduos, 13%.

As pessoas que moravam em Itabirito em 2010, mas que declararam residir em outro município ou país no dia 31/07/2005, eram 4.487 (9,87%). Elas faziam parte de um movimento de imigração recente. Por outro lado, 3.446 pessoas deixaram o município de 2005 para 2010, o que significava 7,5% da população. Com efeito, Itabirito teve saldo migratório positivo no período, com entrada líquida de 1.041 pessoas. Ou seja, a imigração recente contribuiu com incremento de 2% da população.

Em 2010, os imigrantes não naturais de Santa Bárbara eram 8.651 pessoas, desse total 7.420 eram de Minas Gerais, 85% do total. De outras Unidades da Federação, vieram 759 indivíduos, 8%. Em 2010, 2.014 pessoas moravam em Santa Bárbara, mas residiam em outro município ou país no dia 31/07/2005, portanto, haviam se mudado para o município há menos de cinco anos da data de realização do Censo 2010, configurando uma imigração recente e que contribuiu com 7,2% da população. No sentido contrário, 2.371 pessoas deixaram o município de 2005 para 2010, o que significava 8,5% da população. Com efeito, o município teve saldo migratório negativo, com saída de 357 pessoas.

A Taxa Líquida Migratória representa a contribuição percentual que a migração deu para o porte demográfico do município. Observa-se que esta foi positiva e significativa em Itabirito que teve incremento de 2% de sua população em função do saldo líquido de moradores que se mudaram para residir no município, nos últimos cinco anos antes do Censo 2010. Em Ouro Preto e Santa Bárbara, o saldo migratório contribuiu para reduzir o porte demográfico em 1,2%.

O total de imigrantes / emigrantes, o saldo migratório e a taxa líquida de migração dos municípios da Área de Estudo Regional, são apresentados na Tabela 8 seguinte.

Tabela 8.Imigrantes x Emigrantes: Saldo Migratório dos municípios da AER.

MUNICIPIO	TOTAL DE IMIGRANTES (2000-2010)	TOTAL DE EMIGRANTES (2000-2010)	SALDO MIGRATÓRIO		
			IMIGR. EM 2005	EMIGR. EM 2005	SALDO
Itabirito	15.052	4.585	4.487	3.446	1.041
Ouro Preto	21.108	8.890	5.062	5.915	-853
Santa Bárbara	8.651	4.225	2.014	2.371	-357

Fonte: FJP, (2017); Base de dados IBGE. Censo Demográfico, (2010).

Observa-se que os fluxos migratórios que ocorrem nos municípios da Área de Estudo Regional foram fortemente relacionados com os deslocamentos da população dentro do estado de Minas Gerais, com a maior parte dos imigrantes vindo de outras cidades do estado, principalmente, aquelas localizadas na região Central; assim como a maioria dos que emigram vão para outros municípios mineiros. Em todos os municípios avaliados, a capital Belo Horizonte foi o que mais cedeu imigrantes, bem como foi o principal destino dos emigrantes, à exceção dos de Santa Bárbara que rumaram para o município vizinho Barão de Cocais. O que comprova a sua força enquanto polo regional.

É importante ressaltar que o grande número de imigrantes oriundos de Belo Horizonte indica a presença de imigração de retorno, dentre os movimentos migratórios avaliados. Ela é feita pelos cidadãos dos municípios avaliados que foram desenvolver a vida em outros locais e retornaram nos últimos cinco anos antes do último Censo, que foi realizado em 2010. Nesse caso, são considerados como imigrantes.

A Tabela 9, a seguir apresenta os três principais destinos dos emigrantes, bem como os municípios que mais cederam imigrantes para cada um dos municípios avaliados.

Tabela 9.Origem dos imigrantes x Destino dos Emigrantes dos municípios da AER.

MUNICIPIO	ORIGEM DOS IMIGRANTES	TOTAL DE IMIGRANTES (2005/10)	DESTINO DOS EMIGRANTES	TOTAL DE EMIGRANTES (2005/10)
Itabirito	Belo Horizonte	514	Belo Horizonte	560
	Ouro Preto	307	Betim	143
	Conselheiro Lafaiete	170	Macapá	119
Ouro Preto	Belo Horizonte	1.201	Belo Horizonte	835
	Mariana	363	Mariana	476
	Nova Lima	98	Ouro Branco	347
Santa Bárbara	Belo Horizonte	216	Barão de Cocais	328
	Barão de Cocais	123	Belo Horizonte	265
	Alvinópolis	75	Santa Luzia	83

Fonte: FJP, (2017); Base de dados IBGE. Censo Demográfico, (2010).

### 6.3.4.DESLOCAMENTOS PENDULARES

Um aspecto importante no cotidiano, principalmente, das áreas urbanas, refere-se à necessidade que acomete à uma parte dos trabalhadores, no sentido de se realizar deslocamentos para outros municípios a fim de cumprir sua jornada de trabalho. Esse fenômeno pode ser um indicativo de alguma relação de polarização entre áreas urbanas próximas. O alto índice de trabalhadores com empregos fora dos seus municípios de residência indica que as oportunidades de emprego e renda são relativamente menores no seu município de origem.

“Os movimentos pendulares são cada vez mais importantes para o entendimento da dinâmica urbana. São utilizados para estudar a organização funcional dos espaços regionais

e delimitar regiões metropolitanas; dimensionar e caracterizar os fluxos gerados para o estudo e para o trabalho; para o planejamento urbano, em especial o de transportes, entre outros (MOURA, CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005; CASTELLO BRANCO, 2006).

“A nova ordem mundial possui como um dos seus traços mais marcantes o deslocamento pendular da população, que acontece na medida em que há uma segmentação entre os locais de residência e emprego. No interior das aglomerações urbanas, ocorre uma expansão que responde a duas lógicas diferentes – a da localização dos empregos nos núcleos das aglomerações e a da localização das moradias –, ampliando as áreas periféricas que abrigam um número cada vez maior de trabalhadores” (IBGE, 2015).

Em Santa Bárbara, um em cada cinco trabalhadores estavam ocupados em outro município, no ano de 2010, de acordo com o Censo Demográfico. Em Ouro Preto esse percentual atingiu 13% da população ocupada e em Itabirito 12%.

A Tabela 10, a seguir, apresenta com mais detalhes a conjuntura de movimento pendular dos municípios inscritos na Área de Estudo Regional.

Tabela 10. Pessoas de 10 anos ou mais de idade por local de exercício do trabalho.

SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Ocupadas	19.140	28.910	10.169
Ocupadas no município de residência – no domicílio de residência	4.281	5.233	2.615
Ocupadas no município de residência – fora do domicílio de residência	14.858	23.677	7.554
Ocupada em outros municípios	2.182	3.834	2.033
Ocupada em mais de um município	162	154	48
<b>% de pessoas que se deslocam para trabalhar em outro município.</b>	<b>12,25</b>	<b>13,79</b>	<b>20,46</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, (2010).

### 6.3.5. QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL

No presente tópico são caracterizados importantes aspectos que modelam e traduzem as condições de vida nos municípios da Área de Estudo Regional. A análise realizada acerca do estágio de desenvolvimento social e econômico privilegia os indicadores que possibilitam uma identificação mais clara com relação ao desenvolvimento deste tema. Para tanto, a abordagem incide sobre período referente aos três últimos Censos Demográficos, quando se ativer sobre as questões relacionadas aos indicadores sociais e econômicos como o IDH e os seus macros componentes, que são: a Educação, a Renda e a Longevidade. Com isto, pretende-se identificar a evolução do desenvolvimento socioeconômico no período.

As análises sobre os temas de Saúde e de Educação tiveram como base as informações dos seus respectivos ministérios, os quais traçam as suas diretrizes de gestão e monitoramento. A grande vantagem é a possibilidade de se trabalhar com dados mais atualizados.

#### 6.3.5.1. Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M.

O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração e inspiração no pensamento do economista Amartya Sen.

A partir de 1993, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para poder conhecer e comparar o nível de desenvolvimento dos países. Em 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano passou a ser calculado com base em uma nova metodologia, que foi concebida com o intuito de expressar com maior fidedignidade o desenvolvimento humano nos municípios. O presente estudo apresenta o IDH-M sob as novas bases metodológicas.

A concepção subjacente ao IDH é a da ampliação dos fatores capazes de traduzir o nível de desenvolvimento de uma população, para além dos fatores apenas de ordem econômica. O IDH sintetiza os indicadores de educação, longevidade e renda.

O cálculo do IDH-M da Educação envolve as seguintes variáveis: população adulta com 18 anos ou mais tendo o ensino fundamental completo (peso 1); % de crianças de 5 a 6 anos na escola; % de jovens de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental; % de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e, % de jovens 18 a 20 anos com ensino médio completo (as variáveis para a população jovem possuem peso 2). No cálculo do IDH-M Longevidade, utiliza-se a variável esperança de vida ao nascer, a qual oferece a vantagem de englobar vários aspectos sociais como taxa de criminalidade, violência no trânsito, desnutrição, saneamento básico, acesso à saúde, dentre outras questões que influenciam no tempo de vida médio da população. E, para calcular o IDH-M Renda, se utiliza a renda mensal *per capita* com base nos valores de agosto de 2010.

A nova metodologia é composta de cinco faixas representativas do nível de desenvolvimento: muito baixo (IDH entre 0 a 0,499), baixo (IDH entre 0,500 a 0,599), médio (IDH entre 0,600 a 0,699), alto (IDH entre 0,700 a 0,799) e muito alto (IDH igual ou acima de 0,800).

Os municípios inscritos na Área de Estudo Regional, assim como o estado de Minas Gerais, possuíam desenvolvimento humano avaliado como muito baixo, no ano de 1991, quando se inaugura o período da análise. Dentre os municípios avaliados o que possuía melhor desenvolvimento humano era Ouro Preto com IDH-M de 0,491. A pior posição cabia à Santa Bárbara, com 0,432.

No Censo seguinte, no ano de 2000, os municípios foram classificados como médio desenvolvimento humano. Mesmo patamar apresentado pelo Estado. Ouro Preto continuou com o melhor índice, 0,640.

No último Censo, em 2010, os municípios da AER haviam atingido o nível de alto desenvolvimento humano, com IDH situado na faixa que vai de 0,700 a 0,799. A avaliação confirmou Ouro Preto como o município com desenvolvimento humano mais elevado, 0,741. O estado de Minas Gerais também atingiu alto desenvolvimento humano, com IDH de 0,730.

Considerando o Censo Demográfico 2010, observa-se que as posições das dimensões que compõem o IDH-M eram as mesmas em todos os municípios, com a Longevidade liderando, seguida pela Renda, com a Educação na última posição e avaliada como médio desenvolvimento em todos os municípios. A dimensão Renda atingiu alto nível de desenvolvimento em Ouro Preto e Itabirito, mas ainda se encontra no médio em Santa Bárbara. E a Longevidade já atingiu o nível de muito alto desenvolvimento em todos os municípios avaliados.

A Tabela 11, a seguir, apresenta os indicadores de desenvolvimento humano, além do IDH consolidado dos municípios da Área de Estudo Regional de 1991 a 2010.

Tabela 11. Índice de Desenvolvimento Humano IDH-M dos municípios da AER.

MUNICÍPIO	DIMENSÕES DO IDH-M	1991	2000	2010	VARIAÇÃO 1991-2000 (%)	VARIAÇÃO 2000-2010 (%)	VARIAÇÃO 1991-2010 (%)
Itabirito	IDH-M	0,490	0,629	0,730	28,37%	16,06%	48,98%
	IDH-M Educação	0,266	0,494	0,638	85,71%	29,15%	139,85%
	IDH-M Renda	0,612	0,665	0,737	8,66%	10,83%	20,42%
	IDH-M Longevidade	0,722	0,756	0,828	4,71%	9,52%	14,68%
Ouro Preto	IDH-M	0,491	0,640	0,741	30,35%	15,78%	50,92%
	IDH-M Educação	0,283	0,524	0,677	85,16%	29,20%	139,22%
	IDH-M Renda	0,607	0,665	0,721	9,56%	8,42%	18,78%
	IDH-M Longevidade	0,688	0,754	0,834	9,59%	10,61%	21,22%
Santa Bárbara	IDH-M	0,432	0,605	0,707	40,05%	16,86%	63,66%
	IDH-M Educação	0,207	0,479	0,642	131,40%	34,03%	210,14%
	IDH-M Renda	0,573	0,622	0,676	8,55%	8,68%	17,98%
	IDH-M Longevidade	0,679	0,742	0,816	9,28%	9,97%	20,18%
Estado de Minas Gerais	IDH-M	0,478	0,624	0,731	30,54%	17,15%	52,93%
	IDH-M Educação	0,257	0,470	0,638	82,88%	35,74%	148,25%
	IDH-M Renda	0,618	0,680	0,730	10,03%	7,35%	18,12%
	IDH-M Longevidade	0,689	0,759	0,838	10,16%	10,41%	21,63%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/FJP-PNUD; base de dados do IBGE. Censo Demográficos, (1991/2000/2010).

### 6.3.5.2. Vulnerabilidade Social nos municípios da Área de Estudo Regional

Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano, ou cultural.

Os principais componentes da vulnerabilidade social são o medo e a angústia a que as pessoas nessa situação são submetidas, em decorrência da condição instabilidade socioeconômica; e acrescenta-se a isso, a insuficiência dos recursos e das estratégias que as famílias e indivíduos possuem para enfrentá-la. A fragilidade do processo de escolarização é um dos fatores mais destacados no sentido de inviabilizar o processo de mobilidade social que seria desejável para reduzir a vulnerabilidade, assim como as condições de convivência familiar e das relações humanas também são fundamentais para a determinação da capacidade das pessoas de lidar com os padrões de consumo e cultura que regem a sociedade.

Com vistas a avaliar a dimensão da vulnerabilidade social nos municípios da Área de Estudo Regional, foram selecionados quatro indicadores importantes: mortalidade infantil até 1 ano de idade, % de meninas de 10 a 14 anos que tiveram filhos, % de analfabetos com 15



anos ou mais, % de pessoas inscritas no CadÚnico sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados.

A análise empreendida utilizou de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, bem como dados atualizados produzidos pelo Datasus e o Cadastro Único, que, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social, busca identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil, com a finalidade de incluí-las nos programas sociais.

*a) Mortalidade infantil até 1 ano de idade.*

A mortalidade infantil até 1 ano de idade teve redução nos municípios analisados no período avaliado. Observa-se que, no último período intercensitário, a queda foi acima de 40%, com Itabirito registrando redução de 42%, Ouro Preto 45% e Santa Bárbara 43%.

Considerando o período de 2000/2019, as quedas das taxas de mortalidade infantil foram da ordem de 75% Ouro Preto e Santa Bárbara e de 58% em Itabirito. Em Minas Gerais a queda foi de 46%. Ressalta-se, porém, que os dados apresentados pelo IBGE relativos ao ano de 2019 referem-se apenas aos óbitos infantis por mil nascidos vivos, ou seja, não contabiliza os óbitos até um ano, como ocorre com os dados dos Censos Demográficos. Portanto, a avaliação da dinâmica dos óbitos infantis para o período 2000/10 é a mais adequada em termos metodológicos.

*b) Percentual de meninas de 10 a 14 anos que tiveram filhos*

Esta variável relaciona-se com o problema da gravidez na adolescência, também se referida como indesejada, uma vez que é iniciada num período em que a mulher não se encontra com suas condições físicas e psíquicas prontas para a gestação. Trata-se de uma questão de saúde pública e também social, pois demanda um reordenamento da vida familiar.

De acordo com o Datasus, no estado de Minas Gerais 0,5% das meninas dessa faixa etária tiveram filhos, em 2017. Considerando os municípios da Área de Estudo Regional, somente Ouro Preto apresentou maior percentual de adolescentes grávidas do que o do Estado, com a gravidez sendo adquirida por 0,59% delas. Em Itabirito o percentual de adolescentes grávidas foi de 0,13% e em Santa Bárbara 0,24

*c) Percentual de analfabetos com 15 anos ou mais*

Com base nos dados do Cadastro Único, que inclui as famílias de mais baixa renda e vulnerabilidade, logo, tende a representar esse universo, o percentual de pessoas acima de 15 anos analfabetas representou, em 2017, de 5% a 7%. Na faixa mais baixa encontra-se o município de Ouro Preto, com 5,8% de analfabetos com 15 anos ou mais, e Itabirito o percentual mais elevado, 7,7%. Todos os municípios da Área de Estudo Regional possuíam em 2017 menor percentual de analfabetos acima de 15 anos do que o estado de Minas Gerais, no qual o percentual foi de 8,8%.

*d) Percentual de pessoas sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados (segundo CadÚnico)*

Esse indicador refere-se à vulnerabilidade de condições ambientais decorrentes da ausência dos serviços de saneamento básico nas moradias. Considerando as famílias cadastradas no CadÚnico, observa-se uma certa similaridade desses fatores dentre os municípios avaliados. Em Ouro Preto 4,25% das famílias cadastradas encontravam-se nesse nível de vulnerabilidade, sem acesso à água, esgoto e coleta de lixo, sendo o maior percentual dentre os avaliados. Itabirito possuía relativamente poucas pessoas com esse nível de

vulnerabilidade, somente 0,88%. No estado de Minas Gerais a vulnerabilidade se mostrou maior com 10% das famílias nessa condição.

Na Tabela 12, a seguir, são apresentados indicadores de vulnerabilidade social dos municípios que compõem a AER.

Tabela 12. Indicadores de vulnerabilidade social dos municípios da Área de Estudo Regional.

MUNICÍPIOS	MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 1 ANO DE IDADE (CENSOS E DATASUS)			% DE MENINAS DE 10 A 14 ANOS QUE TIVERAM FILHOS (DATASUS)	% DE ANALFABETOS COM 15 AOS OU MAIS NO CADÚNICO	% DE PESSOAS INSCRITAS NO CADÚNICO SEM ABAST. DE ÁGUA, ESGOTO E COLETA DE LIXOS ADEQUADOS.
	2000	2010	2019	2017	2017	2017
Itabirito	27,59	15,80	6,76	0,13	7,71	0,88
Ouro Preto	27,88	15,30	11,7	0,59	5,84	4,25
Santa Bárbara	30,15	17,00	7,67	0,24	6,35	2,16
Minas Gerais	27,75	15,08	11,45	0,50	8,86	10,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/FJP-PNUD; base de dados do IBGE. Censo Demográficos, (1991/2000/2010).

### 6.3.5.3. Desigualdade Social nos Municípios da Área de Estudo Regional

A desigualdade social pode ser expressa pelo Índice Gini, que assume valores numa escala de 0 a 1; quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade social. Nesse sentido, o 0 corresponde à completa igualdade de renda, com todos recebendo a mesma quantia e o 1 significa uma situação em que toda a renda é apropriada por um único agente econômico.

Os municípios da Área de Estudo Regional possuíam menor desigualdade social do que o estado de Minas Gerais. No Estado, o índice Gini foi de 0,56, em 2010, enquanto que na Área de Estudo Regional, o de Ouro Preto foi o mais desigual, com índice Gini de 0,50. Nos municípios de Itabirito e Santa Bárbara o índice Gini foi de 0,47. O Brasil, com Gini de 0,60, se mostrou mais desigual que o Estado e os municípios da AER.

A evolução do indicador foi positiva em todos os municípios, bem como no Estado e no País. De 1991 para 2010, a desigualdade caiu quase 14% em Ouro Preto, 11,32% em Santa Bárbara e 4,08% em Itabirito. No Estado a queda foi de 8,20% e no Brasil 4,76%.

Tabela 13. Índice de Gini dos municípios da Área de Estudo Regional.

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE GINI			
	1991	2000	2010	VARIAÇÃO - %
Itabirito	0,49	0,48	0,47	-4,08
Ouro Preto	0,58	0,56	0,50	-13,79
Santa Bárbara	0,53	0,56	0,47	-11,32
Estado de Minas Gerais	0,61	0,61	0,56	-8,20
Brasil	0,63	0,64	0,60	-4,76

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/FJP-PNUD; base de dados do IBGE. Censo Demográficos, (1991/2000/2010).

### 6.3.6. HABITAÇÃO

#### 6.3.6.1. Infraestrutura de Saneamento Básico e Serviços Essenciais

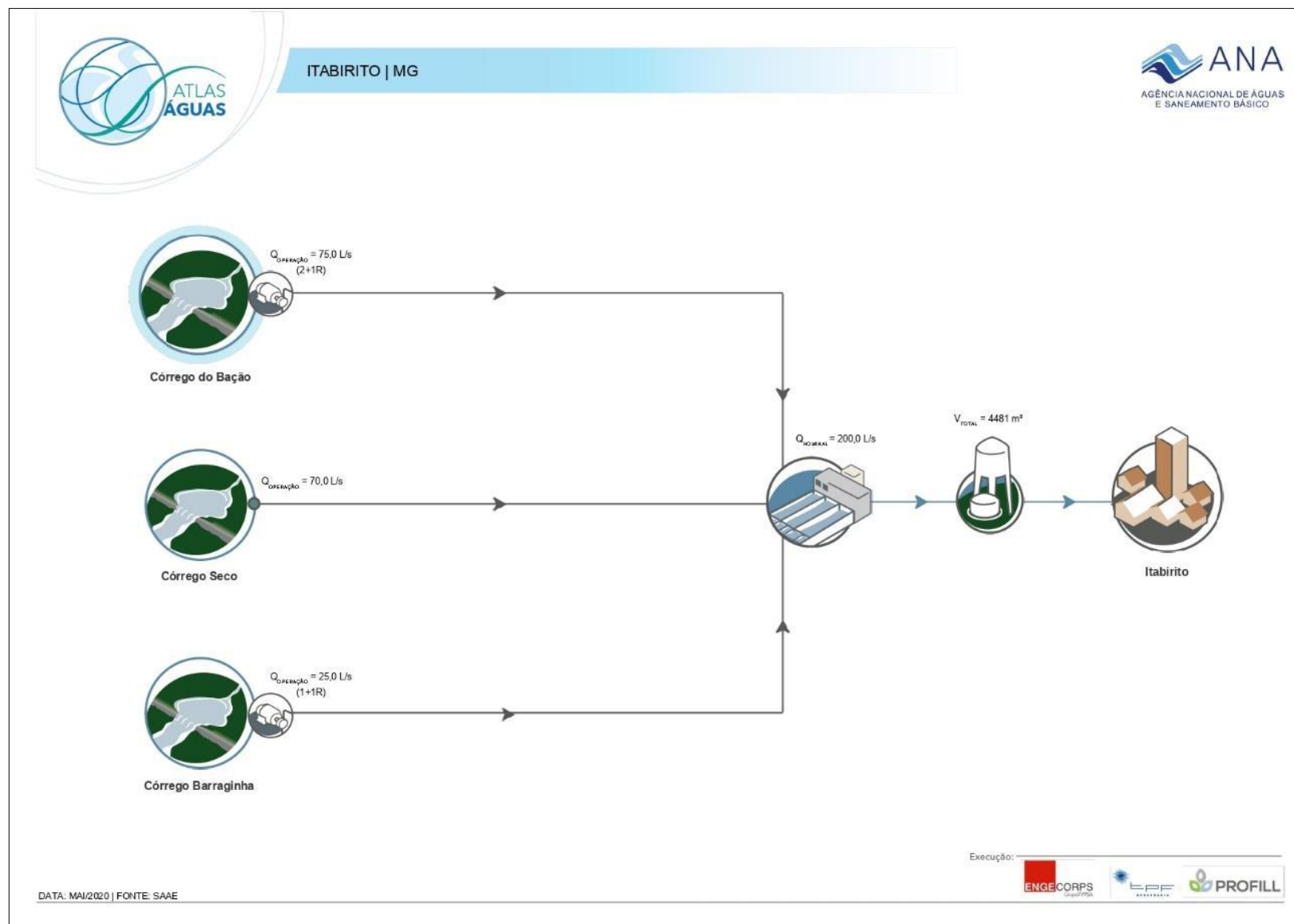
Os municípios da Área de Estudo Regional possuíam, em 2010, indicadores da cobertura de infraestrutura básica de saneamento e abastecimento de água superiores ao do estado de Minas Gerais, à exceção de Ouro Preto, onde os domicílios ligados à rede geral de esgoto eram 73,42%, enquanto que em Minas Gerais a cobertura atingiu 75,37%. Em Santa Bárbara e Itabirito, a rede geral de esgoto atingia pouco mais de 83% dos domicílios, com o primeiro com uma cobertura um pouco superior.

O abastecimento público de água era de pouco mais de 90% em Itabirito, 89,44% em Santa Bárbara e de 87,64% em Ouro Preto. No Estado era de 86,28%.

A água que abastece o município de Itabirito é captada nos córregos do Bação, Seco e Barraginha, conforme mostra o Atlas das Águas, produzido pela Agência Nacional das Águas - ANA (Figura 11).

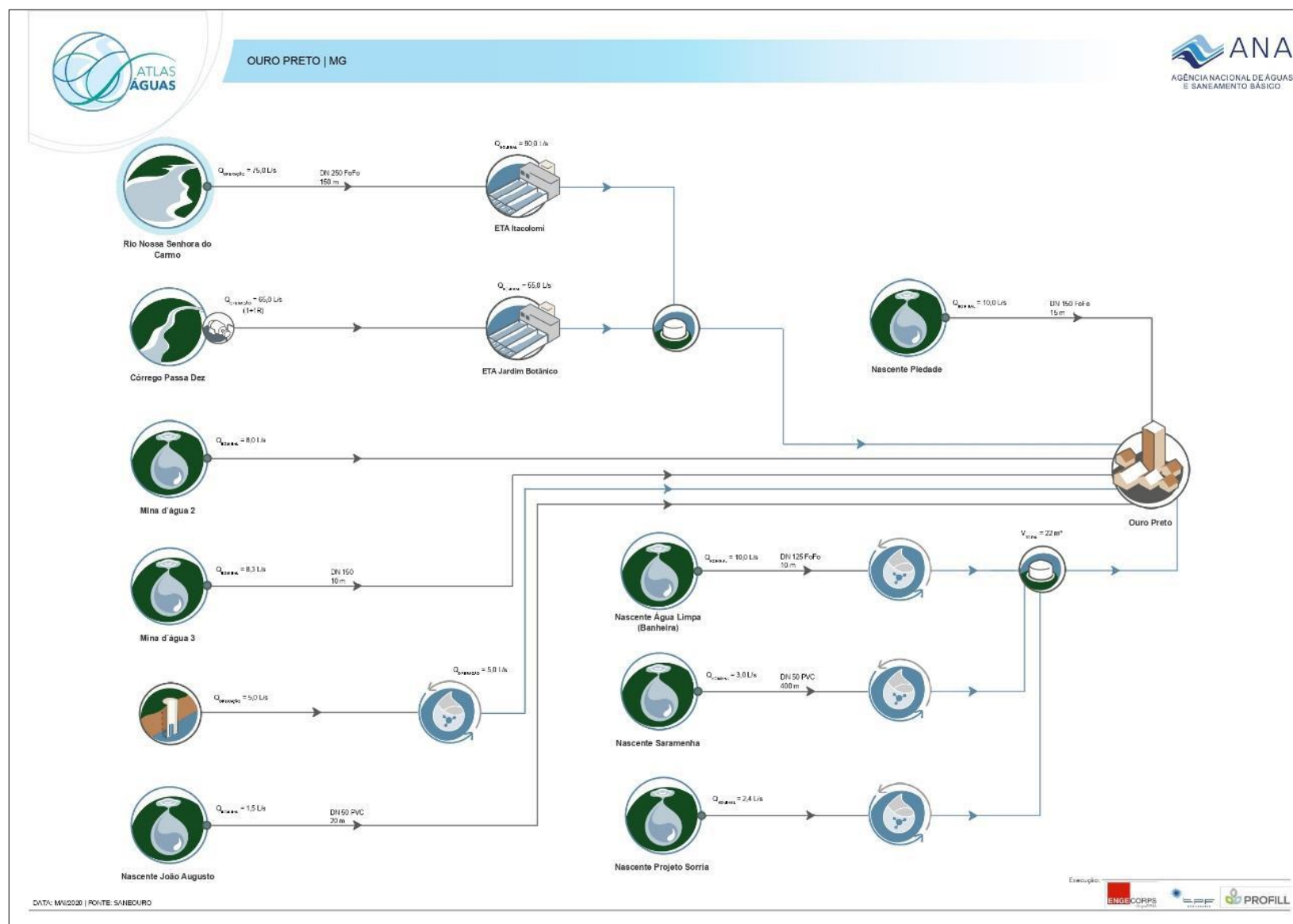
A água que abastece o município de Ouro Preto é captada no rio Nossa Senhora do Carmo, no córrego Passa Dez, em duas minas d'água e na nascente João Augusto, conforme mostra o croqui, produzido pela Agência Nacional das Águas - ANA (Figura 12).

A água que abastece o município de Santa Bárbara é captada no rio Caraça e no ribeirão Vermelho (Figura 13).



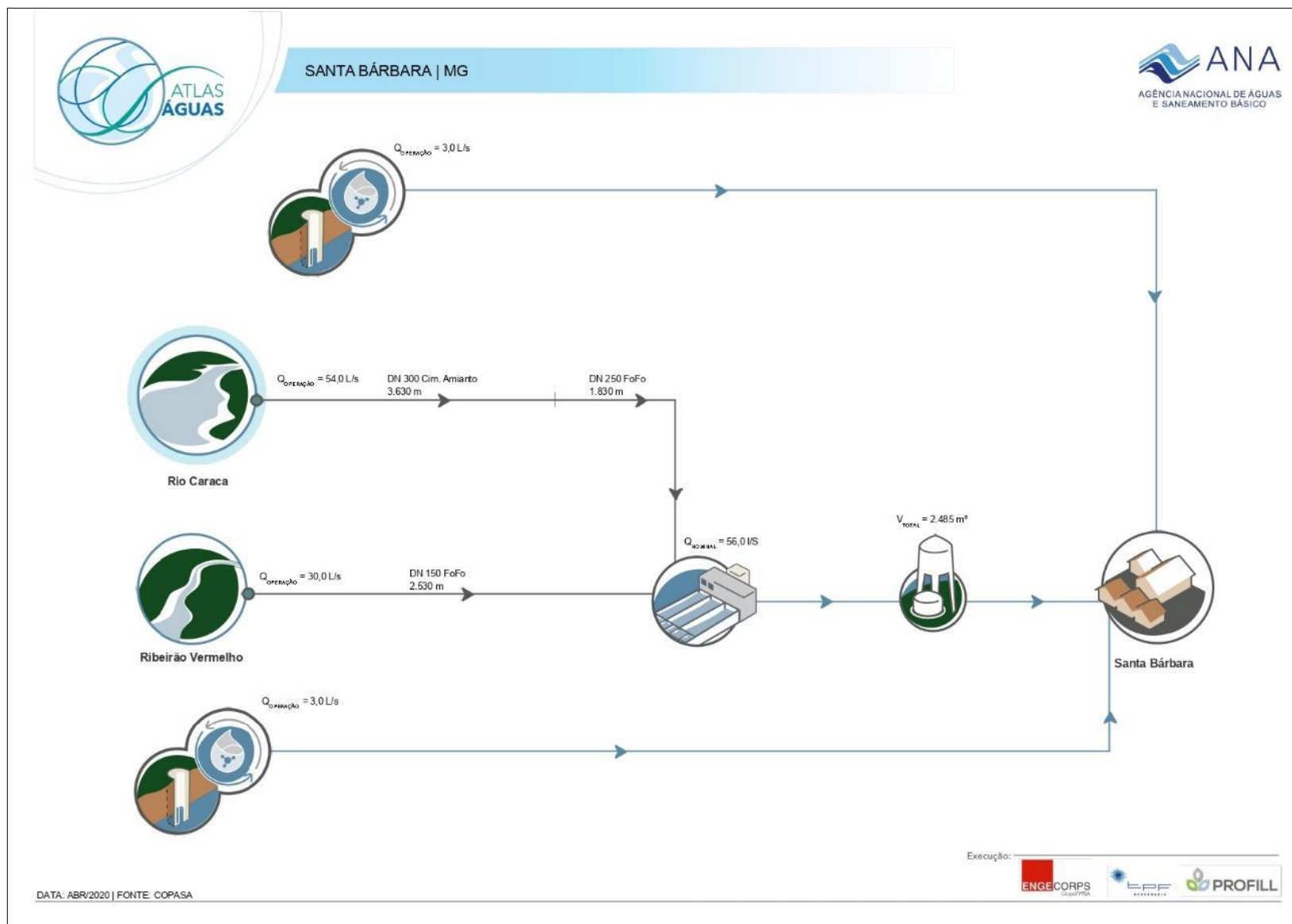
Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA, (2022).

Figura 11. Croqui da captação de água de Itabirito.



Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA, (2022).

Figura 12. Croqui da captação de água de Ouro Preto.



Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA, (2022).

Figura 13. Croqui da captação de água de Santa Bárbara.



Com relação aos serviços de coleta de lixo, distribuição da energia elétrica, também se observou melhores números nos municípios da AER do que no estado de Minas Gerais. A coleta de lixo alcançou em 2010 mais de 90% dos domicílios de Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara, com o primeiro liderando com pouco mais de 97% dos municípios com acesso ao serviço. Em Minas Gerais, o serviço de coleta de lixo alcançava 87,63% dos domicílios. Já a energia elétrica estava disponibilizada em mais de 99% dos domicílios da Área de Estudo Regional, bem como no estado de Minas Gerais, porém, por uma pequena diferença, os municípios possuíam maior cobertura do serviço do que o Estado.

A Tabela 14, a seguir, apresenta os indicadores de Infraestrutura de Saneamento Básico e Serviços Essenciais dos municípios da AER.

Tabela 14. Indicadores de Saneamento Básico e Serviços Públicos Essenciais dos municípios da AER, em 2010.

MUNICÍPIOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	REDE GERAL DE ESGOTO	COLETA DE LIXO	ENERGIA ELÉTRICA
Itabirito	90,55	83,38	97,18	99,71
Ouro Preto	87,64	73,42	93,29	99,59
Santa Bárbara	89,44	83,50	92,32	99,37
Minas Gerais	86,28	75,37	87,69	99,29

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, (2010).

### 6.3.6.2. Adequabilidade das Moradias

As condições habitacionais dos municípios da Área de Estudo Regional são tratadas no presente diagnóstico por um processo que integra aspectos sanitários e domiciliares. A metodologia classificatória foi desenvolvida pelo IBGE e se fundamenta nos dados e informações levantados pela própria instituição em todo o território nacional.

Destaca-se que o tratamento e a qualificação das condições habitacionais, por meio da referida metodologia, possuem o mérito de tratar a habitabilidade como função de um sistema plural, onde se articulam o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta de lixo e, finalmente, as condições de moradia, avaliada com base no número de moradores por dormitório.

Para efeito da classificação dos domicílios, o IBGE propõe a seguinte categorização:

- Adequada: corresponde aos domicílios particulares permanentes com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até dois moradores por dormitório;
- Semi-adequada: corresponde aos domicílios particulares permanentes com pelo menos um serviço inadequado;
- Inadequada: corresponde aos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de dois moradores por dormitório.

O tratamento apresentado no presente tópico subsidia a compreensão das condições de habitação no município, em suas dimensões urbanas e rurais, tanto na perspectiva dos residentes das unidades domiciliares, quanto na interação destas unidades com o contexto nos quais estão inseridas.

Do ponto de vista da organização dos dados, salienta-se que os distritos se encontram contemplados nos dados e classificações pertinentes ao meio urbano.

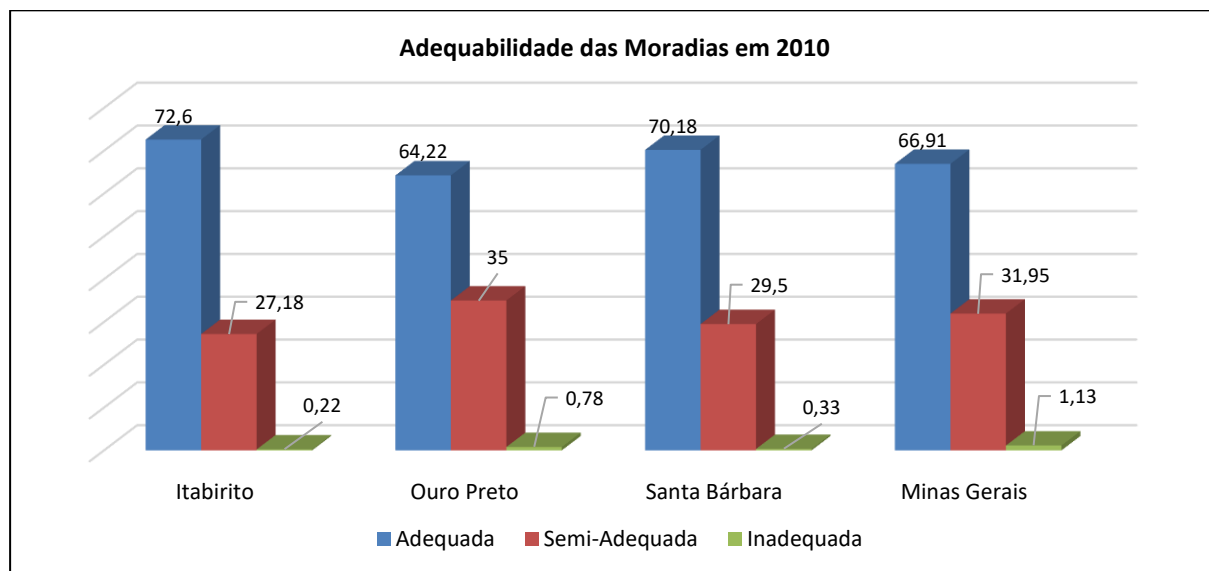
Destaca-se que as condições habitacionais dos municípios, em geral, decorrem de uma complexa interação de variáveis que ultrapassam as focalizadas no presente tópico e articulam a gama de informações constantes no presente diagnóstico. Ou seja, as condições habitacionais são estruturadas a partir das condições demográficas, urbanísticas, econômicas, sociais, de saúde, educação, lazer e segurança que se manifestam na interioridade dos municípios.

A análise das condições habitacionais dos municípios em estudo permite destacar alguns aspectos relacionados a esse tema. Ressalta-se que os dados apresentados se referem ao Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE.

O município de Itabirito liderou na quantidade percentual de domicílios classificados como adequados, com 72,60% nessa condição. Em Santa Bárbara, o percentual foi de 70,18%. Ambos os municípios superaram o percentual de domicílios adequados do Estado, que foi de 66,91%. Ouro Preto, com 64,22%, tinha menor percentual que Minas Gerais.

Os domicílios avaliados como inadequados representaram menos de 1% nos municípios da AER. Em Itabirito, eles representaram 0,22%, em Santa Bárbara 0,33% e em Ouro Preto, 0,78%. Em Minas Gerais, somam 1,13% do total.

A Figura 14, a seguir apresenta os dados citados.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, (2010).

Figura 14. Adequabilidade das moradias em 2010.

### 6.3.6.3. Principais Acessos

A rodovia federal BR- 356 é a principal via de acesso aos municípios de Itabirito e de Ouro Preto. As rodovias estaduais MG-030 e MG-129 são, respectivamente, os principais acessos secundários dos citados municípios (Figura 15). As rodovias federais foram construídas pelo governo federal e quase sempre percorrem o território de mais de um Estado, já as estaduais ligam as cidades de um mesmo estado e foram construídas pela Unidade da Federação.

A BR-356 possui 472,9 km de extensão, com o ponto inicial em Belo Horizonte, Minas Gerais, e o final em São João da Barra, no Rio de Janeiro, seu trajeto passa pelo território de 18 municípios, sendo 13 mineiros e cinco fluminenses. A MG-030 tem 115 km e não está completamente pavimentada. Ela tem o seu início em Belo Horizonte e término em

Congonhas, onde há um trecho entre Miguel Burnier e Lobo Leite que faz parte do Caminho Velho da Estrada Real. A MG-129, com 204,8 km de extensão, liga a cidade de Itabira à Conselheiro Lafaiete, passando pelos municípios de São Gonçalo do Rio Abaixo, Santa Bárbara, Catas Altas, Rio Piracicaba, Mariana e Ouro Branco.

A MG-129 é a principal via de acesso para o distrito sede de Santa Bárbara. Ressalta que ela está interligada com a rodovia federal BR-381, na região do município de São Gonçalo do Rio Abaixo, fazendo da rodovia uma importante via de acesso ao município.



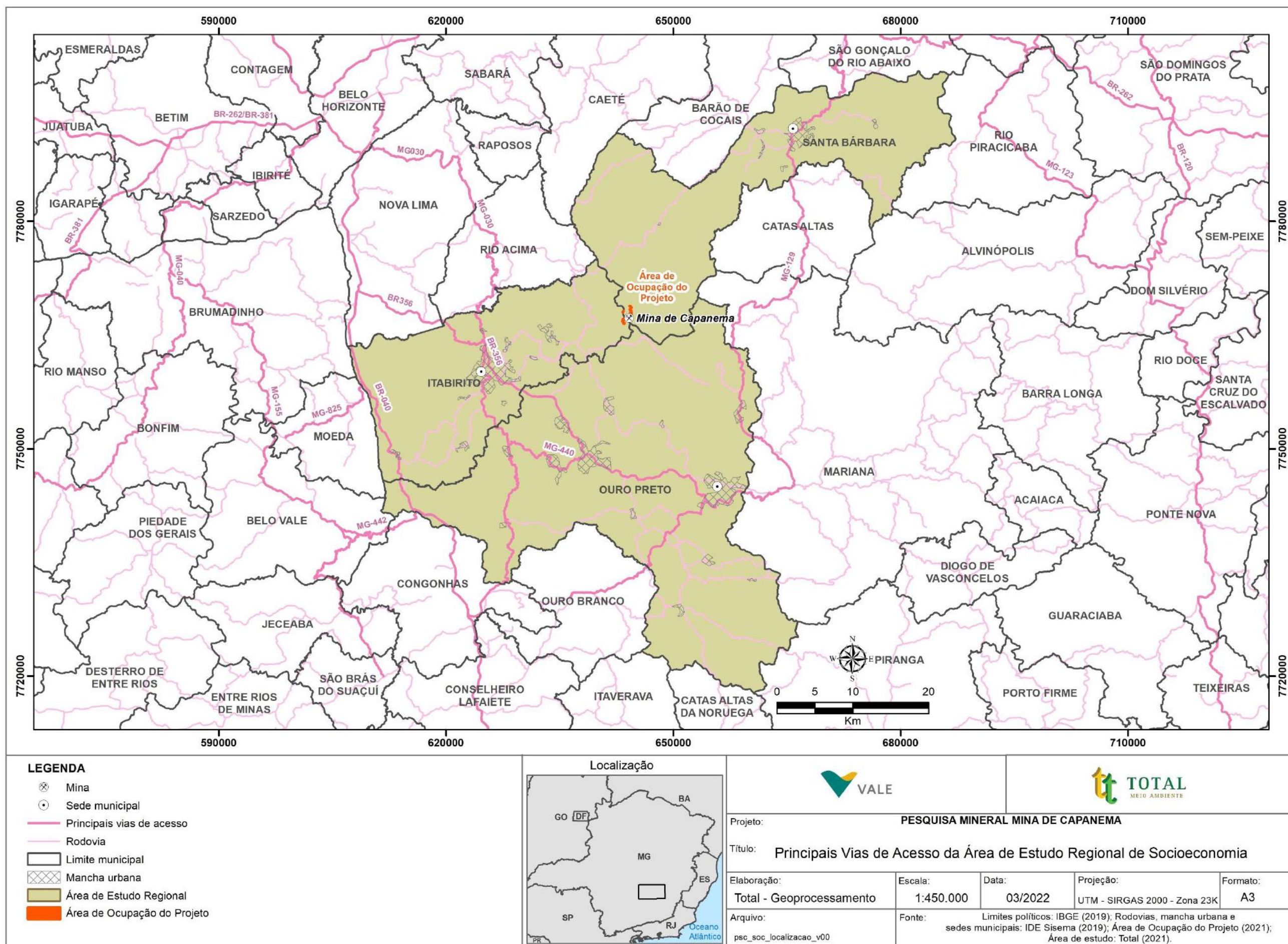


Figura 15.Principais vias de acesso para a Área de Estudo Regional.



### 6.3.7. EDUCAÇÃO

Este item apresenta uma caracterização da educação nos municípios em estudo, com uma abordagem que possibilita a visualização do porte do sistema educacional de cada município, assim como a participação do setor público e privado na oferta do serviço educacional. Além disso, o presente tópico contempla também a taxa de alfabetização, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e indicadores de qualidade de amplo reconhecimento fornecidos pelo Ministério da Educação/INEP.

#### 6.3.7.1. Matrículas no sistema educacional dos municípios da Área de Estudo Regional.

Os sistemas educacionais dos municípios da Área de Estudo Regional apresentaram forte participação do setor público, no ano de 2020. Porém, cabe registrar a presença do sistema particular de ensino em todos municípios, bem como que oferta todos os níveis de ensino.

Em Itabirito, o sistema público acolheu 87% das matrículas para creche e pré-escola, no sistema municipal foram feitas 43% das matrículas e no estadual 44%; o setor privado ficou com 13% das matrículas. A situação se repetiu no ensino fundamental com o município recebendo 72% das matrículas nos anos iniciais, o Estado 16% e o sistema particular 12%. Nos anos finais, a maior parte das matrículas foram divididas entre o sistema municipal de ensino e o sistema estadual, com o primeiro tendo recebido 45% das matrículas e o segundo 46%. No ensino médio, 95% das matrículas realizadas foram feitas nas escolas do sistema estadual de ensino e o restante em escolas particulares.

No município de Ouro Preto, o sistema público municipal de ensino acolheu 87% das matrículas para creche e 81% das de pré-escola. As demais foram feitas em escolas particulares. No ensino fundamental o município recebeu 57% das matrículas nos anos iniciais, o Estado 32% e o sistema particular 11%. Nos anos finais, a maior parte das matrículas foram divididas entre o sistema municipal de ensino e o sistema estadual, com o primeiro tendo recebido 46% das matrículas e o segundo 45%. No ensino médio, 95% das matrículas realizadas foram feitas nas escolas do sistema estadual de ensino e o restante em escolas particulares, tal como ocorreu em Itabirito.

Em Santa Bárbara, o sistema de ensino municipal também foi o que mais recebeu matrículas em creches, com 57% dos alunos inscritos; mas o sistema particular teve forte participação, com 42% das matrículas feitas em suas escolas. 82% dos alunos da pré escola foram matriculados no rede de ensino municipal, com o restante indo para o sistema particular. No ensino fundamental, o município recebeu 85% das matrículas nos anos iniciais, e o sistema particular 15%. Nos anos finais, a maior parte das matrículas também foram feitas no sistema municipal de ensino, que acolheu 57% delas, no sistema estadual foram feitas 30,5% das matrículas e no particular 12,5%. No ensino médio, o sistema estadual de ensino recebeu 89% das matrículas e as demais foram feitas em escolas particulares.

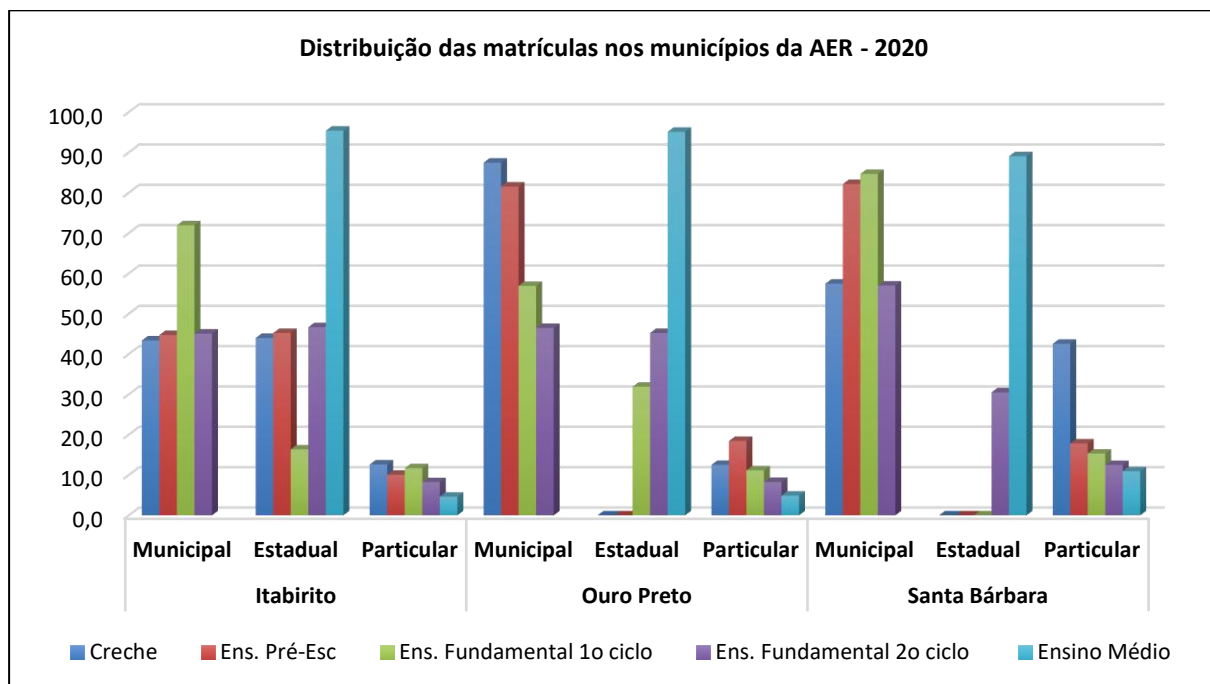
A Tabela 15, a seguir apresenta as matrículas no sistema de educação dos municípios da Área de Estudo Regional em 2020.

Tabela 15. Matrículas na rede de ensino dos municípios da Área de Estudo Regional, em 2020.

MUNICÍPIO	TIPO	CRECHE	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
				ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Itabirito	Municipal	969	1.076	2.761	1.734	
	Estadual	983	1.088	628	1.795	1.442
	Particular	282	242	449	317	70
	<b>Total</b>	<b>2.234</b>	<b>2.406</b>	<b>3.838</b>	<b>3.846</b>	<b>1.512</b>
Ouro Preto	Municipal	1.250	1.304	2.484	1.832	
	Estadual			1.393	1.783	1.948
	Particular	179	295	488	327	100
	<b>Total</b>	<b>1.429</b>	<b>1.599</b>	<b>4.365</b>	<b>3.942</b>	<b>2.048</b>
Santa Bárbara	Municipal	162	622	1.675	917	
	Estadual				491	856
	Particular	120	135	303	201	105
	<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>757</b>	<b>1.978</b>	<b>1.609</b>	<b>961</b>

Fonte: BRASIL. INEP/MEC, (2022).

A Figura 16, a seguir apresenta a distribuição das matrículas escolares segundo as dependências administrativas dos municípios da Área de Estudo Regional. Nela pode-se observar claramente a importância da rede municipal de ensino para os municípios em análise. Ela recebeu a maior parte das matrículas para creche, ensino pré-escolar e ensino fundamental. Só perde a preponderância no ensino médio, quando foi substituída pela rede estadual, que recebe a maior parte das matrículas desse nível.



Fonte: BRASIL. INEP/MEC, (2022).

Figura 16. Distribuição das matrículas na AER por dependência administrativa.



### 6.3.7.2. Educação para Jovens e Adultos e Profissionalizante.

A educação para jovens e adultos era realizada em todos municípios em estudo. Em Itabirito, os sistemas municipal e estadual ofereciam vagas de EJA nos níveis fundamental e médio. Os cursos técnicos eram ofertados por escolas federais que receberam 187 matrículas em 2020. Já os cursos técnicos concomitantes foram ministrados pelo sistema particular. A situação se repetiu em Ouro Preto e em Santa Bárbara com a educação de jovens e adultos sendo ministrada exclusivamente pela rede pública.

Em Ouro Preto merece destaque o grande número de matrículas em cursos técnicos integrados, que alcançou a cifra de 1.356 em 2020, sendo que 91% foi no sistema de ensino federal. Foram feitas 814 matrículas nos cursos técnicos concomitantes, 56% delas em escolas federais (Tabela 16)

Tabela 16. Matrículas na rede de ensino dos municípios da Área de Estudo Regional, em 2020.

MUNICÍPIO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	EJA FUNDAMENTAL	EJA MÉDIO	CURSO TÉCNICO INTEGRADO	CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE
Itabirito	Escola Estadual	58	363	-	-
	Escola Federal	-	-	187	-
	Escola Municipal	189	-	-	-
	Privada	-	-	-	304
Ouro Preto	Escola Estadual	47	432	114	61
	Escola Federal	-	-	1.242	460
	Escola Municipal	236	-	-	-
	Privada	-	-	-	293
Santa Bárbara	Escola Estadual	127	288	-	-
	Escola Federal	-	-	-	-
	Escola Municipal	24	-	-	-
	Privada	-	-	-	213

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2022)

A Figura 17 e a Figura 18, a seguir, ilustram algumas unidades de ensino dos municípios da Área de Estudo Regional.



Figura 17. Grupo Escolar Afonso Pena, em Santa Bárbara.



Figura 18. Escola Municipal de Acuruí, distrito de Itabirito, principal referência para o serviço de educação para as famílias e comunidades inscritas no entorno do Projeto.



### 6.3.7.1. Ensino Superior

É importante ressaltar a tradição da cidade de Ouro Preto na oferta de ensino superior de qualidade, a qual remonta há quase dois séculos. Já no ano de 1839, foi criada no município a Escola de Farmácia (Figura 19). Construída na antiga sede da Assembleia Provincial, onde foi jurada a 1ª Constituição Republicana de Minas Gerais, a Escola foi a primeira faculdade do Estado e é, de acordo com a UFOP, a mais antiga da América Latina na área farmacêutica.



Figura 19. Escola de Farmácia, em Ouro Preto.

Ainda no século XIX, em 1876, o cientista Claude Henri Gorceix fundou a Escola de Minas, primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia. Sediada no antigo Palácio dos Governadores, no centro de Ouro Preto, foi transferida, em 1995, para o campus Morro do Cruzeiro.

Em 1969, foi criada a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com a junção das centenárias e tradicionais Escola de Farmácia e Escola de Minas. Hoje, de acordo com o sítio da instituição, ela oferece 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e quatro a distância. Quanto à pós-graduação, são ofertados 24 cursos de mestrado acadêmico e oito profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. No total, são mais de 11 mil alunos, cerca de 800 técnicos-administrativos e aproximadamente 900 professores, entre efetivos e substitutos (Figura 20).



Figura 20. Entrada do campus da UFOP.

O município de Itabirito também conta com instituições de ensino superior à distância e presencial como a UNIPAC, que oferece curso de direito presencial e, na modalidade à distância, os curso de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Gestão em Logística, História, Pedagogia. O município também conta com a faculdade Alis Itabirito que, em sua sede na rua Matozinhos, nº293, que oferta cursos de direito, engenharia mecânica, civil e de produção, psicologia, farmácia e enfermagem. E, com um polo de apoio presencial da UNICESUMAR, que oferece cursos na modalidade de ensino à distância - EAD.

#### 6.3.7.2. Indicadores Educacionais dos Municípios da Área de Estudo Regional

De acordo com o INEP, “os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino e são úteis, principalmente, para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola” (BRASIL. INEP/MEC, 2022).

O estudo em tela apresenta e analisa alguns indicadores educacionais selecionados. Estes possibilitam avaliar a qualidade do ensino prestado, com foco tanto em aspectos que incidem sobre o corpo docente, como sobre os alunos, que são a razão de ser do sistema.

### 6.3.7.2.1. Docentes com Curso Superior

Um indicador da formação profissional do corpo docente é o percentual de professores que possuem curso superior. Trata-se de uma variável que está relacionada com o investimento no corpo docente e, tendencialmente, em uma maior capacitação deste às exigências didáticas.

Os municípios da Área de Estudo Regional apresentaram, na maior parte dos tipos de ensino, maiores percentuais de professores com curso superior do que a média do estado de Minas Gerais (Tabela 17). Na educação infantil, todos superaram a média estadual, com destaque para Santa Bárbara com quase 99% dos professores com diploma superior. No ensino fundamental, Itabirito e Santa Bárbara superaram a média do Estado, com, respectivamente, 97,5% e 98% dos professores com curso superior, considerando os dois períodos (anos iniciais e finais). Ouro Preto apresentou percentual igual ao do Estado, 95,9%. E no ensino médio, somente Santa Bárbara não superou a média do Estado, destacando que em Ouro Preto e Itabirito 99% dos professores da modalidade possuíam curso superior.

Tabela 17. Percentual de professores com curso superior, segundo o nível de ensino – 2020.

MUNICÍPIOS	EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ ESCOLA)	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO
		ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL	
Itabirito	82,5	95,4	100,0	97,5	99,2
Ouro Preto	85,5	92,3	98,6	95,9	99,0
Santa Bárbara	98,6	97,7	98,6	98,1	95,9
Estado de Minas Gerais	77,8	93,9	97,5	95,9	98,2
Brasil	79,6	85,9	92,7	89,5	97,3

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional, (2022).

### 6.3.7.2.2. Taxa de Distorção Idade-Série.

A distorção idade-série representa a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a idade de entrada da criança no 1º ano do ensino fundamental deve ser aos seis anos de idade e ela deve permanecer nesse nível até o 9º ano. A idade de conclusão ideal do ensino fundamental é de 14 anos.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. O aluno que é reprovado ou abandona os estudos por dois anos ou mais, acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele passa a ter uma defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Este aluno é contabilizado na situação de distorção idade-série.

As altas taxas de distorção idade-série têm como causas fatores socioeconômicos estruturais que estão presentes em quase todos os cantos do país. Destaca-se o histórico baixo índice de escolarização brasileira, que só no final do século XX passou a ter o combate ao analfabetismo como uma de suas prioridades. Isso criou um ciclo vicioso no qual o baixo nível de educação da sociedade faz com que ela dê menos importância à educação. Há estudos que apontam que a escolaridade da mãe influencia na educação dos filhos, quanto maior, mais tempo de estudos os filhos tendem a ter. A baixa escolaridade familiar também influi nas repetências escolares, aumentando a distorção idade-série. Fatores sociais e econômicos, como a necessidade de garantir renda para a família a partir da adolescência, também contribuem para atrasos no desenvolvimento escolar, principalmente, das famílias de



baixa renda. Comprova isso o aumento da distorção idade-série que ocorre no ensino médio, período em que as pressões para obter renda costumam surgir.

Na Área de Estudo Regional (Tabela 18), os municípios de Ouro Preto e Itabirito apresentaram taxas de distorção idade-série superiores à média de Minas Gerais em todos os níveis de ensino. Ao contrário de Santa Bárbara em que os alunos fora da idade correta só apresentaram percentual maior que o do Estado nos anos iniciais, com 5,1% ante 3,5% de Minas Gerais. Nas demais etapas escolares, a distorção idade-série do município foi menor.

Observa-se nos municípios da Área de Estudo Regional o fenômeno do aumento da distorção idade-série à medida que os alunos se aproximam da idade adulta, o que, pelos motivos já mencionados, atinge a maior parte dos estudantes brasileiros.

Tabela 18. Taxa de Distorção Idade-Série em 2020.

MUNICÍPIOS	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO
	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL	
Itabirito	8,0	23,6	14,8	31,7
Ouro Preto	3,7	19,4	11,1	30,9
Santa Bárbara	5,1	14,4	9,6	19,1
Estado de Minas Gerais	3,5	17,8	10,2	23,9
Brasil	9,7	22,7	15,5	26,2

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional, (2022).

#### 6.3.7.2.3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que foi criado pelo próprio órgão em 2007, representa uma iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar (estudantes matriculados na idade correta) e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega, ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar; nas médias de desempenho nas avaliações do Inep, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil para os municípios.

As redes de ensino municipal dos municípios da Área de Estudo Regional atingiram as metas definidas pelo Ministério da Educação para o ano de 2017. Porém, em 2019, as escolas municipais de Ouro Preto e de Itabirito ficaram aquém das suas respectivas metas.

A Tabela 19, a seguir apresenta o desempenho da rede de ensino municipal dos municípios avaliados no IDEB da 4ª série/5º ano.



Tabela 19. Rede de Ensino Municipal - IDEB Ensino Fundamental 4ª série/5º ano.

MUNICÍPIOS	RESULTADO IDEB		METAS	
	2017	2019	2017	2019
Itabirito	6,6	6,4	6,4	6,6
Ouro Preto	6,0	5,7	5,8	6,1
Santa Bárbara	6,8	6,8	5,5	6,8
Estado de Minas Gerais	6,5	6,5	6,4	6,6
Brasil	5,6	5,7	5,1	5,4

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Resultados IDEB, (2020).

Considerando os anos finais do ensino fundamental, somente a rede de ensino municipal de Santa Bárbara superou as metas para os anos de 2017 e 2019. Itabirito, com 5,7, teve nota maior que a meta em 2017, mas em 2019 sua nota caiu para 5,0 e a meta era de 5,7. Já a rede de ensino municipal de Ouro Preto não alcançou a meta em nenhum dos anos apresentados (Tabela 20).

Tabela 20. Rede de Ensino Municipal - IDEB Ensino Fundamental 8ª série/9º ano.

MUNICÍPIOS	RESULTADO IDEB		METAS	
	2017	2019	2017	2019
Itabirito	5,7	5,0	5,4	5,7
Ouro Preto	4,5	4,4	5,0	5,2
Santa Bárbara	5,4	5,8	4,9	5,1
Estado de Minas Gerais	4,7	4,9	5,2	5,5
Brasil	4,3	4,9	4,6	4,9

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Resultados IDEB, (2020).

A rede de ensino estadual possuía pouca representatividade no acolhimento de matrículas do 1º ciclo do fundamental nos municípios inscritos na Área de Estudo Regional. Em Santa Bárbara a rede estadual não oferta o 1º ciclo do estadual. Nos demais municípios, Itabirito superou a meta em 2017 e 2019 e Ouro Preto a superou em 2017, mas ficou um pouco abaixo em 2019 (Tabela 21).

Tabela 21. Rede de Ensino Estadual- IDEB Ensino Básico 4ª série/5º ano.

MUNICÍPIOS	RESULTADO IDEB		METAS	
	2017	2019	2017	2019
Itabirito	6,9	7,0	6,5	6,8
Ouro Preto	6,4	6,4	6,3	6,5
Santa Bárbara	-	-	5,2	5,5
Estado de Minas Gerais	6,5	6,5	6,4	6,6
Brasil	6,0	6,1	5,6	5,9

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Resultados IDEB, (2021).

No último ciclo do ensino fundamental, nenhuma a rede estadual presente nos municípios da Área de Estudo Regional conseguiu atingir ou superar a sua respectiva meta. O que também ocorreu no estado de Minas Gerais e no Brasil, que tampouco atingiram suas metas (Tabela 22).

Tabela 22. Rede de Ensino Estadual - IDEB Ensino Básico 8ª série/9º ano.

MUNICÍPIOS	RESULTADO IDEB		METAS	
	2017	2019	2017	2019
Itabirito	4,9	4,4	5,2	5,4
Ouro Preto	4,3	4,3	5,3	5,5
Santa Bárbara	3,7	4,1	4,5	4,8
Estado de Minas Gerais	4,4	4,6	5,1	5,3
Brasil	4,5	4,7	4,8	5,1

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Resultados IDEB, (2021).

A avaliação do ensino médio está centrada exclusivamente na rede estadual, uma vez que ela tem sido responsável por ministrar esse ensino. Em 2019, somente Itabirito não atingiu as metas estipuladas para o ensino. A rede estadual presente em Minas Gerais não atingiu as metas em nenhum dos anos avaliados (Tabela 23).

Tabela 23. Rede de Ensino Estadual - IDEB Ensino Médio.

MUNICÍPIOS	RESULTADO IDEB		METAS	
	2017	2019	2017	2019
Itabirito	4,2	4,0	-	4,4
Ouro Preto	3,0	3,2	-	3,2
Santa Bárbara	3,6	3,9	-	3,8
Estado de Minas Gerais	3,6	4,0	4,8	5,0
Brasil	3,5	3,9	4,4	4,6

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Resultados IDEB, (2021)

#### 6.3.7.2.4. Taxa de Atendimento à Educação Básica

O indicador avalia o acesso das crianças e adolescentes à educação básica, independentemente se na idade correta ou não. No município de Santa Bárbara, de acordo com os dados do INEP, o percentual de crianças e jovens na escola ficou acima de 90% desde 2016. Em 2020, 93% das crianças e adolescentes do município estavam na escola.

Nos municípios de Ouro Preto e Itabirito todas as crianças e adolescentes frequentavam as escolas. No primeiro, a taxa de atendimento à educação básica atinge 100% desde 2016 e no segundo desde 2018.

#### 6.3.7.2.5. Indicadores de Qualidade do IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social

Com base nos dados do PROEB (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica de Minas Gerais), a Fundação João Pinheiro calcula o IQE – Índice de Qualidade Geral da Educação –, que tem como base os resultados dos exames de língua portuguesa e matemática do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica. “Os exames são aplicados aos alunos das escolas públicas estaduais do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. O IQE geral é uma combinação dos IQEs de cada série/ano, ponderada pelo número de alunos que prestam o exame em cada disciplina, e fornece um panorama da qualidade da educação no município” (FJP, IMRS-Educação). No ano de 2019, o município de Itabirito apresentou o maior valor para o Índice, dentre os municípios da Área de Estudo Regional, com 0,49. Santa Bárbara alcançou nota de 0,47 e Ouro Preto 0,38. Ressalta-se que em relação ao ano anterior somente Santa Bárbara teve crescimento do Índice, que aumentou quase 7%. Em Itabirito, houve piora de 5,8% e em Ouro Preto, de 2,6%.

Outro importante indicador é o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – Educação, que engloba nove parâmetros, inclusive o IQE, com vistas a avaliar a situação educacional do município por meio do grau de escolaridade da população, do acesso ao sistema educacional, do fluxo dos alunos (distorção-série) e da qualidade da educação básica. De acordo com a Fundação João Pinheiro, responsável pela elaboração do IMRS, em 2018, os municípios da Área de Estudo Regional tiveram desempenho positivo do IMRS Educação. Santa Bárbara apresentou índice mais elevado com 0,703, seguido por Itabirito, com 0,694 e Ouro Preto, com 0,668. Considerando a avaliação anterior, feita em 2016, os municípios apresentaram crescimento do Índice de, respectivamente, 5,6%, 1,3% e 2,1%.

A Tabela 24, a seguir, apresenta os dados do IQE, bem como do IMRS Educação, e a Figura 21. Evolução do IMRS – 2016/18 dos municípios da AER., a evolução do IMRS Educação no bieno 2016/18.

Tabela 24. Índice Qualidade Geral da Educação – IQE e IMRS Educação dos municípios da AER..

ÍNDICE	ÍNDICE DE QUALIDADE GERAL DA EDUCAÇÃO - IQE		IMRS EDUCAÇÃO	
	2018	2019	2016	2018
Município/ano				
Itabirito	0,52	0,49	0,685	0,694
Ouro Preto	0,39	0,38	0,654	0,668
Santa Bárbara	0,44	0,47	0,666	0,703

Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Fundação João Pinheiro, (2022).

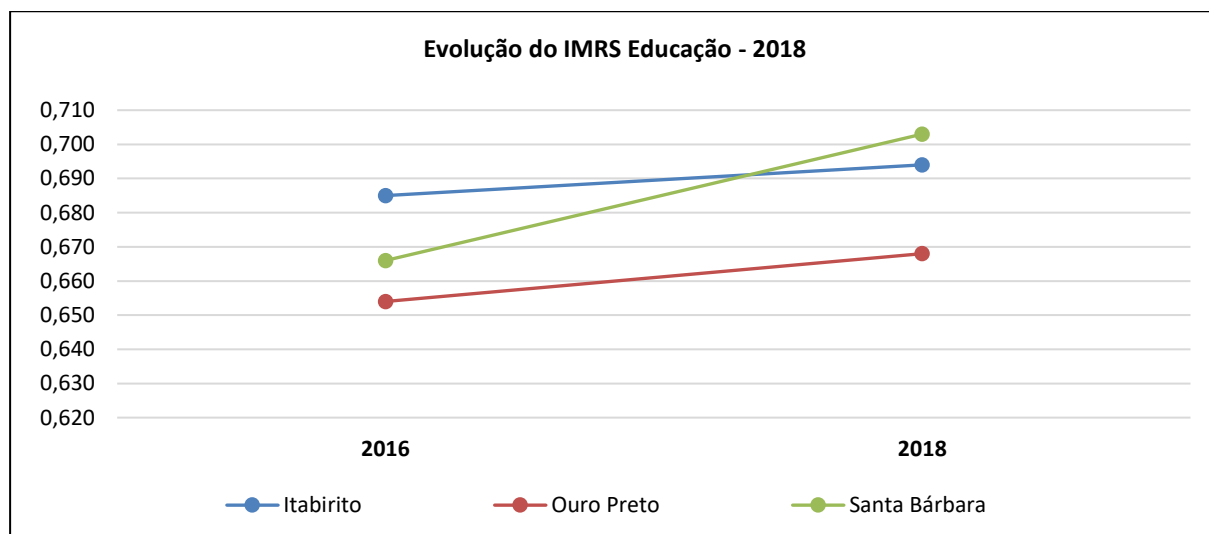


Figura 21. Evolução do IMRS – 2016/18 dos municípios da AER.

### 6.3.8. SAÚDE

A saúde pública no Brasil está organizada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, que é responsável pela formulação e regulamentação da política nacional de saúde. O SUS – em conjunto com as esferas estadual e federal – é o administrador das ações e serviços de caráter universalista, que são implementados pelos municípios por intermédio da infraestrutura de atendimento implantada por cada região.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, em 2018, o Brasil contava com 452.801 médicos, o que representou uma taxa de 2,18 médicos para cada mil habitantes. A distribuição dos médicos no território nacional se mostrou desigual. Na região Norte havia 1,16 médicos por 1.000 habitantes, no Nordeste 1,41, na região Sul, 2,31, no Centro-Oeste 2,36 e no

Sudeste, que apresentou a maior taxa, 2,81 médicos por 1.000 habitantes. Com efeito, as regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste apresentam uma relação de médicos por habitante superior à média nacional.

No estado de Minas Gerais foram contabilizados 48.606 médicos, o que representou uma taxa de 2,30 médicos por cada grupo de 1.000 habitantes. Observando mais detidamente os números do estado, é notável a desigualdade entre a capital, Belo Horizonte, e o interior do estado. Enquanto na capital a relação de médicos por grupos de 1.000 habitantes é de 7,12, no interior do estado esta é de 1,65. Com efeito, a taxa de médicos por habitante de Belo Horizonte é 77% maior que a do resto do Estado.

Numa comparação com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa de médicos por habitantes do Brasil se mostrou inferior. Enquanto no Brasil esta é de 2,20, nos países da OCDE a taxa é de 3,40 médicos para cada grupo de 1.000 habitantes. Cabe ressaltar que a organização congrega países com nível de desenvolvimento elevado. De todo modo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde, segundo o documento “Demografia Médica no Brasil 2018”, elaborado pelo Conselho Federal de Medicina, não estabelecem taxas de médicos por habitante como referência, pois dependem de fatores regionais, socioeconômicos, culturais e epidemiológicos. Eles enfatizam que é pouco válido estabelecer uma taxa ideal generalizada para todos os países.

#### 6.3.8.1. Estabelecimentos e equipamentos de saúde

A Tabela 25, a seguir, apresenta o detalhamento dos estabelecimentos de saúde nos municípios da Área de Estudo Regional, com base no mês de janeiro de 2021. Observa-se a maior estruturação do sistema de saúde de Ouro Preto, que possuía 192 estabelecimentos de saúde, seguido por Itabirito com 132 e Santa Bárbara com 73.

Tabela 25. Estabelecimentos de Saúde nos municípios da Área de Estudo Regional em janeiro de 2021

TIPO DE ESTABELECIMENTO	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Central de regulação médica das urgências		1	
Centro de atenção psicossocial-caps	2	3	1
Centro de saúde / unidade básica de saúde	8	24	10
Clínica especializada / ambulatório especializado	18	16	10
Consultório	85	97	41
Cooperativa	1		
Farmácia	4		2
Hospital dia		1	
Hospital geral	1	2	1
Policlínica	2	2	1
Posto de saúde	4	19	1
Pronto atendimento	1		
Pronto socorro geral		1	
Secretaria de saúde	1	1	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	5	22	5
Unidade móvel de nível pré-hosp-urgência / emergência		3	
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>192</b>	<b>73</b>

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE, (2021).

A Tabela 26, a seguir, apresenta a relação de todos os equipamentos disponíveis ao sistema de saúde dos municípios da Área de Estudo Regional.

Tabela 26. Equipamentos do Sistema de Saúde nos municípios da Área de Estudo Regional, em janeiro de 2021

EQUIPAMENTOS	ITABIRITO			OURO PRETO			SANTA BÁRBARA		
	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS
<b>Equipamentos de Audiologia</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
Emissões Otoacústicas evocadas transientes	1		-	-	-	-	1	1	1
Emissões Otoacústicas Evocadas por Produto de Distorção	1	1	-	-	-	-	1	1	1
Audiômetro de um canal	6	5	-	1	1	-	-	-	-
Audiômetro de Dois Canais	1	1	-	-	-	-	2	2	2
Imitanciômetro	2	2	-	-	-	-	1	1	1
Imitanciômetro Multifrequencial							2	2	2
Cabine Acústica	3	3		1	1	-	2	2	2
Sistema de Campo Livre							1	1	1
Sistema Completo de Reforço Visual(VRA)							1	1	1
Ganho de Inserção							2	2	2
HI-PRO							1	1	1
<b>Equipamentos de Diagnóstico por Imagem</b>	<b>50</b>	<b>48</b>	<b>10</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>11</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>16</b>
Gama Câmera				1	1	-			
Mamógrafo com comando simples	3	3	1	2	2	-			
Mamógrafo com estereotaxia	-	-	-	-	-	-			
Raio X de até 100 mA	3	3	1	1	1	1	1	1	1
Raio X de 100 a 500 mA	5	5	4	5	5	3	3	3	3
Raio X mais de 500 mA	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Raio X dentário	24	22	1	8	7	4	12	12	-
Raio X com fluoroscopia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Raio X para densitometria óssea	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Raio X para hemodinâmica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tomógrafo computadorizado	1	1	-	2	2	-	2	2	2



EQUIPAMENTOS	ITABIRITO			OURO PRETO			SANTA BÁRBARA		
	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS
Ressonância Magnética	-	-	-	1	1	-			
Ultrassom Doppler colorido	6	6	2	3	3	-	4	4	2
Ultrassom ecógrafo	3	3	-	2	2	2	3	3	3
Ultrassom convencional	2	2	-	2	2	1	3	3	2
Processadora de filme exclusiva para mamografia	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Mamógrafo computadorizado	-	-	-	-	-	-	2	2	2
PET/CT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Equipamentos de Infraestrutura</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
Ar condicionado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Câmara frigorífica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controle ambiental/ar condicionado central	23	23	1	13	13	1	1-	1	-
Grupo gerador	3	3	3	2	2	2	3	3	1
Usina de Oxigênio	3	3	3	-	-	-	-	-	-
Freezer científico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo Gerador de 1.500Kva	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refrigerador	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Equipamentos de Odontologia</b>	<b>264</b>	<b>249</b>	<b>52</b>	<b>133</b>	<b>131</b>	<b>103</b>	<b>297</b>	<b>280</b>	<b>71</b>
Equipo Odontológico	65	65	11	105	103	75	52	52	12
Compressor Odontológico	24	24	6	4	4	4	31	29	10
Fotopolimerizador	36	35	6	2	2	2	39	38	10
Caneta de Alta Rotação	50	43	6	8	8	2	66	57	11
Caneta de Baixa Rotação	44	39	8	8	8	2	58	55	10
Amalgamador	18	16	7	4	4	2	17	16	10
Aparelho de Profilaxia – Jato de Bicabornato	27	27	8	2	2	1	34	33	8
<b>Equipamentos para Manutenção da Vida</b>	<b>225</b>	<b>203</b>	<b>189</b>	<b>104</b>	<b>104</b>	<b>88</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	<b>104</b>
Bomba de infusão	38	35	35	33	33	27	13	13	13

EQUIPAMENTOS	ITABIRITO			OURO PRETO			SANTA BÁRBARA		
	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS
Berço aquecido	6	6	6	2	2	2	9	9	9
Desfibrilador	20	16	12	15	15	13	9	9	6
Equipamento de Fototerapia	10	10	10	2	2	2	4	4	4
Incubadora	6	5	5	4	4	4	4	4	4
Marcapasso Temporario	3	3	3						
Monitor de ECG	22	21	18	12	12	10	4	4	3
Monitor de Pressao Invasivo							2	2	2
Monitor de Pressao Nao-Invasivo	46	36	32				27	27	27
Reanimador Pulmonar/Ambu	64	62	59	18	18	13	33	33	31
Respirador/Ventilador	10	9	9	18	18	17	6	6	5
<b>Equipamentos por Métodos Gráficos</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>12</b>
Eletrocardiógrafo	27	26	10	9	8	3	16	16	11
Eletroencefalógrafo	2	1	-	1	1	1	2	2	1
<b>Equipamentos por Métodos Óticos</b>	<b>39</b>	<b>39</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>29</b>
Endoscopia das Vias Urinarias	2	2	2	1	1	1	-	-	-
Endoscópio digestivo	1	1	1	3	3	2	2	2	1
Equipamento para optometria	9	9	1	-	-	-	1	1	-
Laparoscopia/Vídeo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Microscopia Cirurgico	1	1	1	1	1	1	2	2	1
Cadeira oftalmológica	3	3	-	1	1	-	4	4	2
Coluna oftalmológica	1	1	-	-	-	-	4	4	2
Refrator	3	3	-	-	-	-	4	4	2
Lensômetro	2	2	-	-	-	-	4	4	2
Projetor ou Tabela de Optotipos	3	3	-	-	-	-	4	4	2
Retinoscópio	2	2	-	-	-	-	3	3	1
Oftalmoscópio	2	2	-	-	-	-	22	22	1

EQUIPAMENTOS	ITABIRITO			OURO PRETO			SANTA BÁRBARA		
	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS	TOTAL	EM USO	EM USO SUS
Ceratômetro	2	2	-	-	-	-	3	3	1
Tonômetro de aplanção	2	2	-	-	-	-	4	4	2
Biomicroscópio (Lampada de Fenda)	2	2	-	1	1	1	4	4	2
Campímetro	3	3	-	-	-	-	3	3	1
<b>Outros equipamentos</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>34</b>	<b>29</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>7</b>
Aparelho de diatermia por ultrassom ondas curtas	13	11	2	13	13	1	10	10	4
Aparelho de eletroestimulação	18	17	2	14	11	1	7	7	3
Bomba de Infusão de Hemoderivados									
Equipamentos de Aferese	1	1	-						
Equipamento de Circulação Extracorpórea				1	1	1			
Equipamento para Hemodiálise				2	1	1			
Forno de Bier	2	2	1	4	3	1			

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE, (2021).

Os municípios da Área de Estudo Regional possuem equipamentos para todas as especialidades definidas no Datasus. Não se observou algum município exercendo polarização sobre os demais. Um dos fatores que explica essa situação é a proximidade com a capital Belo Horizonte, que, com porte de metrópole, oferece condições de atendimento para as mais diversas demandas relacionadas à saúde.

Observando a disponibilidade dos equipamentos para a manutenção da vida, essenciais para o atendimento dos casos de urgência, constata-se que o sistema público dos municípios da Área de Estudo Regional assume a maior parte dessas demandas. De acordo com Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES, do Ministério da Saúde, em Itabirito e Ouro Preto, 84% dos equipamentos de manutenção da vida estão disponibilizados à população por meio do SUS e em Santa Bárbara 93%.

#### 6.3.8.1. Leitos dos sistemas de saúde dos municípios da Área de Estudo Regional, segundo as especialidades.

O setor público representado pelo Sistema Único de Saúde – SUS tem grande participação na oferta de leitos. Considerando os leitos cirúrgicos observa-se que em Ouro Preto 65% deles são utilizados pelos SUS, em Santa Bárbara 71% e em Itabirito 78%. O SUS também disponibiliza mais de 70% dos leitos clínicos nos municípios em estudo.

Com relação à Covid19, de acordo com o Datasus, somente Ouro Preto recebeu leitos complementares para realizar o atendimento adequado. Em janeiro de 2021, o município contava com 13 UTIs adultas para o tratamento da doença, sendo que 10 eram disponibilizadas pelo SUS. O município também recebeu dois Suportes Ventilatório Pulmonar – COVID 19.

A Tabela 27, abaixo, apresenta os leitos disponíveis nos municípios da Área de Estudo Regional de acordo com as especialidades e a disponibilidade no SUS.

Tabela 27. Distribuição dos Leitos nos municípios da Área de Estudo Regional, em Janeiro 2021, segundo as especialidades médicas.

LEITOS/MUNICÍPIOS	ITABIRITO		OURO PRETO		SANTA BÁRBARA	
	TOTAL	SUS	TOTAL	SUS	TOTAL	SUS
<b>Leitos Cirúrgicos</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>5</b>
Buco maxilo facial	2	1				
Cirurgia Geral	9	7	15	10	6	4
Ginecologia					1	1
Ortopedia/traumatologia	3	3	8	5		
<b>Leitos Clínicos</b>	<b>33</b>	<b>24</b>	<b>105</b>	<b>84</b>	<b>23</b>	<b>18</b>
Clínica Geral	31	22	96	75	18	13
Neonatologia			3	3	5	5
Saúde mental	2	2	6	6		
<b>Leitos Complementares</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
UTI adulto II COVID-19			13	10	-	-
Unidade Isolamento	2	1	7	7	-	-
UTI Adulto Tipo I			-	-	-	-

LEITOS/MUNICÍPIOS	ITABIRITO		OURO PRETO		SANTA BÁRBARA	
	TOTAL	SUS	TOTAL	SUS	TOTAL	SUS
UTI Adulto Tipo II			10	10	-	-
UTI Pediátrica Tipo II			-	-	-	-
UTI Neonatal Tipo II			-	-	-	-
Suporte Ventilatório Pulmonar – COVID 19			2	-	-	-
Unidade de cuidados intermediários adulto			3	3	-	-
<b>Leitos Obstétricos</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>6</b>
Obstetrícia Cirúrgica	8	3	5	3	11	5
Obstetrícia Clínica	10	3	5	3	2	1
<b>Leitos Pediátricos</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>6</b>
Pediatria Clínica	3	2	5	4	7	6
Pediatria Cirúrgica	2	1	3	2		
<b>Outras Especialidades</b>			<b>8</b>	<b>2</b>		
Cirúrgico / Diagnóstico / Terapêutico			8	2		
<b>Total Clínico / Cirúrgico</b>	<b>47</b>	<b>35</b>	<b>128</b>	<b>99</b>	<b>30</b>	<b>23</b>
<b>Total Geral (Menos Complementar)</b>	<b>68</b>	<b>43</b>	<b>111</b>	<b>81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE, (2021).

#### 6.3.8.1. Corpo Médico dos municípios avaliados, segundo suas especialidades

Os municípios da Área de Estudo Regional contavam, em janeiro de 2021, com 246 médicos, sendo 129 (54%) em Ouro Preto, 79 em Itabirito e 38 em Santa Bárbara. Observa-se que não havia médicos para todas as especialidades, como, por exemplo, dermatologista, cirurgiões, oncologista, dentre outros.

A relação de médicos por habitante foi de 1,83 para cada grupo de mil em Ouro Preto, 1,73 em Itabirito e 1,36 em Santa Bárbara.

A Tabela 28, a seguir, apresenta os plantéis médicos de cada município avaliado relativos ao mês de janeiro de 2021.

Tabela 28. Médicos presentes nos municípios da Área de Estudo Regional, em janeiro de 2021, segundo especialidades.

ESPECIALIDADE MÉDICA	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Anestesiologista		1	1
Cirurgião Geral		5	
Clínico Geral	44	59	22
Gineco-Obstetra	1		1
Médico da estr. de saúde da Família	12	16	8
Pediatra	8	13	1
Psiquiatra	3	3	
Radiologista	1	3	
Cardiologista	2	3	1
Angiologista		3	
Acupunturista	1		1
Fisiatra	1		

ESPECIALIDADE MÉDICA	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Geriatra	1		
Dermatologista			
Médico do trabalho		2	
Cirurgião vascular			
Cirurgião plástico			
Gastroenterologista			
Mastologista	1		
Nefrologista			
Neurologista	2	1	
Nutrologista			
Oftalmologista		2	2
Oncologista clínico			
Ortopedista / Traumatologista	1	1	
Otorrinolaringologista			
Pneumologista	1		
Urologista			1
Residente		17	
<b>Total de Médicos</b>	<b>79</b>	<b>129</b>	<b>38</b>
<b>Médicos por 1.000 hab.</b>	<b>1,73</b>	<b>1,83</b>	<b>1,36</b>

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE, ( 2021).

### 6.3.8.2. Morbidade Hospitalar

Considerando o período de janeiro a dezembro de 2021, as principais causas de morbidade hospitalar nos municípios da Área de Estudo Regional foram gravidez, parto e puerpério, doenças infecciosas e parasitárias, lesões e envenenamentos. A gravidez e os processos de acompanhamento associados é uma demanda natural, já as duas outras causas costumam ser relacionadas ao saneamento básico inadequado e a motivos relacionados à violência, seja relacionada à criminalidade ou às condições de trânsito viário.

A Tabela 29 e a Tabela 30, que seguem, apresentam os dados de morbidade hospitalar, em valores absolutos e percentuais, respectivamente, no período que compreende de janeiro a dezembro de 2021. A Figura 22 e a Figura 23 apresentam unidades hospitalares presentes na AER.

Tabela 29.Total de Internações por Grupo de Causas de Janeiro a Dezembro 2021 nos municípios da Área de Estudo Regional.

CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS (CID)	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	507	474	357
Neoplasias (tumores)	187	273	91
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	41	75	22
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	44	99	39
Doenças do aparelho circulatório	37	91	10
Transtornos mentais e comportamentais	39	88	32
Doenças do sistema nervoso	16	34	16
Doenças do olho e anexos	3	3	222
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	334	571	-
Doenças do aparelho respiratório	136	255	130
Doenças do aparelho digestivo	195	386	104
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	27	89	37



CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS (CID)	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Doenças sistema osteomuscular e tec conjuntivo	48	79	27
Doenças do aparelho geniturinário	273	328	199
Gravidez parto e puerpério	564	536	339
Algumas afecções originadas no período perinatal	46	62	53
Malf. Cong. Deformid. e anomalias cromossômicas	16	27	8
Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratorial	44	114	20
Lesões envenenamento e outras causas externas	275	550	190
Contatos com serviços de saúde	49	131	30
<b>Total</b>	<b>2.881</b>	<b>4.265</b>	<b>1.926</b>

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE, (2021)

Tabela 30. Percentual de Internações por Grupo de Causas de janeiro a dezembro 2021 nos municípios da Área de Estudo Regional.

CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS (CID)	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	17,60%	11,11%	18,54%
Neoplasias (tumores)	6,49%	6,40%	4,72%
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1,42%	1,76%	1,14%
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1,53%	2,32%	2,02%
Doenças do aparelho circulatório	1,28%	2,13%	0,52%
Transtornos mentais e comportamentais	1,35%	2,06%	1,66%
Doenças do sistema nervoso	0,56%	0,80%	0,83%
Doenças do olho e anexos	0,10%	0,07%	11,53%
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	11,59%	13,39%	-
Doenças do aparelho respiratório	4,72%	5,98%	6,75%
Doenças do aparelho digestivo	6,77%	9,05%	5,40%
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,94%	2,09%	1,92%
Doenças sistema osteomuscular e tec conjuntivo	1,67%	1,85%	1,40%
Doenças do aparelho geniturinário	9,48%	7,69%	10,33%
Gravidez parto e puerpério	19,58%	12,57%	17,60%
Algumas afecções originadas no período perinatal	1,60%	1,45%	2,75%
Malf. Cong. Deformid. e anomalias cromossômicas	0,56%	0,63%	0,42%
Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratorial	1,53%	2,67%	1,04%
Lesões envenenamento e outras causas externas	9,55%	12,90%	9,87%
Contatos com serviços de saúde	1,70%	3,07%	1,56%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE, (2021).



Figura 22. Hospital São Vicente, em Itabirito.

Figura 23. Hospital Santa Casa de Santa Bárbara.



Figura 24. Imagem panorâmica da Santa Casa de Ouro Preto.

### 6.3.8.3. Indicadores qualitativos da situação da Saúde nos municípios da Área de Estudo Regional

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social para a dimensão Saúde, elaborado anualmente pela Fundação João Pinheiro, consolida importantes indicadores relacionados com a qualidade dos sistemas de saúde dos municípios de Minas Gerais, e tem como objetivo principal captar o estado de saúde da população e o acesso aos serviços de saúde nos municípios.

Em 2020, o município de Itabirito apresentou o maior percentual de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, com 299 óbitos para cada grupo de 100 mil habitantes, em Ouro Preto a taxa foi de 289 por 100 mil e em Santa Bárbara 269. Esse indicador aponta a eficácia das medidas de controle visando a redução dessas doenças, que são, de acordo com a Fundação João Pinheiro, a principal causa de internação e mortalidade no Brasil. As doenças crônicas não transmissíveis são relacionadas principalmente aos hábitos e comportamento dos indivíduos, como o tabagismo, uso de álcool e drogas, sedentarismo e alimentação inadequada (obesidade, colesterol, pressão alta, etc). Elas são objeto de ações preventivas coordenadas pelo Ministério da Saúde.

A taxa de mortalidade por câncer de colo de útero também foi maior em Itabirito, pois nos demais não ocorreu óbitos em função dessa doença. A taxa revela a eficácia de programas preventivos desse tipo de enfermidade, uma vez que se detectada precocemente, por meio do exame citopatológico Papanicolau, que possui ampla possibilidade de cura.

O percentual de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental adequado também foi mais elevado em Itabirito, onde 0,69% das internações tiveram esse motivo.

A Estratégia de Saúde da Família – ESF alcançou em 2020 toda a população de Santa Bárbara. Em Ouro Preto ela atendeu 94% da população e em Itabirito somente 74%. A ESF é a política prioritária do Ministério da Saúde com vistas na expansão e consolidação da atenção básica, que é a porta de entrada e ordenadora das ações e serviços do Sistema Único de Saúde, de acordo com a Fundação João Pinheiro. Ainda segundo a instituição, o estado de Minas Gerais tem como meta atingir 80% da população atendida pela ESF. Portanto, somente Itabirito ainda não atingiu a meta.

“De acordo com o Ministério da Saúde, a Atenção Básica, ou primária, compreende um conjunto de ações, de caráter individual, familiar e coletivo, que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território

definido. Uma atenção primária de qualidade tem um potencial de resolução de até 85% dos problemas de saúde (MENDES, 2011)".

A proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária tem sido utilizada como medida indireta da qualidade, uma vez que altos níveis desse tipo de internação sugerem problemas na efetividade da Atenção Básica à Saúde. Na Área de Estudo Regional, o município de Santa Bárbara registrou o maior percentual dessas internações, com 25%, seguido por Ouro Preto com 18% e Itabirito com quase 17%.

Os óbitos por causas mal definidas representam as mortes para as quais não houve a definição da causa básica do óbito. Portanto, é um indicador de falta, ou insuficiência, da assistência médica. Considerando os municípios avaliados a proporção de óbitos por causas mal definidas foi mais elevada em Santa Bárbara, onde representaram 10%. Em Itabirito a proporção foi bem baixa, 0,5%.

O percentual de internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião foi de 20% em Itabirito, 6% em Ouro Preto e 4% em Santa Bárbara. "De acordo com o Plano Diretor de Regionalização (PDR) do Estado, a microrregião de saúde constitui a base territorial de planejamento da atenção secundária à saúde, e deve ter capacidade para ofertar serviços ambulatoriais e hospitalares de média complexidade e, excepcionalmente, de alguns serviços de Alta Complexidade (AC), caso da Terapia Renal Substitutiva (TRS). Encaminhamentos de pacientes para outra microrregião para realizar procedimentos de média complexidade sinalizam para problemas de resolubilidade, ou seja, para a existência de "vazios assistenciais" e merecem investigação" (FJP, IMRS-Saúde, 2022).

A Tabela 31, a seguir, apresenta os dados indicadores qualitativos da situação da Saúde nos municípios da Área de Estudo Regional.

Tabela 31. Indicadores qualitativo de Saúde na AER, em 2020.

MUNICÍPIOS	TAXA DE MORTALIDADE POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (POR 100 MIL HABITANTES)	TAXA DE MORTALIDADE POR CÂNCER DE COLO DE ÚTERO (POR 100 MIL MULHERES)	% DE INTERNAÇÕES POR DOENÇAS RELACIONADAS AO SANEAMENTO AMBIENTAL INADEQUADO	% DA POP. ATENDIDA PELA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF.	% ÓBITOS POR CAUSAS MAL DEFINIDAS	% DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA.	% DAS INTERNAÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE DE PACIENTES DO SUS ENCAMINHADOS PARA OUTRA MICRORREGIÃO
Itabirito	299,1	3,73	0,76	71,2	0,5	16,8	20,6
Ouro Preto	289,8	0,00	0,39	94,0	7,3	18,0	6,67
Santa Bárbara	269,6	0,00	0,23	100,0	10,6	25,3	4,55

Fonte: Fundação João Pinheiro - FJP. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, (2022).

### 6.3.1. ECONOMIA

A estrutura produtiva e de serviços dos municípios da Área de Estudo Regional está apresentada por meio da análise da participação dos setores que compõem as suas economias, com o que busca-se dispor elementos para a compreensão sobre como atividade produtiva e de serviços está articulada para construir a riqueza das economias municipais, que é expressa pelo Produto Interno Bruto – PIB.

De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto dos municípios da Área de Estudo Regional foi da ordem de R\$ 6,8 bilhões, em 2019. A economia de Ouro Preto foi a de maior porte, com produção de riqueza econômica da ordem de R\$ 3,1 bilhões, 45% do total da AER, seguido por Itabirito com R\$ 2,8 bilhões e Santa Bárbara, na última posição, com R\$ 868 milhões.

No que concerne ao perfil econômico dos municípios da Área de Estudo Regional, observa-se uma forte participação do setor de Comércio, Serviços e da Administração Pública (prefeitura, escolas, sistema de saúde). Em 2019, esses ramos da economia, que formam o setor Terciário, representaram 58% da economia de Santa Bárbara, 56% da de Ouro Preto e 50% da de Itabirito. Em Minas Gerais, o setor Terciário também lidera na geração de riqueza, mas com uma participação de 68%, portanto, mais representativa.

A Administração Pública que é um importante ramo do setor de Serviços, representou em 2019, 37% da economia de Itabirito, 40% da de Santa Bárbara e 42% da de Ouro Preto. No Estado, a sua participação foi de 17%. Isso indica maior dependência dos municípios da Área de Estudo Regional dos empregos e da renda gerada a partir dos salários pagos pelo setor público municipal. Quando se desconsidera a participação das prefeituras nas economias municipais, a participação do setor terciário cai significativamente. Nessa condição, o setor terciário respondeu em 2019 por 18% da economia de Santa Bárbara, 13% da de Itabirito e quase 14% da de Ouro Preto.

Isso aponta para a alta importância da Indústria nas economias de Itabirito, Ouro Preto e de Santa Bárbara, principalmente, em função do ramo extrativo mineral. No primeiro, ela produziu uma riqueza avaliada em R\$ 1,27 bilhão e no segundo R\$ 1,23 bilhão. Isto significou 49% da economia de Itabirito e 42% da de Ouro Preto, o que faz do setor a base das economias desses municípios. Em Santa Bárbara a participação da Indústria representou 40% do PIB. Com efeito, pode se afirmar que o perfil econômico dos municípios da Área de Estudo Regional tem como base a indústria extrativa mineral, além de outros ramos do setor industrial.

No estado de Minas Gerais, o setor industrial apresentou participação bem menor na formação da riqueza econômica. Em 2019, sua contribuição foi de 26%. Aproximadamente, a metade da registrada em Itabirito.

A participação do setor agropecuário nas economias dos municípios da Área de Estudo Regional foi bem pequena. Em Itabirito, representou 0,18% da economia, em Ouro Preto 0,69% e em Santa Bárbara 1,64%. No estado de Minas Gerais a agropecuária contribuiu com 5,2% para a formação do PIB.

A Tabela 32, a seguir, apresenta a participação dos setores econômicos na formação dos PIBs dos municípios da Área de Estudo Regional em 2019, segundo os setores econômicos.

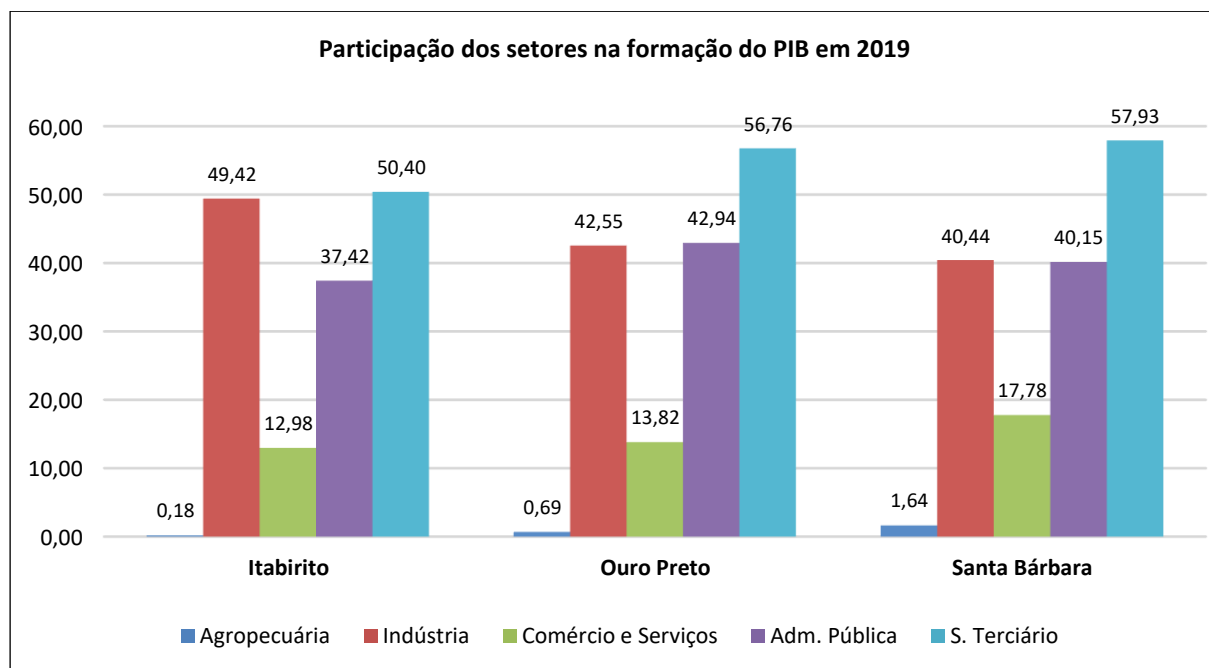
Tabela 32. Produção Econômica dos Municípios da Área de Estudo Regional – 2019 (x 1.000 R\$).

MUNICIPIOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS			VALOR ADICIONADO TOTAL - VAT	PIB A PREÇOS CORRENTES
			SOMENTE ADM. PÚBLICA	SEM ADM. PÚBLICA	TOTAL		
Itabirito	4.565	1.271.983	334.037	963.086	1.297.123	2.573.670	2.846.359
Ouro Preto	20.012	1.230.840	399.698	1.242.294	1.641.992	2.892.845	3.141.674
Santa Bárbara	13.419	331.184	145.607	328.841	474.448	819.051	868.068

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE Cidades, (2022).



A Figura 25, a seguir, ilustra a participação dos setores econômicos nas economias dos municípios de Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara.



Fonte: IBGE, (2022)

Figura 25. Participação dos setores econômicos na formação dos PIBs dos municípios da AER.

As imagens a seguir ilustram as principais atividades econômicas desenvolvidas na Área de Estudo Regional.

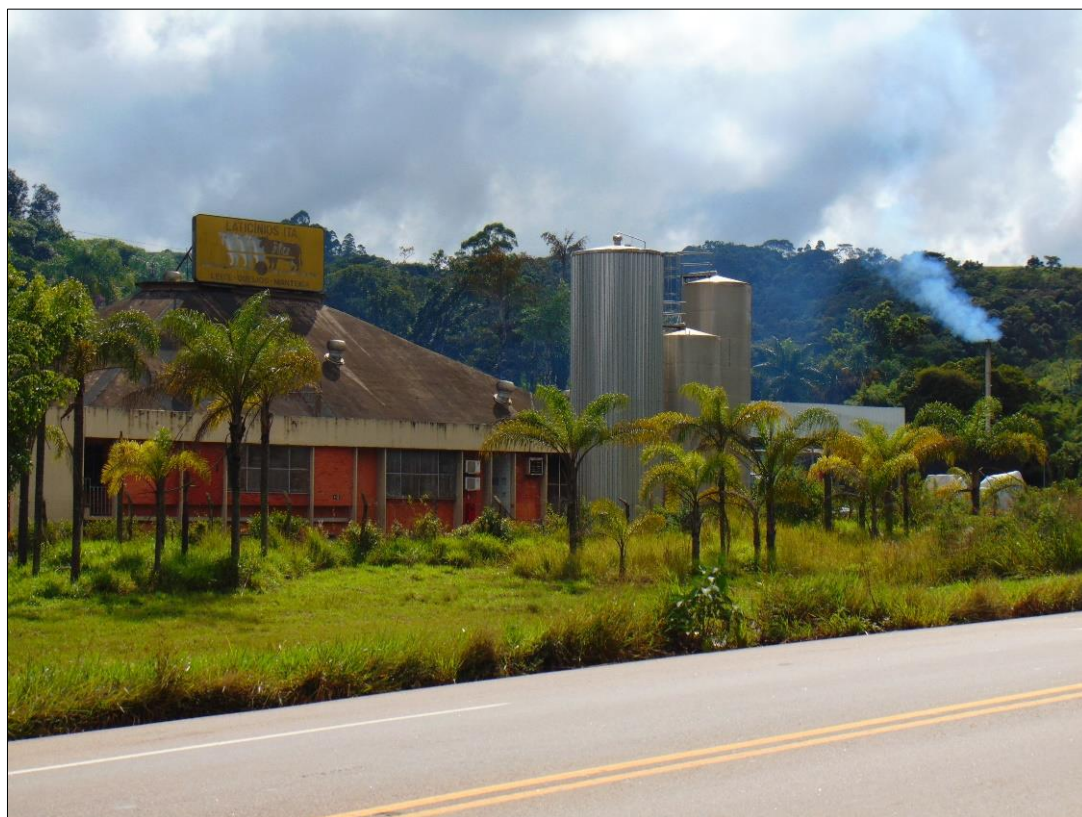


Figura 26. Laticínios Ita, na BR-356, no município de Itabirito. Pertencente ao ramo da agroindústria, sua presença exerce importante influência sobre o campo, pois viabiliza diversos estabelecimentos agropecuários.

Cabe lembrar que a produção de leite é o principal produto agrícola dos municípios da AER, conforme apresentado no capítulo específico sobre o tema.



Figura 27. Feira de artesanato, no Largo de Coimbra, em Ouro Preto.



Figura 28. Exemplo da união da atividade comercial com o talento dos artesãos da região.



Figura 29. Rua João Mota, no centro de Santa Bárbara, principal rua comercial da cidade.





Figura 30. Vista panorâmica da entrada da Mina de Capanema, principal atividade econômica dos municípios da AER.

#### 6.3.1.1. Dinâmica do mercado de trabalho formal dos municípios da Área de Estudo Regional, 2018/19.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, que são, atualmente, produzidos pelo Ministério da Economia, e é considerada uma das principais ferramentas oficiais de acompanhamento e análise do mercado de trabalho brasileiro, pois tem como base as informações dos estabelecimentos comerciais ativos no País, o desempenho dos mercados de trabalho dos municípios da Área de Estudo Regional foram positivos no último biênio analisado, 2018/19. Em Itabirito, houve geração líquida 1.328 empregos, em Ouro Preto 438 e em Santa Bárbara 255. Em termos percentuais, o mercado de trabalho de Itabirito cresceu 9%, de Santa Bárbara 4,6% e de Ouro Preto o incremento foi de 2,5%.

No município de Itabirito, merece destaque o desempenho da Construção Civil que gerou 591 novas vagas, expandindo o seu estoque de empregos em 59%. Em Ouro Preto e Santa Bárbara o destaque positivo foi o setor industrial que gerou 407 vagas de trabalho, incremento de quase 10%, no primeiro; e 231, incremento de 15%, no segundo.

O destaque negativo foi a Agropecuária que registrou desempenho negativo em todos os municípios com queda no estoque de empregos de 10% em Itabirito, 7% em Ouro Preto e 26% em Santa Bárbara.

As tabelas a seguir apresentam a dinâmica dos mercados de trabalho dos municípios da AER, segundo a participação dos setores econômicos na geração de empregos.



Tabela 33.Evolução do mercado de trabalho de Itabirito – 2018/19.

ATIVIDADE ECONÔMICA	2018	2019	VR. ABS.	VR. (%)
Agropecuária	162	145	-17	-10,49
Indústria	4.107	4.470	363	8,84
Construção Civil	999	1.590	591	59,16
Comércio	2.627	2.885	258	9,82
Serviços	6.580	6.713	133	2,02
<b>Total</b>	<b>14.475</b>	<b>15.803</b>	<b>1.328</b>	<b>9,17</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Ministério da Economia, (2022).

Tabela 34.Evolução do mercado de trabalho de Ouro Preto – 2018/19.

ATIVIDADE ECONÔMICA	2018	2019	VR. ABS.	VR. (%)
Agropecuária	176	163	-13	-7,39
Indústria	4.147	4.554	407	9,81
Construção Civil	813	868	55	6,77
Comércio	2.725	2.679	-46	-1,69
Serviços	9.399	9.434	35	0,37
<b>Total</b>	<b>17.260</b>	<b>17.698</b>	<b>438</b>	<b>2,54</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Ministério da Economia, (2022).

Tabela 35.Evolução do mercado de trabalho de Santa Bárbara – 2018/19.

ATIVIDADE ECONÔMICA	2018	2019	VR. ABS.	VR. (%)
Agropecuária	348	257	-91	-26,15
Indústria	1.529	1.760	231	15,11
Construção Civil	55	33	-22	-40,00
Comércio	1.234	1.305	71	5,75
Serviços	2.290	2.356	66	2,88
<b>Total</b>	<b>5.456</b>	<b>5.711</b>	<b>255</b>	<b>4,67</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Ministério da Economia, (2022).

No que concerne à participação dos setores da economia no mercado de trabalho dos municípios avaliados, observa-se que a Indústria mantém a sua importância verificada na participação no PIB. Em 2019, de cada quatro trabalhadores da Área de Estudo Regional, pelo menos um estava no setor industrial (Figura 31). A participação do setor na geração de postos de trabalho foi de 25% em Ouro Preto, 28% em Itabirito e 31% em Santa Bárbara.

Ainda assim, o setor de Serviços (que inclui Administração Pública) foi o principal responsável pelos estoques de empregos dos municípios em estudo. Em Itabirito foi responsável por 42% dos empregos, em Ouro Preto, cidade com forte potencial turístico, a participação foi de 53% e em Santa Bárbara 41%.

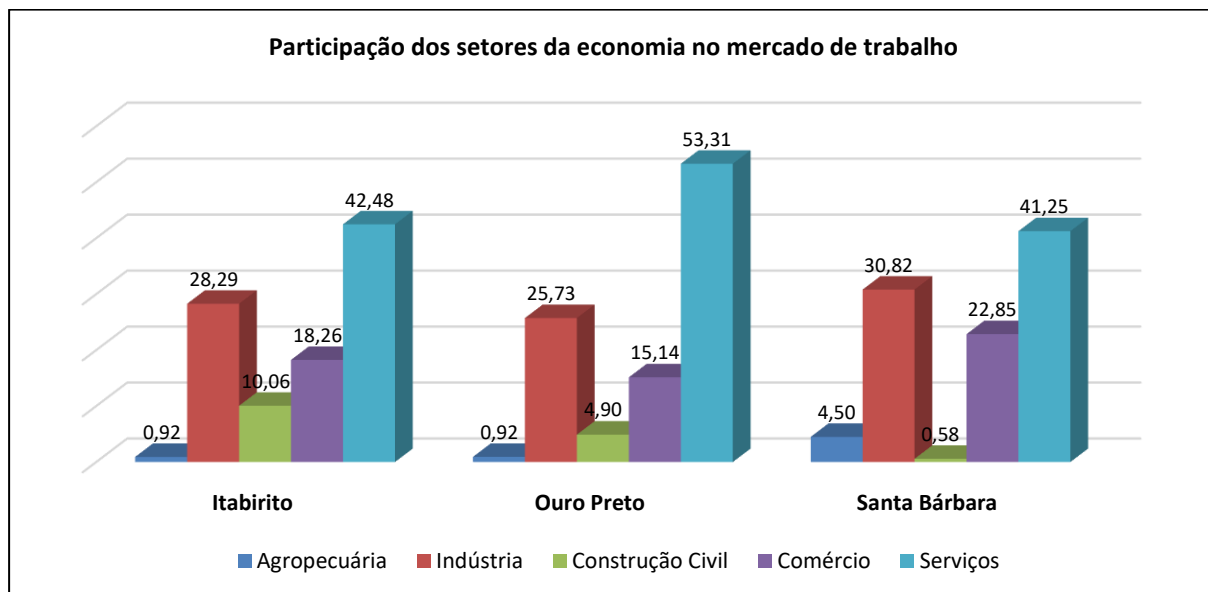


Figura 31. Participação dos setores da economia no mercado de trabalho em 2019, dos municípios da AER.

### 6.3.1.2. Finanças Públicas

Os municípios da Área de Estudo Regional possuíam forte dependência das transferências, principalmente, das que decorrem da exploração dos recursos minerais. A atividade mineradora gera uma taxa, que tem como princípio a reparação à sociedade do recurso extraído, denominada taxa de Compensação Financeira pela Extração Mineral (CFEM). Ela é calculada sobre o valor do faturamento líquido, obtido por ocasião da venda do produto mineral. O percentual incidente sobre o minério de ferro, por exemplo, é fixado em 3,5%, e os recursos obtidos são distribuídos da seguinte forma: 12,0% para a União, 23,0% para o Estado no qual se localiza a jazida e 65,0% para o município produtor. Para esse último, conforme a Agência Nacional de Mineração (ANM), o recurso arrecadado deve ser investido em qualidade ambiental, saúde e educação, com o objetivo propiciar maior desenvolvimento humano para a população afeta aos empreendimentos.

Em 2021, nos municípios da Área de Estudo Regional, a arrecadação de CFEM atingiu R\$ 522 milhões em Itabirito, R\$ 68 milhões em Ouro Preto e R\$ 69 milhões em Santa Bárbara. Esse montante representou, naquele ano, quase 76% da Receita Corrente de Itabirito, 14,39% da de Ouro Preto e 40,91% da de Santa Bárbara. Considerando somente a Receita Tributária, que decorre exclusivamente a movimentação econômica municipal, as transferências da CFEM representaram mais de seis vezes a auferida pelo município de Itabirito, superou o dobro em Santa Bárbara e em Ouro Preto representou pouco mais do que a metade, 58% do total. Isso mostra a grande importância da atividade mineradora nos municípios em estudo (Tabela 36).

Tabela 36. Contribuição do CFEM para as Finanças Públicas em 2021, nos municípios da AER.

NATUREZA DA RECEITA/MUNICÍPIO	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Receita Corrente (R\$)	688.078.702	474.283.443	170.163.309
Receita Tributária (R\$)	81.664.613	117.941.135	26.896.617
Transferências Correntes (R\$)	589.399.576	349.756.476	137.893.057
CFEM (R\$)	522.713.821	68.287.329	69.623.887
Participação do CFEM na Receita Corrente (%)	75,96	14,39	40,91



Fonte: Prefeituras de Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara e Agência Nacional de Mineração, (2021).

### 6.3.2.SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o levantamento da Fundação João Pinheiro para avaliar a qualidade do serviço de segurança pública dos municípios mineiros, expresso por meio do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – Dimensão Segurança Pública, o município de Itabirito apresentou números piores com relação à Segurança Pública, no ano de 2020. O município possuía maior taxa de crimes violentos (por 100 mil hab.) 137,28, contra 131,44 de Ouro Preto e 91,76 de Santa Bárbara. Ele também liderou a taxa de crimes violentos contra a pessoa, com quase o dobro da taxa de Ouro Preto e Santa Bárbara. E foi o município com a maior taxa de crimes de menor potencial ofensivo, com a média de 1.506,31 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes. Em Ouro Preto, a taxa foi de 1.189,68 e em Santa Bárbara, 1.173,90.

O município de Ouro Preto teve a maior taxa de crimes contra o patrimônio, 92,55 para cada grupo de 100 mil habitantes, seguido por Santa Bárbara com 56,95 e Itabirito, com 55,29. Ressalta-se que Ouro Preto é uma cidade com grande fluxo de turistas, o que, infere-se, aumenta a potencialidade de furtos contra o patrimônio.

A taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes foi bastante elevada nos municípios de Itabirito e de Santa Bárbara, onde ocorrem, respectivamente, 22,88 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes e 18,98. No município de Ouro Preto a taxa foi bem menor, 5,36. Cabe ressaltar que a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é considerada aceitável pelos padrões da OMS, quando se encontra abaixo de 10 por 100 mil. Acima desse patamar, a instituição considera que a violência se tornou endêmica, ou seja, de difícil controle. Portanto, de acordo com os padrões internacionais, somente Ouro Preto, encontrava-se em uma situação de “normalidade” no que concerne à taxa de homicídios dolosos.

No que concerne a capacidade de repressão ao crime, Ouro Preto possuía maior número de policiais militares, 178; seguido por Itabirito, com efetivo de 73 policiais e de Santa Bárbara, com 41. Com relação ao número de policiais civis, a hierarquia se mantém. Ouro Preto liderou com 37 policiais, seguido por Itabirito com 15 e Santa Bárbara com cinco. A relação de habitantes por policial militar e/ou civil, se mostrou mais adequada em Ouro Preto, onde, em 2020, havia 346,78 habitantes para cada policial. Em Itabirito, a proporção foi de 595,98 e em Santa Bárbara, 687,04. Quanto menor a relação de habitantes por policial, maior a capacidade de aplicação da lei por parte dos agentes públicos de segurança, uma vez que, cada policial precisa de “proteger” uma quantidade menor de habitantes.

A Tabela 37, a seguir, apresenta os indicadores de segurança pública dos municípios da Área de Estudo Regional em 2020.

Tabela 37. Indicadores de Segurança Pública - 2020

INDICADOR/ANO	ITABIRITO	OURO PRETO	SANTA BÁRBARA
Taxa de crimes violentos (por cem mil hab.)	137,28	131,44	91,76
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (por cem mil hab.)	55,29	92,55	56,95
Taxa de crimes violentos contra a pessoa (por cem mil hab.)	55,29	26,82	28,48
Taxa de homicídios dolosos (por cem mil hab.)	22,88	5,36	18,98
Taxa de crimes de menor potencial ofensivo (por cem mil hab.)	1.506,31	1.189,68	1.173,90
Número de policiais militares	73	178	41
Número de policiais civis	15	37	5
Habitantes por policial civil ou militar (habitantes)	595,98	346,78	687,04

Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS. Fundação João Pinheiro, (2020).

### 6.3.3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

No presente capítulo é apresentada uma análise sobre as principais formas de uso e ocupação da área rural, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017 e na Pesquisa Agropecuária Municipal 2020. Desta forma, foram levantados dados referentes ao uso do solo, bem como à produção que vem sendo gerado pela área rural do município.

#### 6.3.3.1. Utilização das terras nos municípios da Área de Estudo Regional, segundo o número de estabelecimentos agropecuários.

A principal forma de utilização e ocupação das terras agrícolas nos municípios da Área de Estudo Regional era, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, a pecuária, principalmente, bovina, que se destacou tanto no total de estabelecimentos em que era desenvolvida, como na área ocupada.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a pecuária era a principal atividade de 66% dos estabelecimentos agrícolas de Itabirito, 58% dos de Santa Bárbara e 51% dos de Ouro Preto.

Em segundo lugar surgiram as lavouras temporárias que eram desenvolvidas em 21% dos estabelecimentos agropecuários de Ouro Preto, 19% dos de Santa Bárbara e 17% dos de Itabirito.

A Horticultura e Fruticultura se mostrou importante para o setor agrícola de Ouro Preto, onde foi desenvolvida em quase 16% dos estabelecimentos agrícolas. Em Santa Bárbara também merece destaque a produção de florestas plantadas que foi desenvolvida em 12%.

A Tabela 38, a seguir, apresenta o total de estabelecimentos agropecuários nos municípios da Área de Estudo Regional, bem como as atividades econômicas que eram desenvolvidas neles em 2017.

Tabela 38.Utilização das terras por classes de atividades nos municípios da Área de Estudo Regional, segundo total de estabelecimentos agropecuários.

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	ITABIRITO		OURO PRETO		SANTA BÁRBARA	
	ESTAB.	%	ESTAB.	%	ESTAB.	%
Lavoura temporária	42	17,36	154	21,15	57	19,19
Horticultura e fruticultura	17	7,02	115	15,80	19	6,40
Lavoura permanente	9	3,72	41	5,63	7	2,36
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-		-		1	0,34
Pecuária e criação de outros animais	161	66,53	374	51,37	174	58,59
Produção florestal – florestas plantadas	10	4,13	38	5,22	37	12,46
Produção florestal – florestas nativas		0,00	3	0,41	-	
Pesca	-		-		-	
Aquicultura	3	1,24	3	0,41	2	0,67
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>100,0</b>	<b>728</b>	<b>100,0</b>	<b>297</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário, ( 2017)

#### 6.3.3.1. Ocupação das terras nos municípios da Área de Estudo Regional, segundo a área e o modo de utilização.

A pecuária foi a principal forma de ocupação dos estabelecimentos agrícolas nos municípios de Itabirito e Ouro Preto, nos quais representou, respectivamente, 61% e 59% da ocupação. Em Santa Bárbara, a atividade ficou na segunda posição quanto à área ocupada dos estabelecimentos agrícolas, com representatividade de 24%. No município, foram as florestas plantadas que dominaram a maior parte da ocupação do solo agrícola, estando presente em 67% dele.

As lavouras temporárias foram a segunda forma de ocupação do solo predominante em Ouro Preto e Itabirito, tendo representatividade de, respectivamente, 14% e 19,5%.

A Horticultura destacou-se em Ouro Preto, com ocupação de 10% da área dos estabelecimentos rurais e as lavouras permanentes ocuparam 9%. Em Itabirito, a terceira posição ficou com as florestas plantadas que ocuparam 12% do território agrícola.

A Tabela 39, a seguir, apresenta as principais formas de ocupação das áreas agrícolas dos municípios da Área de Estudo Regional.

Tabela 39.Utilização das terras por classes de atividades nos municípios da Área de Estudo Regional, segundo total de estabelecimentos agropecuários.

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	ITABIRITO		OURO PRETO		SANTA BARBARA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
Lavoura temporária	1.744	19,4	2.489	14,5	1.544	6,9
Horticultura e fruticultura	160	1,8	1.712	10,0	170	0,8
Lavoura permanente	273	3,0	1.598	9,3	168	0,7
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-		-		X	
Pecuária e criação de outros animais	5.498	61,3	10.131	59,2	5.404	24,1
Produção florestal – florestas plantadas	1.095	12,2	1.179	6,9	15.169	67,6
Produção florestal – florestas nativas	-		X		-	
Pesca	-		-		-	
Aquicultura	202	2,3	X		X	
<b>Total</b>	<b>8.972,0</b>	<b>100,0</b>	<b>17.109,0</b>	<b>100,0</b>	<b>22.455,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário, ( 2017)

#### 6.3.3.1. Estrutura fundiária dos municípios da Área de Estudo Regional

A estrutura fundiária refere-se ao modo como as propriedades agrárias de uma região estão organizadas em termos numéricos, de tamanho e de distribuição social.

A análise empreendida nesta seção tomará por base os dados do Censo Agropecuário do IBGE 2017, relativos ao número e ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários existentes nos municípios da Área de Estudo Regional.

Nos municípios avaliados predominavam os estabelecimentos agropecuários que possuíam área de até 50 hectares. Eles representavam 67% do total de estabelecimentos de Itabirito, 88% dos de Ouro Preto e 76% dos de Santa Bárbara.

O município de Santa Bárbara foi o que teve maior participação relativa dos estabelecimentos com áreas superiores a 500 hectares, que tiveram representatividade de 1,68%.

A Tabela 40, a seguir apresenta o número de estabelecimentos agrícolas dos municípios da Área de Estudo Regional, segundo os grupos de área total.



Tabela 40. Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área total, nos municípios da Área de Estudo Regional.

ESPAÇOS DE INTERESSE	ITABIRITO		OURO PRETO		SANTA BÁRBARA	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Menos de 10 ha	85	30,14	369	50,69	126	42,42
De 10 a menos de 20 ha	53	18,79	126	17,31	35	11,78
De 20 a menos de 50 ha	51	18,09	152	20,88	67	22,56
50 a menos de 100 ha	31	10,99	48	6,59	31	10,44
De 100 a menos de 200	16	5,67	18	2,47	15	5,05
De 200 a menos de 500	6	2,13	12	1,65	5	1,68
De 500 a menos de 1.000 ha			1	0,14	3	1,01
Mais de 1.000ha					2	0,67
Produtor sem área						
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>100,0</b>	<b>355</b>	<b>100,0</b>	<b>471</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário, (2017).

### 6.3.3.1. Principais Cultivos Agrícolas nos Municípios da Área de Estudo Regional.

Conforme já apontado, o setor primário dos municípios da Área de Estudo Regional tem pouca significância nas economias municipais, quando comparado com outros setores de suas economias. Os dados apresentados Tabela 41 e a

mostram a predominância de cultivos de temporários, que ocuparam, em 2020, 776 ha e as lavouras permanentes somente 75 ha. O valor da produção das lavouras temporárias foi de R\$ 4 milhões e das permanentes R\$ 1,5 milhão.

De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal – 2020, os principais cultivos permanentes dos municípios da Área de Estudo Regional, no que concerne ao valor da produção e a área plantada foram o palmito, em Itabirito, que foi a cultura que gerou o maior valor econômico, R\$ 672 mil; a laranja em Ouro Preto e o café em Santa Bárbara. O cultivo de banana foi relevante nos três municípios, ocupando a segunda posição, no que concerne ao valor da produção, nos três municípios.

Com relação aos cultivos temporários, a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM – 2020, os principais cultivos foram o de batata inglesa, em Ouro Preto, cujo o valor da produção alcançou R\$ 900 mil, o milho, em Itabirito, que gerou R\$ 731 mil, e a cana-de-açúcar, em Santa Bárbara, com produção avaliada em R\$ 412 mil. Também merece destaque o cultivo de milho em Ouro Preto que ocupou 150 hectares e gerou produção avaliada em R\$ 470 mil.

A Tabela 41 e a Tabela 42, a seguir, apresentam os dados das lavouras permanentes e temporárias dos municípios da Área de Estudo Regional.

Tabela 41. Dados de lavouras permanentes, em 2020, nos municípios da Área de Estudo Regional.

MUNICÍPIOS	TIPO DE CULTIVO	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)	VALOR DA PRODUÇÃO (X 1000 REAIS)	ÁREA PLANTADA (HA)	RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA)
Itabirito	Banana	40	60,0	7	5.714
	Uva	4	16,0	1	4.000,0
	Palmito	96	672,0	12	8.000,0
Ouro Preto	Banana	126	189,0	14	9.000,0
	Café	14	111,0	7	2.000,0
	Laranja	280	293,0	8	35.000,0
Santa Bárbara	Banana	75	113,0	9	8.333,0
	Café	16	117,0	14	1.143,0
	Tangerina	15	15,0	3	5.000,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, ( 2020).

Tabela 42.Dados das lavouras Temporárias, em 2020, nos municípios da Área de Estudo Regional.

MUNICÍPIOS	TIPO DE CULTIVO	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)	VALOR DA PRODUÇÃO (X 1000 REAIS)	ÁREA PLANTADA (HA)	RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA)
Itabirito	Cana-de-açúcar	1.654	215,0	47,0	35.191,0
	Milho	840	731,0	200,0	4.200,0
	Feijão	20	84,0	33	606,0
Ouro Preto	Batata inglesa	750	900,0	25,0	30.000,0
	Cana-de-açúcar	2.580	323,0	43,0	60.000,0
	Feijão	90	379,0	110	818,0
	Milho	495	470,0	150,0	3.300,0
	Mandioca	360	252,0	36,0	10.000,0
Santa Bárbara	Milho	168	151,0	40,0	4.200,0
	Cana-de-açúcar	2.880	412,0	72,0	40.000,0
	Feijão	18	84,0	20,0	900,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, (2020).

### 6.3.3.2. Pecuária

A pecuária, de acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal, realizada pelo IBGE em 2020, foi a principal atividade econômica do meio rural dos municípios da Área de Estudo Regional, tendo liderado a ocupação das terras e também gerado mais riqueza. A produção leiteira do rebanho bovino dos municípios alcançou 7,9 milhões de litros em 2020, e gerou R\$ 13 milhões. A título de comparação a soma de todos os produtos das lavouras temporárias e permanentes dos municípios da Área de Estudo Regional alcançou somente R\$ 5,5 milhões em 2020.

Os rebanhos bovinos são os maiores. Em Ouro Preto foram contadas quase 9.000 cabeças, em Itabirito e Santa Bárbara em torno de 5.000 cada. Também merece destaque o rebanho equino que alcançou 1.173 cabeças em Itabirito e 1.124 em Ouro Preto (Tabela 43).

Tabela 43.Pecuária nos municípios da Área de Estudo Regional, em 2020.

MUNICÍPIOS	BOVINO	SUÍNO	CAPRINO	EQUINO	OVINO	GALINÁCEOS	AQUICULTURA (KG)
Itabirito	5.009	800	176	1.173	245	9.000	2.445,0
Ouro Preto	8.941	868	60	1.124	340	16.300	10.030,0
Santa Bárbara	4.546	350	16	326	12	6.500	13.200,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, (2020)

A Tabela 44, a seguir, apresenta a quantidade produzida e o valor da produção de leite e de mel de abelha de cada município avaliado. Destaca-se no cenário o valor da produção leiteira de Itabirito, que supera R\$ 5 milhões e a produção de mel em Santa Bárbara, que alcançou 52 toneladas em 2020 e gerou valor de R\$ 604 mil.

Tabela 44.Quantidade produzida e valor da produção de leite da Área de Estudo Regional, em 2020

MUNICÍPIOS	LEITE DE VACA		MEL DE ABELHA	
	QUANTIDADE (KG)	VALOR (X 1.000 R\$)	QUANTIDADE (KG)	VALOR (X 1.000 R\$)
Itabirito	2.725,0	5.395,0	3.100,0	50,0
Ouro Preto	3.113,0	4.982,0	11.500	213,0
Santa Bárbara	2.124	3.016,0	52.500,0	604,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, (2020).

#### 6.3.4. POVOS E COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS

O estudo em tela levantou informações visando identificar as comunidades tradicionais quilombolas e/ou indígenas, que estejam presentes nos municípios da Área de Estudo Regional.

De acordo com a consulta realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, ao sítio da Fundação Cultural Palmares, não existem comunidades Quilombolas certificadas em nenhum município da Área de Estudo Regional. A última lista das comunidades certificadas no Estado refere-se ao ano de 2021 e nela não há menção à alguma comunidade Quilombola inscrita na AER.

Com relação às Terras Indígenas, a pesquisa realizada, na mesma data da consulta anterior, ao Sistema Indigenista de Informações, sítio sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e da FUNAI, apontou que existem 12 Terras Indígenas demarcadas no estado de Minas Gerais. Nenhuma inscrita em algum município da Área de Estudo Regional.

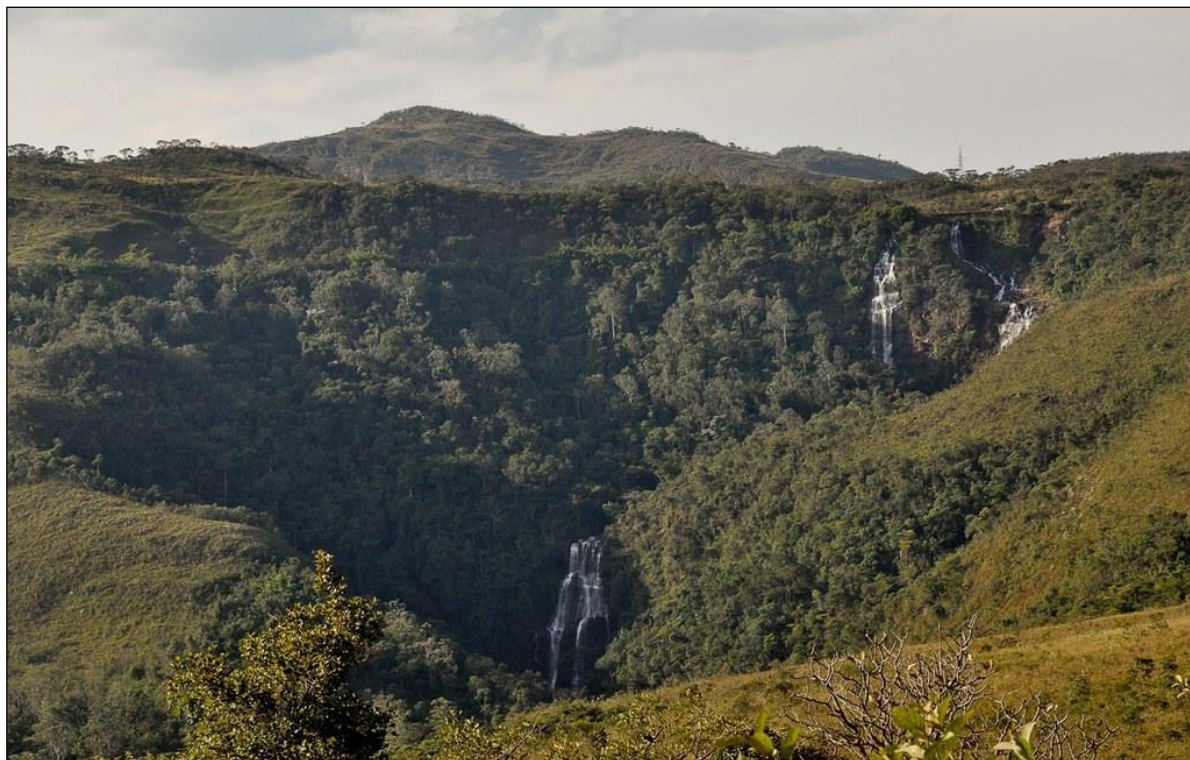
#### 6.3.5. PATRIMÔNIO NATURAL DA ÁREA DE ESTUDO REGIONAL

Na Área de Estudo Regional estão inscritas importantes Unidades de Conservação, algumas com maior possibilidade de interface com o Projeto, em virtude de terem parte dos seus territórios inscritos próximos à elas. Destacam-se o Parque Nacional da Serra do Gandarela, a Floresta Estadual do Uaimií, o Parque Estadual Cachoeira das Andorinhas e a APA Sul da RMBH.

##### 6.3.5.1. Parque Nacional Serra do Gandarela

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Parque Nacional da Gandarela foi criado em 13 de outubro de 2014 e possui 31.270,83 hectares, estando inscrito no território de oito municípios: Caeté, Itabirito, Mariana, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara. O bioma Mata Atlântica é predominante em seu território. Segundo o sítio “Turismo em Minas”, a vegetação do Gandarela é composta por um dos mais contínuos fragmentos de Mata Atlântica de Minas Gerais em transição com formações de cerrado.

O Parque se destaca também por representar significativas áreas de recarga de aquíferos, com grande ocorrência de córregos e rios que drenam para as bacias dos rios Doce e das Velhas, tomando-se estratégico para o abastecimento presente e futuro da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse fator também contribui para a ocorrência de dezenas de cachoeiras, que compõem uma esplêndida beleza cênica e oferecem opções de turismo e lazer gratuitos para a população local e da Região Metropolitana (Figura 32).



Fonte: ICMBio, (2022).

Figura 32. Vista Geral do Parque Nacional Serra do Gandarela.

A questão da segurança hídrica para a RMBH está na origem da criação do PARNA Gandarela. Foi por meio do pedido de várias organizações civis, que temiam que a expansão da mineração causasse impactos sobre os mananciais da região, que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) preparou a proposta de criação do parque. A proposta original de 2010 previa uma área de 38.220 hectares, que foi reduzida para os atuais pouco mais de 31 mil hectares.

De acordo com o decreto de sua criação, o parque foi criado com o objetivo de garantir a preservação de amostras do patrimônio biológico, geológico, espeleológico e hidrológico associado às formações de canga do Quadrilátero Ferrífero, incluindo os campos rupestres e os remanescentes de floresta semi-decidual, as áreas de recarga de aquíferos e o conjunto cênico constituído por serras, platôs, vegetação natural, rios e cachoeiras.

No Parque existem importantes atrativos naturais, como as cachoeiras da Chica Dona, do Viana e 27 voltas, os contrafortes do Espinhaço (Figura 33), muros de pedra utilizados na guerra dos Emboabas, segundo relatos locais, e ainda preservados.



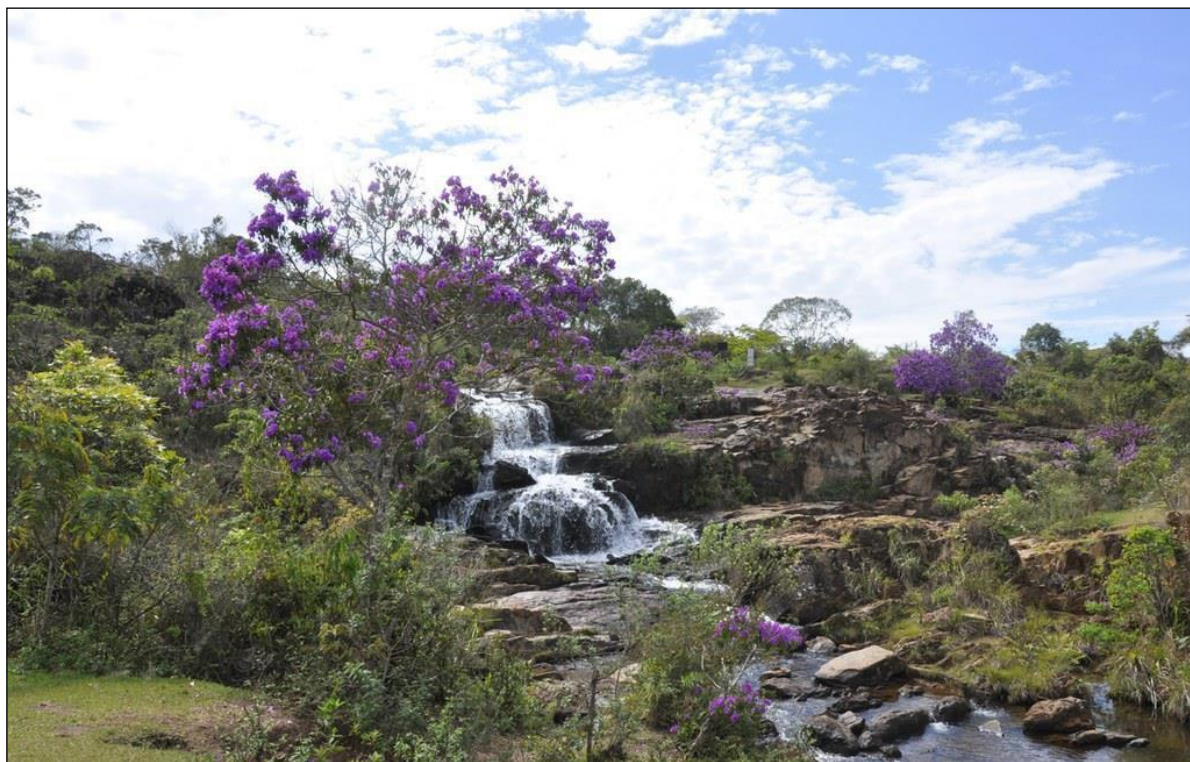


Cachoeira Chica Dona (ponto 24).

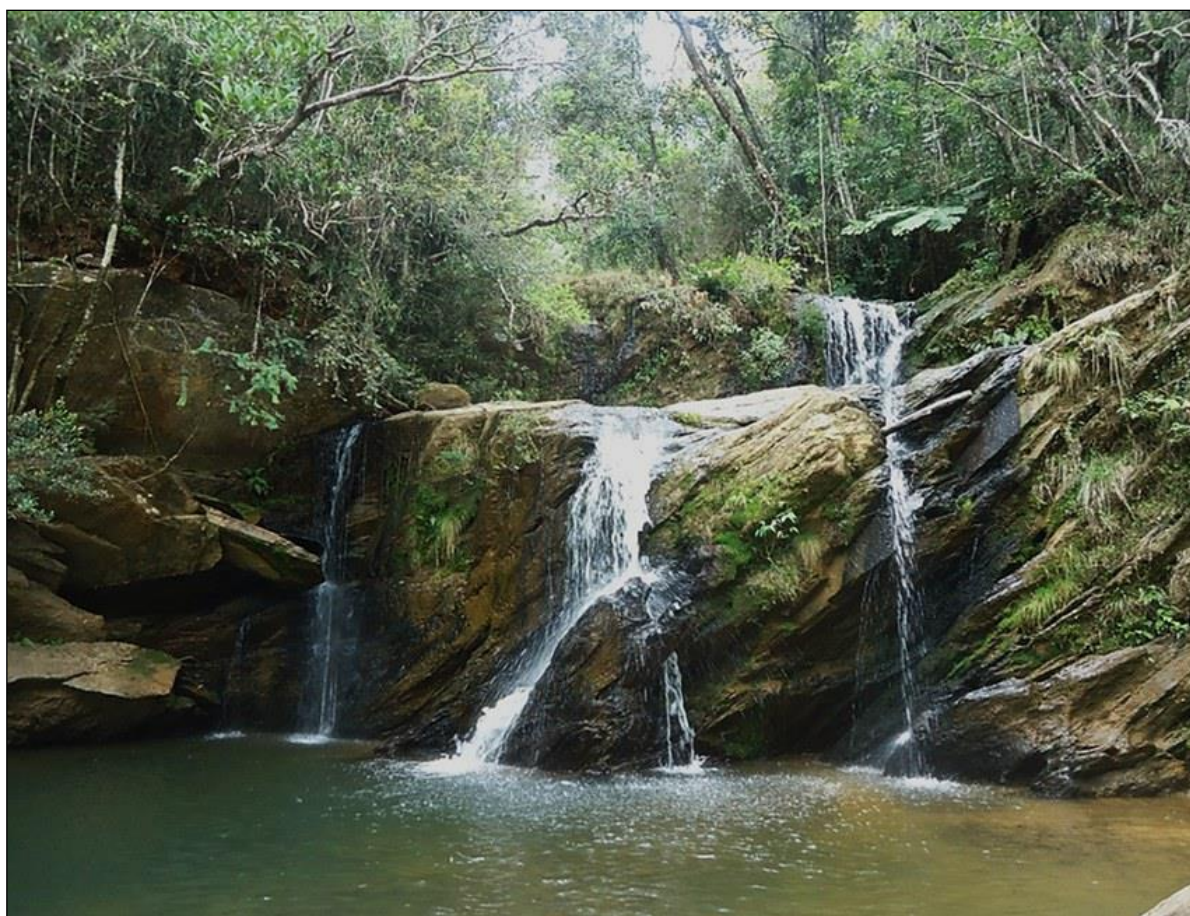


Contrafortes do Espinhaço.





Cachoeira do Viana.



Cachoeira das 27 voltas.

Fonte: ICMBio, (2022).

Figura 33. Cachoeiras localizadas no Parque do Gandarela.



“O Parque inclui paisagens inusitadas, como várias lagoas em áreas de altitude, configuração peculiar e rara, grandes mirantes de belíssimas paisagens (Figura 34), com estradas de acesso já existentes e inúmeras trilhas, incluindo a travessia histórica de Capanema ao Caraça, com cerca de 300 anos de existência. Esta diversidade possibilita um rico trabalho de interpretação ambiental que abre os horizontes, principalmente para a população dos municípios envolvidos e vizinhos, para trabalhos de educação ambiental e patrimonial.



Fonte: ICMBio, ( 2022).

Figura 34. Mirante da Serra do Gandarela.

Além dos atrativos ligados à natureza, o Parque Nacional da Serra do Gandarela inclui alguns sítios históricos que, além de demandarem cuidados para sua preservação, aumentam ainda mais o potencial turístico da unidade de conservação. Na porção sul, na região da serra de Capanema e Batatal, há importante acervo histórico (ruínas) dos séculos XVIII e XIX, citadas em importantes trabalhos de naturalistas do século XIX que por ali passaram, dentre eles: Spix e Martius, Richard Burton, Barão de Escheweg e Saint-Hilaire”.

#### 6.3.5.2.Floresta Estadual Uaimií

De acordo com o sítio “Turismo em Minas”, Uaimií era a denominação indígena para o rio das Velhas, que depois foi alterada para Guaicuí, que quer dizer "rio das velhas tribos descendentes". O rio possui grande relevância ambiental e econômica na formação do estado de Minas Gerais.

O principal destaque da FLOE Uaimií, em relação às demais UCs de Minas Gerais, é o fato de admitir a utilização dos recursos naturais de forma sustentável. A escolha desta categoria de manejo foi indicada em estudos anteriores, visando contribuir para o aproveitamento dos recursos naturais da área dentro da perspectiva do uso múltiplo sustentável da floresta.

Trata-se da segunda Floresta Estadual de Minas, que abriga um importante remanescente de mata atlântica e espécies endêmicas de flora e fauna. Foram registradas 36 espécies de mamíferos na região, das quais oito estão ameaçadas de extinção.

As quedas d'água e pequenas cachoeiras estão presentes em abundância. A FLOE Uaimií, em conjunto com os Parques Estaduais do Itacolomi e Rola Moça, o Parque Natural do Caraça, a Estação Ecológica do Tripuí, a Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas e o Parque Natural Municipal das Andorinhas, formam um mosaico de unidades de conservação que, somadas, possuem uma área de cerca de 25 mil hectares de áreas protegidas na região do Quadrilátero Ferrífero.

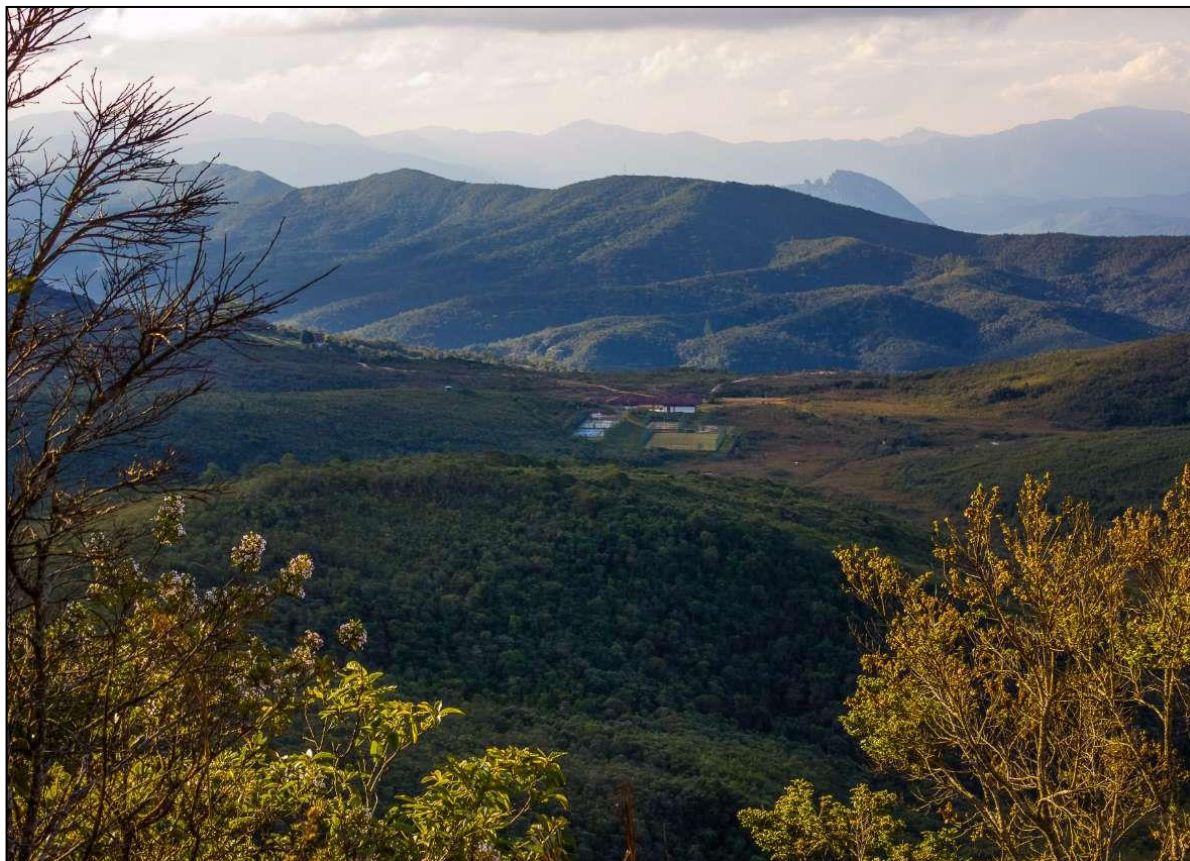
Grande parte da FLOE está inserida na APA Estadual Cachoeira das Andorinhas e representa um dos mais destacados conjuntos de ecossistemas altimontanos em Minas Gerais. A região da Floresta Estadual do Uaimií possui um relevo de colinas e cristas com vales encaixados. Possui também uma grande quantidade de rochas, que com os períodos climáticos mais secos acabaram se desgastando com o passar do tempo. A característica física que se destaca em Uaimií é a variação altimétrica. São aproximadamente 900 m de desnível entre o ponto mais alto - 1.854 m, na serra do Batatal, e o mais baixo - 950 m no córrego d'Ajuda.

Na FLOE Uaimi e entorno, as águas, a diversidade de paisagens, a biodiversidade, a floresta e a montanha são os elementos que mais chamam a atenção quando se pensa em uso público para lazer, recreação, aventura, ecoturismo e atividades pedagógicas. Geograficamente, está inserido no complexo da serra do Espinhaço, que é uma Reserva da Biosfera, e integra a travessia de longa distância Transespinhaço. A UC integra a área de abrangência da Estrada Real, o circuito das cidades históricas mineiras e o Circuito Turístico do Ouro.

A entrada principal da FLOE Uaimií está situada no distrito de São Bartolomeu, em Ouro Preto.

#### 6.3.5.3. APA Estadual Cachoeira das Andorinhas

De acordo com o site Wikiparques, a Área de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas foi criada em 1989 e possui uma área de 18,7 mil hectares. A unidade de conservação abriga a nascente do rio das Velhas, a Floresta Estadual do Uaimií e o Parque Natural Municipal das Andorinhas. A reserva ambiental inicia-se na divisa de Ouro Preto com o distrito de São Bartolomeu e vai no sentido Norte até a divisa com os municípios de Itabirito e Santa Bárbara (Figura 35).

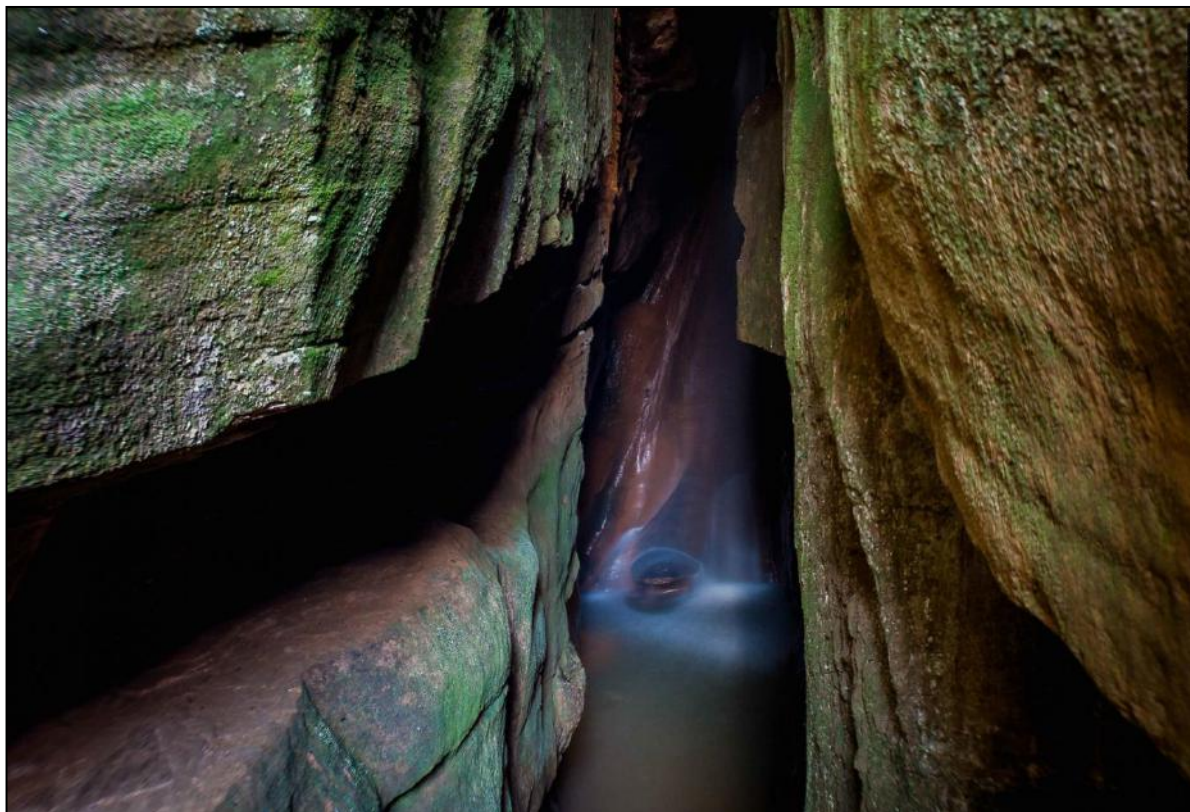


Fonte: Parque Natural Municipal das Andorinhas, ( 2022).

Figura 35. Vista Geral da APA Estadual Cachoeira das Andorinhas.

A Cachoeira das Andorinhas (Figura 36) é famosa por sua beleza natural singular. A sua queda-d'água, com aproximadamente 10 metros de altura, está situada no interior de uma formação rochosa que se assemelha a uma gruta. Seu nome deriva das andorinhas que frequentam a formação rochosa durante a primavera - verão.





Fonte: <https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/atrativo/1223>, (2022).

Figura 36. Cachoeira das Andorinhas.

#### 6.3.5.1. APA SUL RMBH

Segundo o sítio do Instituto Estadual de Florestas – IEF, a Região Metropolitana de Belo Horizonte é dotada de atributos bióticos, econômicos, culturais e estéticos significativos, destacando-se por sua vocação minerária, responsável pelo surgimento dos núcleos de população desde o Século 18.

A exploração econômica da mineração de ouro e, posteriormente substituída, em maior escala, pela mineração de ferro, é considerada como um dos vetores de expansão urbana, iniciada historicamente pelos municípios de Nova Lima e Brumadinho.

A demanda pela criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), na região sul de Belo Horizonte, partiu inicialmente de uma associação de proprietários de “residências de fins de semana” da localidade de São Sebastião das Águas Claras.

Os estudos técnicos para definição de limites apontaram a adequação de uma região mais abrangente que a demanda inicial, com aproximadamente 170 mil hectares. Quando esta proposição técnica foi levada para a avaliação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, por intermédio da então Câmara de Defesa de Ecossistemas, ampliou-se o debate em torno da viabilidade da unidade.

O estabelecimento da APA SUL RMBH, pelo Decreto Estadual nº 35.624, de 8 de junho de 1994, resultou da negociação entre os vários setores atuantes na região, por meio de debates e seminários, sempre realizados com o aval do COPAM. Tanto que a participação da sociedade civil na gestão da unidade sempre foi assegurada por intermédio da sua representação no Conselho Consultivo da APA SUL RMBH.



O Decreto contemplou, em parte ou na totalidade do território, os municípios de Belo Horizonte, Ibirité, Brumadinho, Nova Lima, Caeté, Itabirito, Raposos, Rio Acima e Santa Barbara. Posteriormente, com a Lei Estadual n.º 13.960, de 26 de julho de 2001, declara como área de proteção ambiental, além dos municípios citados no Decreto Estadual 35.624/1994, as regiões situadas nos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas, Mário Campos e Sarzedo.

Na APA SUL RMBH estão presentes duas grandes bacias hidrográficas, a do rio São Francisco e a do rio Doce, que respondem pelo abastecimento de aproximadamente 70% da população de Belo Horizonte e 50% da população de sua região metropolitana.

A área possui uma das maiores extensões de cobertura vegetal nativa contínua do Estado, abrangendo regiões conhecidas como Caraça e Gandarela. Ocorrem aí as matas úmidas de fundos de vales e as matas de altitude e grandes formações rochosas. Estas características determinam inestimável valor em termos de biodiversidade.

O processo integrado de gestão de APAs, com a participação efetiva do poder público estadual e dos Municípios componentes da área, e a sociedade civil (setor produtivo e massassociações civis), mediante Conselhos Consultivos, caracteriza a implantação dessa modalidade de Unidade de Conservação.

Na Figura 37, a seguir, mostra a localização da AOP em relação ao Patrimônio Natural no entorno.

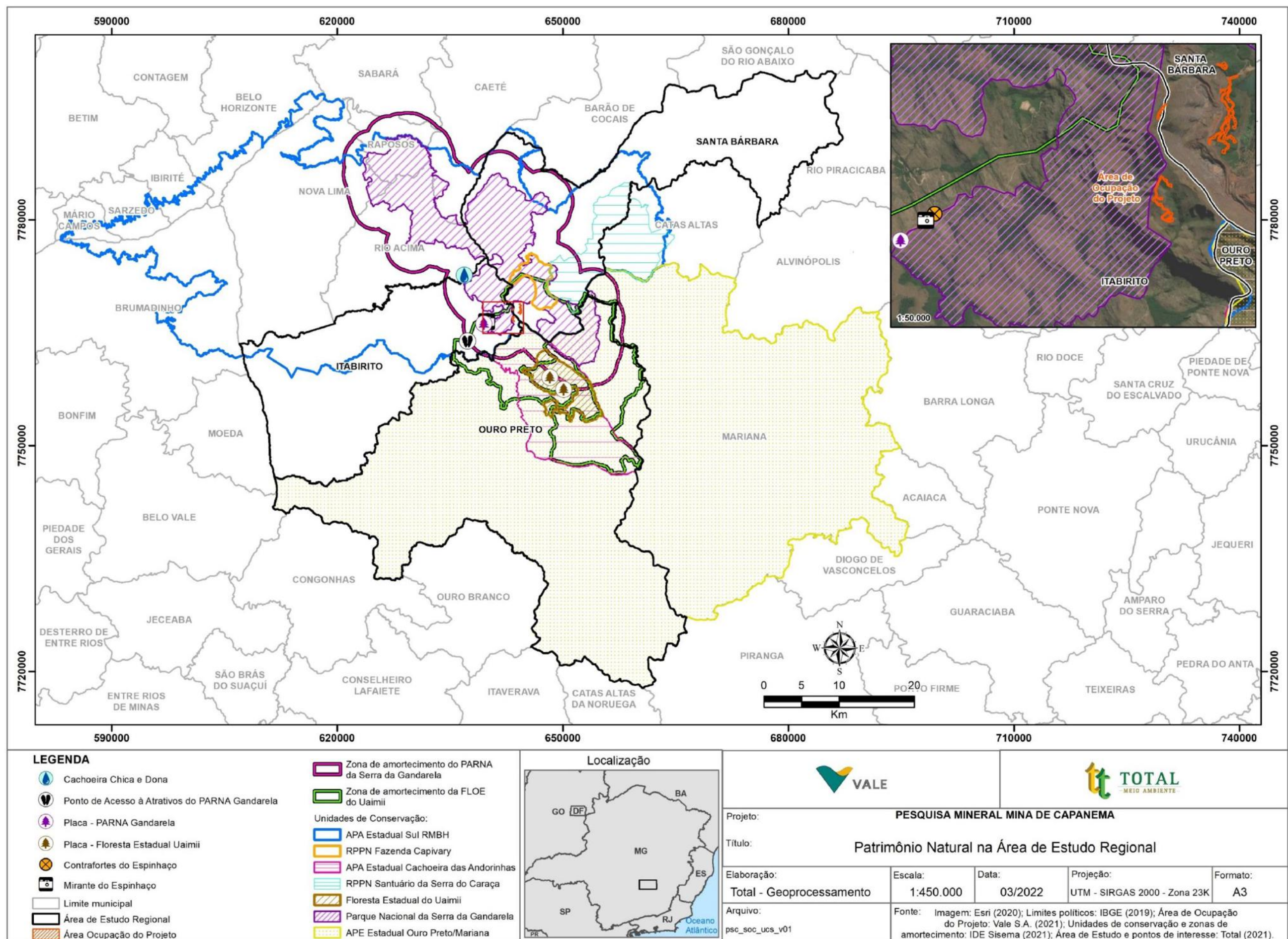


Figura 37. Patrimônio Natural no entorno a Área de Ocupação do Projeto.



### 6.3.6.ÁREA DE ESTUDO LOCAL - CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES E COMUNIDADES DO ENTORNO

A Área de Estudo Local abrange o território inscrito em um raio de 3 km, a partir da AOP, bem como as comunidades de Cristais e de Curral de Pedras, em função de algumas peculiaridades que envolvem a análise da dinâmica social e econômica das propriedades e comunidades suscetíveis aos impactos do Projeto.

A Pesquisa Mineral irá ocorrer em três áreas de processo de direito mineral da Vale S.A. e em uma de terceiro. Observa-se que os locais onde ela ocorrerá não possuem ocupação humana, sendo já destinados à atividade de exploração mineral desenvolvida na Mina de Capanema. A análise das imagens de satélite, bem como a pesquisa primária também apontaram que não há residência situada a menos de 1,5 km do local do Projeto. Ao mesmo tempo, constatou-se que as propriedades mais próximas estão inscritas a, aproximadamente, 3 km das áreas da Sondagem, o que justificou a inclusão delas no levantamento socioeconômico em tela.

Pode se afirmar que na Área de Estudo Local predominam as características rurais de ocupação do território, com relativo isolamento entre as propriedades e comunidades tão pequenas, que não dispõem de oferta de infraestrutura de saúde ou educação. Outro aspecto típico do meio rural são as relações de conhecimento entre os moradores da AEL.

Também ressalta-se a presença de áreas naturais dominando a ocupação do território da Área de Estudo Local. A maior parte delas goza de algum nível de proteção governamental, em função de sua relevância ambiental, biológica, paisagística e histórica. No entorno há a presença de importantes elementos do patrimônio natural como cachoeiras e mirantes.

Pode se inferir que a conjugação da atividade mineradora de grande porte, representada pela Mina de Capanema, com o relevo acidentado e a presença de grandes áreas naturais protegidas são fatores que explicam a baixa densidade demográfica da Área de Estudo Local.

#### 6.3.6.1.Propriedades da Área de Estudo Local

Foram realizadas entrevistas com oito moradores residentes do entorno do Projeto de Pesquisa, além da presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Cristais, Sra. Cristiane Jesus Dias.

##### 6.3.6.1.1. Fazenda Mãe Joana (Ponto 3) – Município de Itabirito.

Na propriedade Fazenda Mãe Joana são desenvolvidas distintas formas de uso e ocupação, como moradia, hospedagem, visitas turísticas, alimentação e carvoaria. Nela residem nove pessoas de forma fixa, sete são parentes, além do caseiro e a sua esposa.

Foram entrevistados os proprietários e moradores Sr. Pedro Paulo Ferreira Dias e sua irmã Sra. Mônica, que dá o nome à visita às cachoeiras, conhecidas na região como Cachoeiras da Mônica.

Além da moradia, a propriedade conta com o restaurante Catana da Serra, que é comandado pela Sra. Mônica, que também é a chefe de cozinha. Dela saem trilhas que dão acesso às cachoeiras denominadas Carrancas, Cascata / Pocinho, Cascalho e Cruzado / Abacaxi. Elas são conhecidas na Área de Estudo Local e foram citadas em outras entrevistas como importantes atrativos naturais da região. Próximo ao restaurante foram construídos chalés individuais para alugar.

A taxa para visitar as cachoeiras é de R\$ 20,0 por pessoa. A diária de hospedagem é de R\$ 300,0 por quarto. De acordo com a proprietária, aos finais de semana a propriedade recebe até 300 visitantes por dia.

Também próxima ao restaurante há uma residência de uma família de Belo Horizonte, composta, segundo a entrevistada, por um casal de idosos. Ocasionalmente, eles costumam frequentar a propriedade. Em algumas ocasiões, com os filhos, que são três, todos adultos.

O abastecimento de água da propriedade vem de nascentes localizadas na área da Mina de Capanema, assim como as cachoeiras, que tem suas nascentes na bacia do córrego da Serra, localizado na área de drenagem do Projeto. Trata-se de uma questão relevante já que os usos da água na propriedade são múltiplos, como o turístico / lazer, dessedentação animal, pois a propriedade conta com oito equinos (um cavalo, uma égua e 6 muares - burros e mulas), irrigação e uso doméstico.

A propriedade possui, aproximadamente, 400 hectares e tem grande relevância econômica para a Sra. Mônica e sua família. Mais de 70% da renda familiar decorre das atividades desenvolvidas na mesma.

Com relação à atividade mineradora, tanto a Sra. Mônica, como o Sr. Pedro Paulo, seu irmão, possuem uma visão crítica sobre a mesma. Apontaram alguns dos impactos tradicionais causados por ela como incremento do trânsito viário, impacto sobre nascentes e ruídos. Ainda assim, não deixam de reconhecer a importância da atividade no que concere à geração de empregos e renda.

Da Figura 38 a Figura 42, a seguir, ilustram a propriedade denominada Fazenda Mãe Joana, no município de Itabirito, MG.



Figura 38. Restaurante Catana da Serra, de propriedade da Sra. Mônica.



Figura 39. Chalé para alugar para famílias e/ou casais.





Figura 40. Placas indicativas dos atrativos naturais (cachoeiras) na propriedade Fazenda da Mãe Joana, conhecida localmente como cachoeiras da Mônica.

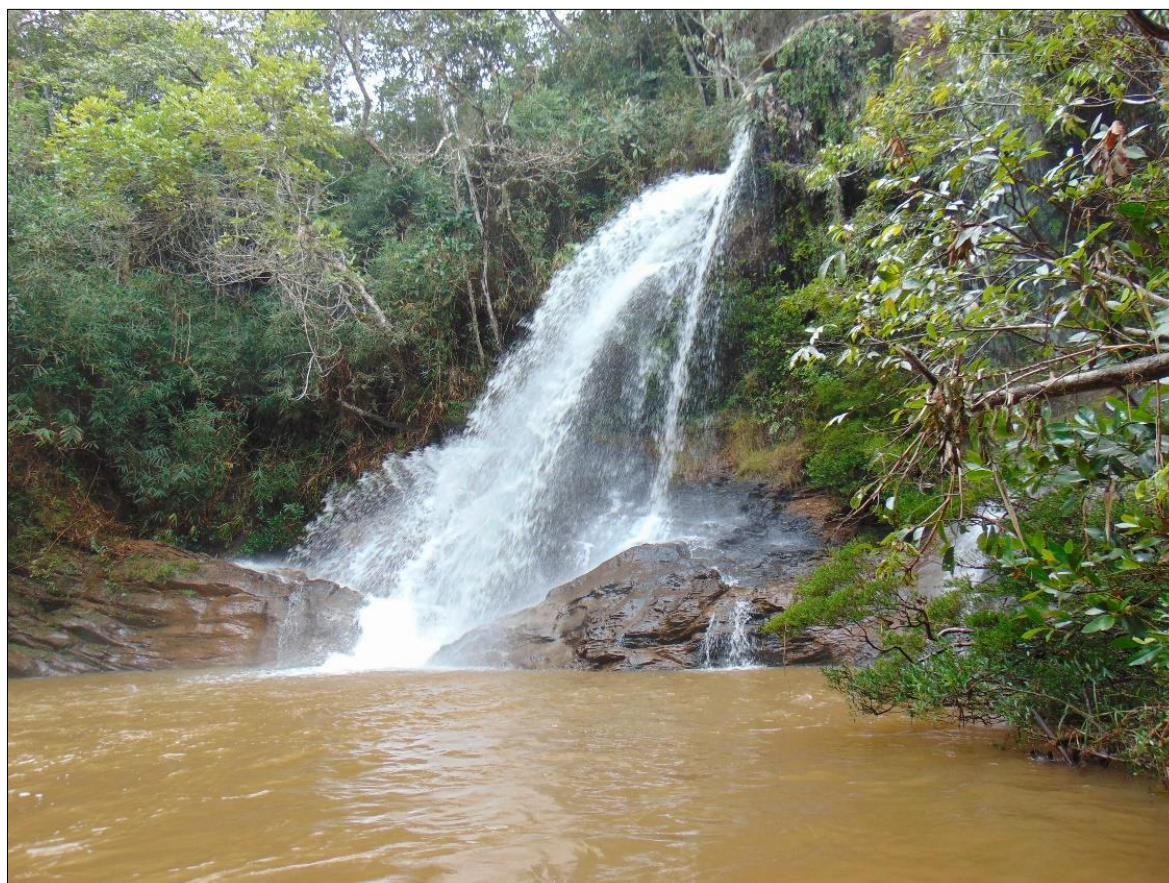




Figura 41. Cachoeira Cascalho, na propriedade da Fazenda Mãe Joana.



Figura 42. Cachoeira Cruzado / Abacaxi, na mesma propriedade.

#### 6.3.6.1.2. Antônio de Jesus Dias, morador (Ponto 1) – Município de Ouro Preto.

Na estrada de acesso à mina de Capanema, foi identificada a moradia do Sr. Antônio de Jesus Dias, onde, além dele, também residem a sua esposa e quatro filhos. O mais novo tem 16 anos (Figura 43).

A residência foi cedida ao senhor Antônio de Jesus pelos responsáveis pelo local de retiro da comunidade espírita (Ponto 4), situada na margem oposta da estrada (Figura 44). Em troca o Sr. Antônio toma conta da edificação.

A propriedade conta com 16,7 hectares e, além de moradia, tem parte do solo ocupado com horta para consumo próprio, onde são cultivados couve, cebolinha, alface e feijão.

A renda do entrevistado gira no entorno de 1 salário mínimo.

Questionado sobre a atividade de mineração desenvolvida na Mina de Capanema, ele afirmou que é totalmente positiva em função dos empregos. Quando questionado especificamente sobre o Projeto de Pesquisa, objeto do estudo em tela, ele afirmou ter receio que “possa sujar” algumas nascentes.





Figura 43. Sr. Antônio Dias durante a entrevista em sua propriedade.



Figura 44. Local para retiro espi ritual da comunidade A Casa Raiz do Bate Folha, de inclinação espírita, localizada na margem oposta da casa do Sr. Antônio Dias (Ponto 4).



#### 6.3.6.1.3. Fazenda Vargem da Catana (Ponto 7) – Município de Ouro Preto.

Na Fazenda Vargem da Catana foi entrevistado o Sr. Ronaldo Aparecido Pires, que lá trabalha, junto com mais três trabalhadores. A propriedade pertence ao Sr. Reinaldo Merillo. A principal forma de ocupação do solo se dá por meio da pecuária bovina, que conta com 27 cabeças, e da aquicultura. E também há carvoaria (Figura 45).

O proprietário da Fazenda possui um acordo com a Vale S.A, pelo qual recebe peixes retirados de áreas impactadas pelos acidentes de Mariana e Brumadinho e, em troca, recebe uma quantia financeira, segundo o entrevistado.

O entrevistado passa os dias de semana na propriedade e aos finais de semana vai para a sua residência, localizada na comunidade de Vigário da Vara, no município de Santa Bárbara.

Com relação a atividade mineradora, ele não sente a interferência da mesma em seu cotidiano e não vê problema em relação ao Projeto.



Figura 45. Entrada da propriedade Fazenda da Catana.

#### 6.3.6.1.4. Sítio Serra de Capanema (antiga Fazenda Curral de Pedras) (Ponto 8) – Município de Ouro Preto.

O Sítio Serra de Capanema é de propriedade do Sr. Ubaldo Vitor Silva Filho e de sua esposa Sra. Ivone dos Anjos Fonseca Silva, que foi entrevistada pela equipe responsável pelo estudo em tela.

A propriedade é usada pelo casal para fins de moradia ocasional, principalmente, aos finais de semana. E também há a atividade de hospedagem, por meio do aluguel de chalés, nos finais de semana. A propriedade conta com sete hectares e possui quatro casas, uma

destinada à moradia e três para aluguel. Trata-se de uma propriedade de alto padrão construtivo, com piscina e espaço “gourmet” equipado com banheiros masculino e feminino, churrasqueira, dentre outras facilidades (Figura 46 a Figura 49).

A água que abastece a propriedade vem de nascente que tem origem, de acordo com a proprietária, em área próxima da Mina de Capanema. Segundo a Sra. Ivone, a água sempre foi de alta qualidade, porém houve uma alteração na qualidade da água, que há aproximadamente quatro meses tem surgido com maior turbidez. A proprietária comunicou à Vale S.A., que ofereceu fornecer caminhão pipa. Porém, ela não vê a solução como satisfatória, pois entende que a água cristalina é um bem natural que deve ser preservado.

Ela afirmou entender a importância da mineração, mas ressaltou que tem ocorrido impactos sobre a qualidade das águas da Área de Estudo Local. Além do problema de turbidez que surgiu nas águas que correm em sua propriedade, também citou que há pouco tempo houve um problema na operação da Mina de Capanema, que sujou a água da comunidade de Curral de Pedras, tendo sido necessário distribuir água potável para os moradores. Na propriedade trabalham fixamente duas pessoas, uma do sexo masculino e outra do feminino.



Figura 46. Edificação principal do Sítio Serra de Capanema.



Figura 47. Edificação voltada para aluguel aos finais de semana.



Figura 48. Espaço “gourmet” do Sítio Serra de Capanema.



Figura 49. Chafariz da propriedade, que segundo a entrevistada, adquiriu o tom avermelhado em função de algo ocorrido na área da Mina de Capanema.



#### 6.3.6.1.5. José da Paz, morador (Ponto 6) – Município de Itabirito.

Na residência do Sr. José da Paz moram ele e sua esposa. A propriedade possui 114 hectares e, além do uso como moradia, nela também é desenvolvida a agricultura de subsistência (Figura 50). O proprietário cultiva milho, feijão, mandioca, café e manga. A produção agrícola é consumida pelo Sr. José da Paz e esposa e o excedente é doado para os seus filhos e parentes que residem em Belo Horizonte, bem como doa uma parte para asilos de Itabirito.

O Sr. José da Paz é aposentado, mas afirmou que a propriedade representa entre 30% a 50% da sua renda, uma vez que reduz a sua necessidade de ir ao mercado comprar alimentos.

O entrevistado afirmou que a mineração tem mais aspectos positivos do que negativos, em função dos empregos gerados, mas ele teme que o Projeto possa promover ruídos e afetar nascentes de sua propriedade.



Figura 50. Entrada da propriedade do Sr. José da Paz, que não permitiu que fosse fotografada a sua residência.

#### 6.3.6.1.6. José Anastácio, morador da comunidade de Cristais (Ponto 5) – Município de Ouro Preto.

O Sr. José Anastácio é morador da comunidade de Cristais desde o nascimento. Sua residência tem a moradia como a principal forma de uso (Figura 51). Nela residem, além dele, sua esposa e a filha Cristiane, que é líder comunitária da comunidade. O entrevistado é aposentado. E a propriedade não tem função produtiva, portanto, não gera renda.

Ele afirmou que os moradores de Cristais, embora estejam inscritos no município de Ouro Preto, buscam assistência médica nas estruturas de saúde de Itabirito, quando

precisam. O mesmo ocorre em relação à educação. O ensino fundamental é ofertado na escola municipal de Acuruí e o ensino médio no distrito sede de Itabirito.

De acordo com o entrevistado, a relação entre a vizinhança é boa. Mas tem chegado pessoas de fora, que quebra um pouco os laços de confiança entre os moradores.



Figura 51. Residência do Sr. José Anastácio.

### 6.3.6.2. Comunidades da Área de Estudo Local

#### 6.3.6.2.1. Comunidade de Curral de Pedras – Município de Ouro Preto.

A comunidade de Curral de Pedras está localizada a 3,1 km do local previsto para ocorrer as atividades do Projeto. Conversamos com a Sra. Marta Francisca Dias Santos Rosa, que se apresentou como neta do proprietário das terras onde hoje está a comunidade. De acordo com ela, o seu avô doou um pedaço da terra para ela constituir família e ela mora em imóvel próprio. Os demais imóveis são de parentes da entrevistada. A comunidade conta com sete casas com moradias fixas e a população é de 25 a 30 pessoas.

Assim como ocorre nas propriedades da Área de Estudo Local, o abastecimento de água tem como origem nascentes localizadas na área da Mina de Capanema. Nesse sentido, observa-se que a paisagem da comunidade conta com duas cachoeiras, a água que corre da que está situada mais à oeste é a que abastece as residências.

Ressalta-se que há dois meses, a água da comunidade ficou turva, em função de um problema ocorrido na área da Mina de Capanema, conforme nos foi relatado pela líder comunitária de Cristais, Sra. Cristiane Jesus Disas, que também exerce o papel de liderança para a comunidade de Curra de Pedras, bem como pela proprietária do sítio Curral de Pedras, Sra. Ivone.

De acordo com o relato da líder comunitária, durante a construção de uma edificação pela construtora Mascarenhas, foi feito um poço para conter os possíveis efluentes, bem como a drenagem pluvial. Porém, devido ao grande volume de chuvas, no último trimestre de 2021, o poço encheu e a água transbordou, provocando o aumento da turbidez dos córregos que abastecem parte das propriedades da AEL, bem como a água que é utilizada pela comunidade



de Curral de Pedras. Em função disso, a Vale forneceu água potável para os moradores afetados, até que a situação tivesse retornado ao normal.

Na residência da Sra. Marta, também moram o seu marido, Sr. Cláudio, que também participou da entrevista e dois filhos em idade escolar. Eles estudam na escola municipal de Acuruí, que foi bem avaliada pelos pais. O maior problema é que o transporte escolar passa somente na via principal (estrada de acesso para a Mina de Capanema), o que exige que as crianças caminhem quase 1 km, em uma estrada íngreme e com calçamento de pedras. A distância faz com que seja necessário que um adulto acompanhe as crianças até o local em que o transporte escolar passa.

Não há coleta de lixo, tampouco ônibus regular para que os moradores da comunidade possam se locomover. A maior parte dos moradores queimam o lixo, a outra solução é levá-lo até o ponto de coleta no início da estrada de acesso para Acuruí, a, aproximadamente, 10 km da comunidade.

A maior parte dos moradores são trabalhadores rurais, como é a situação do Cláudio, esposo da Sra. Marta Francisca. Ela é aposentada e o Sr. Cláudio está sem trabalho no momento. Na residência, eles cultivam horta para consumo próprio. São cultivados milho, couve e pequenas hortaliças, e eles possuem seis galinhas.

A comunidade não possui posto de saúde. O atendimento médico é realizado no posto de Acuruí ou em alguma estrutura de atendimento de Itabirito, apesar da comunidade pertencer ao município de Ouro Preto.

Não há estabelecimento comercial na comunidade Curral de Pedras e os moradores costumam realizar suas compras em Itabirito. Um detalhe que chama a atenção de como os moradores se conhecem entre si, principalmente, em função de laços familiares, é o fato de que a entrada da comunidade é fechada com uma porteira (Figura 52).



Figura 52. Vista da casa da família da Sra. Marta, em Curral de Pedras. Observa-se o cultivo de milho no fundo da propriedade.



#### 6.3.6.2.2. Comunidade de Cristais – Município de Ouro Preto.

A comunidade de Cristais está situada a, aproximadamente, 4 km do local do Projeto, objeto do estudo em tela (Figura 53 e Figura 54). Nela conversamos com o Sr. José Anastácio, conhecido como Neném, e a sua filha Sra. Cristiane Jesus Dias, que é Presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade dos Cristais.

Elas nos informou que a comunidade não conta com posto de saúde, tampouco escolas. Os serviços de educação e saúde são buscados na municipalidade de Itabirito, apesar da comunidade estar inscrita no território de Ouro Preto. O primeiro ciclo do ensino fundamental é ministrado na escola municipal de Acuruí. Já o segundo e o ensino médio são cursados nas escolas do distrito sede de Itabirito.

A comunidade de Cristais possui aproximadamente 100 moradores e exerce uma tênue função de referência para a região, apesar de não dispor de infraestrutura de saúde e educação.

Os moradores da comunidade trabalham na área rural, bem como alguns são contratados pela Vale S.A ou em uma das empreiteiras que realizam serviços para a mineradora.

Questionada sobre a mineração, a líder da Associação afirmou que eles convivem com “as partes boas e ruins”. Ou seja, eles são beneficiados pela geração dos empregos, mas sentem os impactos sobre o trânsito, bem como eventuais problemas com as suas águas. Sobre o Projeto de Pesquisa, o único receio é com a possibilidade de gerar impactos sobre as nascentes, já que a comunidade encontra-se em uma distância que elimina a possibilidade de serem suscetíveis aos ruídos que possam ser gerados.



Figura 53. Vista panorâmica da comunidade de Cristais.



Figura 54. Residências na comunidade de Cristais.

### 6.3.6.3. Aspectos de Infraestrutura da Área de Estudo Local

As entrevistas com os moradores da Área de Estudo Local confirmaram a visão de que se trata de um região com ausência dos serviços e equipamentos usualmente associados ao meio urbano.

Não há rede geral de esgoto na região, e as soluções encontradas pelos moradores foi dotar suas residências com fossas, comuns ou sépticas. Não há coleta de lixo e muitos moradores queimam ou levam para o ponto de coleta próximo a estrada de acesso à Acuruí.

A infraestrutura viária é pavimentada e em bom estado de conservação. Porém, observou-se um intenso tráfego de caminhões em função da atividade mineradora desenvolvida na região, que além da Mina de Capanema, também conta com a presença de outras empresas do setor, como a Ferro Puro e a Jaguar, o que provoca alguma interferência ao acesso à Acuruí.

A estrada principal, que dá acesso às comunidades da AEL, bem como a mina de Capanema, possui placas indicando acesso para a Floresta Estadual de Uaimií, Glaura e São Bartolomeu. Percorremos a estrada com veículo com tração 4x4, mas não conseguimos acessar a portaria da UC Uaimií, tampouco os distritos citados, pois a via encontra-se em péssimo estado de conservação e com muitos trechos com atoleiros. Isso indica que a infraestrutura viária que dá acesso a Mina de Capanema, Acuruí e a maior parte das propriedades da AEL tem poucas ramificações, ou seja, ela é utilizada, principalmente, pelos moradores locais e trabalhadores da Mina de Capanema.

A maior parte dos moradores avaliaram que o local é tranquilo, com relação ao aspecto da segurança. Mas a proprietária do sítio Serra de Capanema afirmou que uma de suas casas



para alugar tinha sido roubada na noite anterior à data da entrevista. E que essa situação já tinha ocorrido. O problema, segundo ela, é que a AEL conforma a divisa de três municípios, sendo que as sedes de Ouro Preto e de Santa Bárbara estão muito distantes. E a de Itabirito, apesar de estar situada a quase 30 km de distância é a mais próxima. Isso acarreta uma situação em que há uma transferência da responsabilidade por parte das municipalidades mais distantes. Segundo a entrevistada, quando ela vai fazer o boletim de ocorrência em Ouro Preto, é informada que deveria fazer em Itabirito. Mas Itabirito alega que por ser território de Ouro Preto, cabe à esse município lidar com a situação.

Outro aspecto que chama a atenção é a grande disponibilidade de água corrente e de boa qualidade, principalmente, no período chuvoso. Tanto que as casas e as comunidades são abastecidas com água de nascentes. Isso implica em uma necessidade de cuidado adicional por parte da atividade de mineração que é desenvolvida na AEL.

Da Figura 55 a Figura 60, a seguir, mostram a infraestrutura na AEL.



Figura 55. Trevo de acesso à propriedade da Sra. Mônica, que é muito buscada por turistas. Observa-se o impacto do trânsito da mineração.



Figura 56. Entrada para a comunidade Curral de Pedras e local onde as crianças esperam o ônibus do transporte escolar.



Figura 57. Porteira na entrada da comunidade de Curral de Pedras.



Figura 58. Estrada para Cristais.



Figura 59. Local onde o lixo da AEL deve ser colocado.



Figura 60. Estrada de acesso à Mina de Capanema, no local onde há o centro para retiro religioso.

A Figura 61, a seguir, apresenta a localização das comunidades Curral de Pedras e de Cristais, bem como as propriedades entrevistadas e demais pontos de interesse da AEL em relação do Projeto.



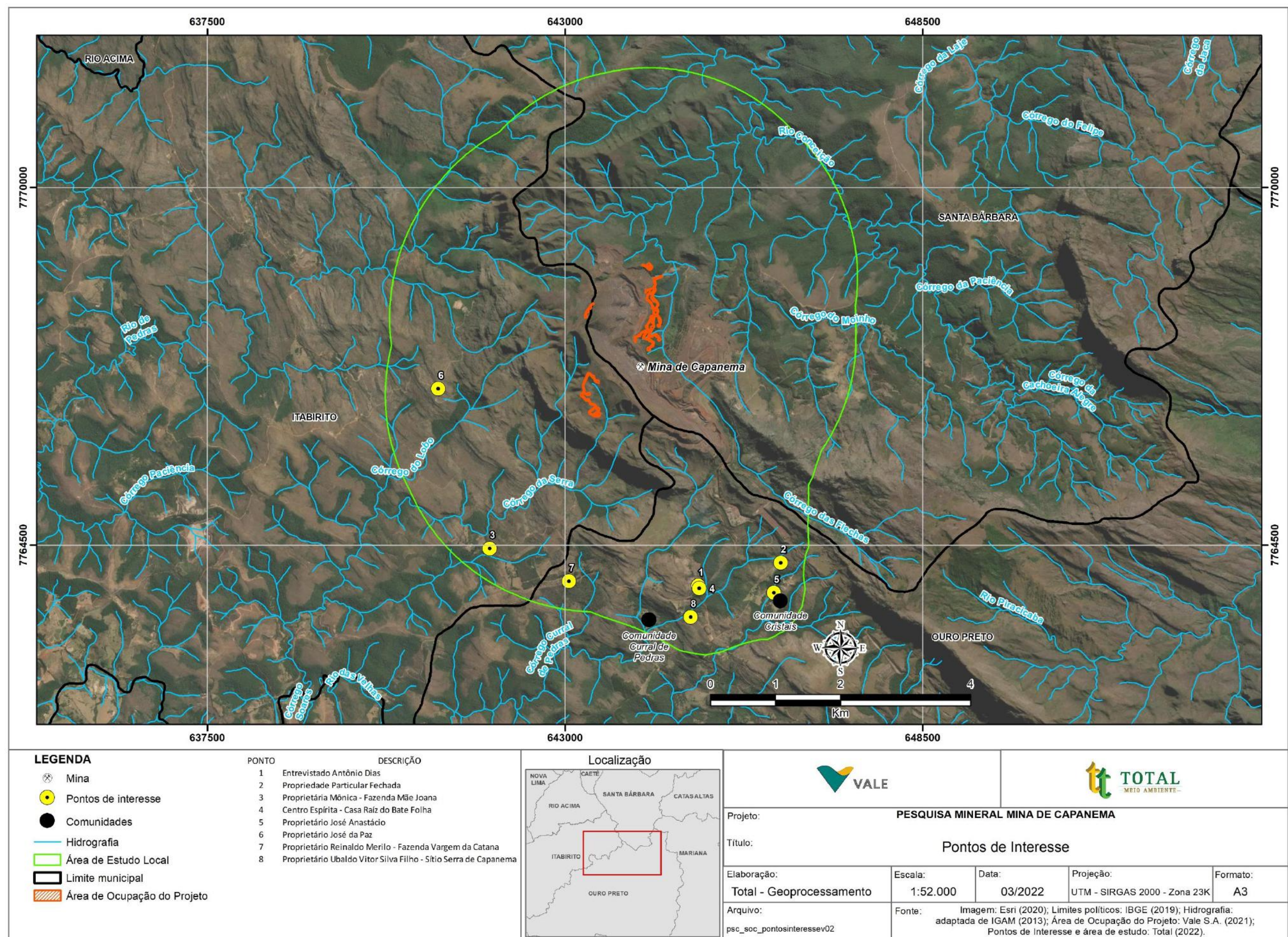


Figura 61. Pontos de Interesse na Área de Estudo Local.



#### 6.3.6.4. Distrito de Acuruí, Itabirito.

O distrito de Acuruí está fora da Área de Estudo Local, pois a sua distância em relação ao local do Projeto de Sondagem é pouco superior a 9 km (em linha reta). Portanto, infere-se que seus moradores não serão sensíveis aos aspectos gerados pelo Projeto, como transporte dos trabalhadores, ruídos, interferência sobre nascente, etc.

Porém, a pesquisa de campo indicou que o distrito assume para os moradores da AEL, a condição de ser o local mais próximo em condições de oferecer alguns serviços essenciais, que são associados à definição do espaço urbano, como educação, atendimento básico à saúde, comércio, serviços de alimentação (restaurante), hospedagem, locais para a expressão da fé, como, suas igrejas históricas, além de uma pequena loja de artesanato, que abre aos finais de semana.

O distrito conta com Escola Municipal que ministra o primeiro ciclo do ensino fundamental para as crianças residentes na AEL. A escola recebe de 45 a 60 matrículas por ano. Obteve nota 5,8 no IDEB de 2019, portanto, não atingiu a meta que era de 6,0. No quinto ano, 71% dos alunos foram considerados com o aprendizado adequado em português e 57% em matemática. O que significa que o resultado do ensino de português foi classificado como bom / ótimo, e o de matemática, regular.

No distrito tem um posto de saúde que funciona às terças-feiras, durante todo o dia, com atendimento médico e enfermeira. De acordo com a secretaria de saúde, há uma equipe que atende na zona rural por meio de escalonamento.

Da Figura 62a Figura 65, é apresentada a infraestrutura do distrito de Acuruí.



Figura 62. Rua Principal de Acuruí.





Figura 63. Ônibus de transporte escolar deixando as crianças na EM Acuruí.



Figura 64. Bifurcação para acesso ao distrito de Acuruí, para o qual se deve pegar à via da esquerda; a da direita dá acesso à Mina de Capanema.



Figura 65. Vista panorâmica da praça em que está situada a Igreja de N. Sra. Da Conceição, em Acuruí.

#### 6.3.6.5. Patrimônio Natural da Área de Estudo Local

Conforme já afirmado, a Área de Estudo Local é caracterizada pela baixa densidade de ocupação humana o que, por si só, indica a possibilidade de haver a presença de áreas naturais preservadas. Porém, esse conceito é ampliado na região, pois o entorno da Mina de Capanema é caracterizado por importantes áreas naturais, que gozam de proteção federal, como o Parque Nacional da Gandarela, localizado ao norte.

Nesses territórios existem importantes atrativos naturais, como as cachoeiras da Mônica, que são os bens naturais mais próximos do Projeto e estão na sua área de drenagem. Também merecem destaque a presença de áreas do Parque Nacional da Gandarela no entorno do Projeto de Pesquisa.

Outro aspecto de grande beleza cênica é a serra de Capanema. Há grupos que usufruem desse atrativo por meio de caminhadas ecológicas. Há uma caminhada chamada de Senhor dos Anéis. Trata-se de uma atividade que exige preparo físico e conhecimento de trilhas, pois o nível é avaliado como difícil. Ela costuma ser feita com até 10 integrantes, a maioria de Belo Horizonte. A caminhada passa por uma estrada da Vale S.A., mas o terreno pertence ao parque do Gandarela, de acordo com o organizador. Destacam-se no trecho, a paisagem e a riqueza da fauna e flora. O principal atrativo é a qualidade das águas das cachoeiras encontradas no caminho.

A Figura 66 a Figura 69, são apresentadas algumas das atrações naturais presente na AEL do Projeto, enquanto a Figura 70, o mapa de localização dessas atrações em relação a AOP.





Figura 66. Cachoeira do Cruzado / Abacaxi (Cachoeiras da Mônica).



Figura 67. Cachoeira do Cascalho, na mesma propriedade acima (Cachoeiras da Mônica).





Figura 68. Vista da serra de Capanema.



Figura 69. Placa indicando a área do Parque da Serra do Gandarela.



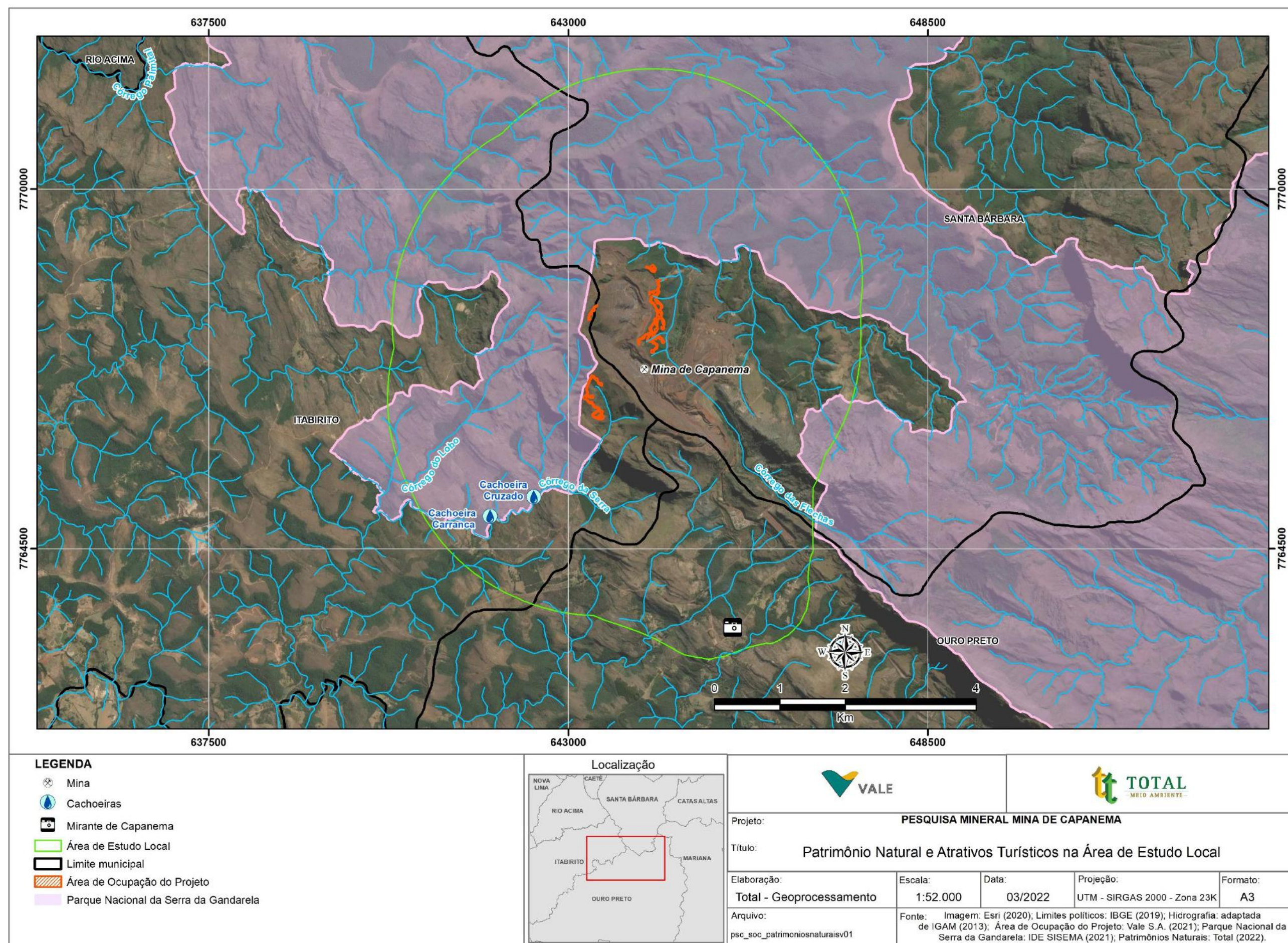


Figura 70. Patrimônio Natural e Atrativos Turísticos da Área de Estudo Local.



### 6.3.7. PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural é a materialização viva da cultura e a fonte de informações e valores no qual se encontra imerso o indivíduo. Isto implica em dizer que os bens culturais são a base para a constituição e assimilação de significados e conhecimento.

O presente item apresenta informações acerca dos bens culturais nas Áreas de Estudo Regional e Local do Projeto. Para composição deste item, foram realizadas consultas de fontes primárias, onde foram coletadas informações sobre o patrimônio cultural acautelado no âmbito municipal junto às respectivas secretarias de cultura de Itabirito e Santa Bárbara, e secundárias, principalmente, junto a estudos já realizados, dados disponíveis das prefeituras municipais, além de pesquisas nos sites eletrônicos dos órgãos competentes, a saber: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os municípios de Itabirito, Santa Bárbara e Ouro Preto têm origens nas descobertas auríferas promovidas pelas entradas e bandeiras no Ciclo do Ouro. Esta história de ocupação se reflete no estilo arquitetônico das edificações, bem como nas manifestações culturais centradas na religião nas áreas de estudo.

Os municípios da Área de Estudo Regional participam do Sistema Estadual de Cultura que tem prioridade na obtenção de recursos para o financiamento de projetos e ações culturais. No site do IPAC, estão listados os critérios para implantar o Sistema Estadual de Cultura, sendo necessária “a criação de órgãos específicos de gestão da política cultural no município; elaboração de Planos Municipais de Cultura; criação de Fundos Municipais de Cultura; e implantação de Conselhos Municipais de Cultura ou outras instâncias colegiadas, que constituirão espaços de pactuação de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura”.

Esta política estadual de incentivo e valorização do patrimônio cultural nos níveis municipais tem como princípio descentralizar as ações culturais e democratizar o processo de planejamento, execução e avaliação dos programas e projetos culturais.

O desdobramento da efetivação das políticas públicas para proteção dos bens culturais está nos registros, tombamentos e inventários no âmbito municipal. Segundo os órgãos competentes, os bens culturais nos municípios da Área de Estudo Regional concentram-se nas sedes municipais e distritais, nos núcleos urbanos históricos.

Os bens materiais, móveis e imóveis, são as edificações ou conjunto destas com importância histórica, artística; obras de arte, mobiliário e objetos, conjuntos paisagísticos e locais relevantes culturalmente para determinado grupo de pessoas. O patrimônio cultural material é protegido pelo poder público por meio de tombamentos e inventários (IEPHA, 2022). Os bens culturais imateriais, de maneira geral, compõem-se das celebrações religiosas em honra aos santos padroeiros, com destaque para as Congadas e as festividades da Semana Santa; arte da capoeira; modos de fazer; bandas e corporações musicais, dentre outros.

Nos núcleos urbanos de Itabirito, Santa Bárbara e Ouro Preto concentram os bens acautelados (tombados e registrados) no âmbito federal, estadual e municipal, conforme observado na Tabela 45, a seguir.



Tabela 45. Bens Culturais Acautelados na Área de Estudo Regional.

BEM CULTURAL	TIPO DE PROTEÇÃO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Capela do Sr. Bom Jesus do Matosinhos	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Casa de Amantino Basílio Pedrosa	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Casa de Benjamim Francisco Passos	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Casa de Isaltino Pereira Pedrosa	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Casa de Odete Carlos Baêta	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Casa de Paulo Josafá (herdeiros)	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Prédio da Residência de propriedade da Sra. Maria Augusta Marques	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Casarão Colonial (propriedade de José Faria de Souza)	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Cine Teatro Pax	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Igreja Matriz de N. Sra. da Boa Viagem	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Imagem de Santo Antônio de Pádua	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Conjunto da Área da Estação Ferroviária	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Rua Sete de Setembro	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Rua do Rosário (do nº 13 ao 212)	Tombamento Municipal	Itabirito	Sede
Núcleo Urbano (NH) do Distrito de Acuruí	Tombamento Municipal	Itabirito	Distrito de Acuruí
Associação Cultural Coral "Os Canarinhos de Itabirito"	Registro Municipal	Itabirito	Sede
Corporação Musical Santa Cecília	Registro Municipal	Itabirito	Sede
Corporação Musical União Itabiritense	Registro Municipal	Itabirito	Sede
Festa de N. Sra. da Conceição do Acuruí	Registro Municipal	Itabirito	Sede
Mercearia Paraopeba	Registro Municipal	Itabirito	Sede
Modo de Fazer Pastel de Angú	Registro Municipal	Itabirito	Sede
Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira	Registro Federal	Itabirito	Sede
Violas de Minas	Registro Estadual	Itabirito	Distrito de Acuruí
Pico do Itabirito ou Itabira	Registro Estadual	Itabirito	Zona Rural
Casa à R. Tenente Carlos nº 112	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Casa do Largo do Rosário - Casa de Cultura	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Escola N. Sra. do Sagrado Coração	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Igreja Capela da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Igreja Capela do Sr. do Bonfim	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Igreja de N. Sra. das Mercês	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede

BEM CULTURAL	TIPO DE PROTEÇÃO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Igreja de N. Sra. do Rosário	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Prédio do antigo Patronato de Afonso Pena	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Prefeitura Municipal	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Ruínas de Pedra do Hospital Velho	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Capela do Cemitério	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Ruínas do Capivari	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Distrito de Rio Acima
Chafariz do Largo de Brumal	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Distrito Brumal
Conjunto Natural Paisag. e Arqueol. do Barro Branco	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Distrito Barro Branco
Conjunto Natural Paisag. e Paleontológico da Bacia do Gandarela (Sítio Gandarela)	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Distrito de Conceição de Rio Acima
Conjunto Paisag. Parque Municipal Recanto Verde	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Praça Cleves de Faria	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Praça Leste de Minas	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Sítio Arqueol. das Ruínas do Barão de Catas Altas	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Centro Histórico do Distrito de Brumal	Tombamento Municipal e Estadual	Santa Bárbara	Distrito Brumal
Centro Histórico	Tombamento Municipal	Santa Bárbara	Sede
Cavallhada	Registro Municipal	Santa Bárbara	Distrito Brumal
Corporação Musical Santo Antônio	Registro Municipal	Santa Bárbara	Sede
Grupo de Congo N. Sra. do Rosário	Registro Municipal	Santa Bárbara	Sede
Modo de Fazer Bonecas de Palha	Registro Municipal	Santa Bárbara	Sede
Roda de capoeira e Ofício de Mestre de capoeira	Registro Federal	Santa Bárbara	Sede
Violas de Minas	Registro Estadual	Santa Bárbara	Sede
Serra do Caraça	Registro Estadual	Santa Bárbara	Zona rural Santa Bárbara e Catas Altas
Escola de Minas (Antigo Palácio dos Governadores)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Capela do Senhor Bom Jesus das Flores	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Capela de Nossa Senhora da Piedade	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Capela de Nossa Senhora das Dores	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Capela de Nossa Senhora do Rosário (ou Capela do Padre Faria)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Capela de Santana	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Capela de São João Batista do Ouro Fino	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Capela de São Sebastião	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede

BEM CULTURAL	TIPO DE PROTEÇÃO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Capela do Senhor do Bonfim	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Oratório da Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Santa Efigênia	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Casa dos Contos	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Museu da Inconfidência (Antiga casa de Câmara e Cadeia)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Escola de Minas (Antigo Palácio dos Governadores)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de Santa Efigênia	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de São Francisco de Assis	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de São Francisco de Paula	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja de São José	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de Cima)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Passo da Ponte Seca	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Passo da Praça Tiradentes (esquina com a Rua Conde de Bobadela ou "Rua Direita")	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Passo da Rua Getúlio Vargas	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Passo da Rua São José	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Passo de Antônio Dias	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Chafariz do Glória	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Chafariz do Largo Marília	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Chafariz de São José ou dos Contos	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Chafariz do Alto da Cruz	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Chafariz do Alto das Cabeças	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Chafariz de Antônio Dias	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Ponte da Barra	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede

BEM CULTURAL	TIPO DE PROTEÇÃO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Ponte de Marília (Ponte de Antônio Dias)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Ponte dos Contos (Ponte de São José)	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Ponte do Pilar	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Ponte do Rosário	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Ponte Seca	Tombamento Federal	Ouro Preto	Sede
Fazenda São José do Manso	Tombamento Estadual	Ouro Preto	Parque do Itacolomy
Ponte Zero	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 6.90
Ponte da Rancharia 1	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 7.70
Ponte da Rancharia 2	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.05
Ponte da Rancharia 3	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.10
Ponte Falcão	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.50
Ponte do Caveira	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 10.70
Bueiro Serra do Itatiaia	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 11.60
Arrimo de Bueiro Curvo	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.00
Bueiro Conjunto Calixto	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.10
Ponte do Calixto	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.60
Cemitério, Capela de São Miguel Arcanjo e seu acervo	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Rua Hugo Soderi, s/nº Saramenha
Conjunto de Bustos, Relicários (04 peças) atribuído à Oficina de Aleijadinho	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Museu Aleijadinho – Santuário de N. Sra. Da Conceição de Antônio Dias
Imagem de Santana do Aleijadinho	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Lavras Novas
Capela de Santana e seu acervo	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Lavras Novas
Casa Bandeirista ou Setecentista	Tombamento Federal	Ouro Preto	Distrito de Amarantina
Igreja Matriz de São Gonçalo	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Amarantina
Igreja Matriz de N. Sra. de Nazaré	Tombamento Federal	Ouro Preto	Distrito de Cachoeira do Campo
Cadeira Dom Pedro	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Cachoeira do Campo
Capela de Nossa Senhora das Dores	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Cachoeira do Campo
Igreja Santo Antônio	Tombamento Federal	Ouro Preto	Distrito de Glaura
Ponte Ana de Sá	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Glaura
Ruínas da Fábrica de Ferro Patriota	Tombamento Federal	Ouro Preto	Distrito de Miguel Burnier
Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Miguel Burnier
Igreja Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Miguel Burnier
Igreja Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Miguel Burnier



BEM CULTURAL	TIPO DE PROTEÇÃO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Pedra e Gruta do Vigia	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Miguel Burnier
Igreja Matriz de São Bartolomeu	Tombamento Federal	Ouro Preto	Distrito de São Bartolomeu
Chafariz Dom Rodrigo	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de São Bartolomeu
Núcleo Histórico São Bartolomeu	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de São Bartolomeu
Núcleo Histórico Rodrigo Silva	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Rodrigo Silva
Capela de Nossa Senhora dos Remédios	Tombamento Municipal	Ouro Preto	Distrito de Santo Antônio do Salto
Linguagem dos sinos e ofício de sineiro	Registro Federal	Ouro Preto	Sede
Festa Nossa Senhora dos Remédios	Registro Municipal	Ouro Preto	Distrito Santo Antônio do Salto
Produção artesanal de doce	Registro Municipal	Ouro Preto	Distrito São Bartolomeu
Roda de capoeira e Ofício de Mestre de capoeira	Registro Federal	Ouro Preto	Sede
Festa de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia	Registro Municipal	Ouro Preto	Sede
Ofício das Bordadeiras e Rendeiras	Registro Municipal	Ouro Preto	Sede
Festa Nossa Senhora dos Remédios	Registro Municipal	Ouro Preto	Subdistrito Fundão do Cintra
Celebração do Divino Espírito Santo	Registro Municipal	Ouro Preto	Distrito São Bartolomeu e Lavras Novas
Cavallhada	Registro Municipal	Ouro Preto	Distrito Amarantina
Folia de Reis	Registro Estadual	Ouro Preto	Sede, Distrito Santo Antônio do Salto e Lavras Novas
Violas de Minas	Registro Estadual	Ouro Preto	Sede e distrito Amarantina

Fonte: IEPHA, (2022).

Em relação à coleta de dados primários, as secretarias de cultura de Itabirito e de Santa Bárbara relataram a participação no ICMS Cultural e que, após a inclusão no programa de incentivo à preservação e salvaguarda estadual e implantação das políticas públicas, realizaram registros, tombamentos e inventários.

Ainda segundo os responsáveis pelas pastas da cultura, os bens culturais acautelados nos municípios concentram-se, majoritariamente, nas sedes urbanas. Afirmaram que o local de implantação do Projeto caracteriza-se por um vazio populacional, devido à presença de fazendas e minerações e que a localidade mais próxima, dentro do território itabiricense, é o distrito de Acuruí que conta com o centro histórico tombado e bens imateriais tombados.

Em relação às manifestações culturais que ocorrem nos municípios inseridos na Área de Estudo Regional, afirmaram que a grande maioria dos bens acautelados restringe-se às sedes urbanas.

Apontaram algumas manifestações culturais em Itabirito, como Julifest (Festa Junina Tradicional), Festa do Pastel de Angu, Semana da Consciência Negra, Programação Natal Iluminado, Festival Gastronômico, Festival de Inverno, Festival Nacional de Música, Congado e Capoeira (Figura 71 a Figura 73).



Fonte: Prefeitura de Itabirito – Igreja Nossa Senhora do Rosário, (2022).

Figura 71. Igreja Nossa Senhora do Rosário em Itabirito.